

S R L

PROJETOS S/C LTDA.

Automação de Sistemas

Sistema Financiero  
SISTEMA FINANCIERO

II

AVALIAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CAPITULO II  
SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

## CAPITULO II - SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

## SUMARIO

	NR. DA PAGINA
<b>1 O DEFICIT PÚBLICO DO RGS E SEU FINANCIAMENTO</b>	
1.1 CONCEITUAÇÃO	07
1.2 EVOLUÇÃO DO DEFICIT E SEU FINANCIAMENTO	08
1.3 ANEXO I - O DEFICIT PÚBLICO DO RGS E SEU FINANCIAMENTO (TABELAS)	20
<b>2 DIVIDA PÚBLICA DO RGS</b>	<b>27</b>
2.1 ENDIVIDAMENTO TOTAL DO SETOR PÚBLICO DO RGS	28
2.2 DIVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO RGS	28
2.3 ANEXO II - DIVIDA PÚBLICA DO RGS (TABELAS)	28
<b>3 DEFICIT E DIVIDA PÚBLICA - COMPARAÇÕES RGS E PR (1987)</b>	<b>42</b>
<b>4 SISTEMA FINANCEIRO DO RGS</b>	<b>46</b>
4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO DO RGS	47
4.2 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A - BANRISUL	48
4.3 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A - BADESCUL	49
4.4 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DIVERGS	49
4.5 CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	50
4.6 BRDE	50
4.7 ANEXO III - SISTEMA FINANCEIRO DO RGS (ILUSTRAÇÕES)	53
<b>5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>111</b>

## APÊNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1. DEFICIT PÚBLICO CONTÁBIL	10
2. DEFICIT ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11
3. EVOLUÇÃO DO DEFICIT PÚBLICO 1982/87	12
4. DEFICIT OPERACIONAL % REC. CORRENTES	13
5. DEFICIT NOMINAL E OPERACIONAL % DO PIB	14
6. DEFICIT OPERACIONAL % DO PIB	15
7. DEFICIT CONTÁBIL / RECEITAS CORRENTES	16
8. DEFICIT PÚBLICO CONTÁBIL / PIB	17
9. VARIAÇÃO DAS INADIMPLÊNCIAS	18
10. FONTES DE FINANCIAMENTO / DEFICIT CONTÁBIL	19
11 a 16. ANEXO I	20
17. DÍVIDA TOTAL - SETOR PÚBLICO	30
18. LIMITES LEGAIS AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO	31
19. DÍVIDA PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	32
20. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	33
21. DÍVIDA PÚBLICA / RECEITAS CORRENTES	34
22. DÍVIDA COM SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL E INADIMPLÊNCIAS	35
23. FINANCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS	36
24. EVOLUÇÃO DAS INADIMPLÊNCIAS E ATIVO FINANCEIRO	37
25 a 27. ANEXO II	38
28. DÉFICIT PÚBLICO PR - RGS	44
29. DÍVIDA PÚBLICA PR - RGS	45
30 a 87. ANEXO III	53

que o déficit público é um problema que não se responde com a aplicação de medidas monetárias ou fiscais. O que é necessário é uma reforma estrutural que possa garantir a estabilidade da economia e a redução da inflação.

Com o resultado da discussão, ficou definido que a estratégia monetária deve ser mantida, com o objetivo de controlar a inflação e garantir a estabilidade econômica. Foi sugerido que a taxa de juros seja ajustada periodicamente para refletir as mudanças na economia e no ambiente político.

Em seguida, foi discutido o tema das contas públicas. Foi proposto que o déficit público seja reduzido gradualmente, com o objetivo de garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Foi sugerido que a redução do déficit seja feita através de uma combinação de medidas fiscais e monetárias.

Finalmente, foi aprovado o compromisso entre os países de aumentar a eficiência das finanças públicas, através da implementação de medidas de contenção do gasto público e da melhoria da gestão das contas públicas.

Assim, foi possível chegar a um consenso sobre as principais diretrizes para o manejo das contas públicas, visando ao controle da inflação e à sustentabilidade das finanças públicas.

Entretanto, apesar das discussões e das decisões tomadas, é importante lembrar que a solução para o problema do déficit público não é simples e requer esforços contínuos e persistentes. É necessário que todos os países envolvidos trabalhem juntos para alcançar resultados duradouros.

Portanto, é fundamental que os países continuem a trabalhar para implementar as medidas propostas, com o objetivo de garantir a estabilidade econômica e a sustentabilidade das finanças públicas. É preciso que todos os países envolvidos trabalhem juntos para alcançar resultados duradouros.

Necessitando-se, finalmente, do apoio contínuo dos países envolvidos.

É o consenso, especialmente entre os países envolvidos, de que o déficit público, gerado pelo governo, deve ser reduzido tanto quanto possível, mantendo o equilíbrio entre as contas públicas.

## 1.1 CONCEITUAÇÃO

O déficit público pode ser medido tanto pelas receitas e despesas (origem); ou pelas suas fontes de financiamento. As duas medidas são contabilmente idênticas. (vide Quadro). Entretanto, dependendo do tratamento dado às correções monetária e cambial, estas medidas variam de acordo com o conceito adotado.

Com o propósito de diagnosticar a situação financeira do governo do Estado do Rio Grande do Sul, analisamos o déficit a partir das suas fontes de financiamento, ou "necessidades de financiamento do setor público" (conceito FMI). Para tanto, apresentamos 3 conceitos de déficit público da administração direta do estado do Rio Grande do Sul:

- déficit contábil;
- necessidades de financiamento do setor público - déficit nominal;
- necessidades de financiamento do setor público - déficit operacional.

A Ilustração 3 apresenta os valores para cada conceito de déficit no período 1982-1987.

### a) Conceitos

#### - Déficit Contábil

Obtido a partir dos demonstrativos da execução orçamentária do estado, que foi remontado de forma a demonstrar a identidade existente entre a origem do déficit do RGS e a forma com que foi financiado (Ilustrações 1 e 2).

Entretanto, qualificar e quantificar o déficit em anos de elevadas taxas de inflação requer algum cuidado, pois a inclusão das correções monetária e cambial pode alterar substancialmente os resultados. O déficit contábil, infelizmente, não contempla um critério uniforme no tratamento das correções monetária e cambial, pois o estado do RGS não contabiliza as correções de sua dívida fundada, mas apropria essas correções na dívida flutuante.

#### - Necessidades de Financiamento do Setor Público - Déficit Nominal

E o conceito tradicionalmente utilizado pelo FMI para a apuração de déficit público, obtido pela variação pura e simples da dívida total observada no início e final do período considerado. Por incluir variações monetárias e cambiais, será tão maior quanto for a taxa de inflação e a taxa de variação cambial.

## - Necessidades de Financiamento do Setor Público - Déficit Operacional

E o conceito anterior depurado das variações de endividamento resultantes da aplicação das correções monetária e cambial. Este conceito, à nosso ver, é o mais adequado para avaliar os esforços governamentais no sentido de diminuir seus déficits, por considerar apenas variações reais no estoque da dívida. As variações, decorrentes de alterações nas taxas de inflação são depuradas neste conceito de déficit. Pode-se verificar claramente este fenômeno no ano de 1987. O déficit operacional caiu (houve até superávit) mas o déficit nominal cresceu por causa da elevação da taxa inflacionária.

### 1.2 EVOLUÇÃO DO DEFÍCIT E SEU FINANCIAMENTO

Além de seus expressivos valores, pode-se observar, nas Ilustrações 3 a 10, que, com exceção do ano de 1987, o comportamento das variações do déficit é similar nos três conceitos. Os valores absolutos apresentam-se, como esperado, bastante diversos. A discrepância de 1987 é explicada pela aceleração da inflação deste ano, após os baixos valores de 1986, decorrentes do congelamento de preços do Plano Cruzado. Como argumentado anteriormente, o melhor indicador é o déficit operacional.

Por este conceito verifica-se relativa estabilidade do déficit entre 1982 e 1984, (cerca de 2% do PIB) subindo em 1985 para 3,2% do PIB (41,6% das Receitas Correntes), mas reduzindo-se em 1986 (2,2% do PIB) e tornando-se negativo (superávit) em 1987: -0,5% do PIB e -7,4% das Receitas Correntes (Ilustração 5).

Em princípio, um déficit preocupa e se torna prejudicial quando, estaticamente ou dinamicamente, não se encontram canais adequados para seu financiamento, seja em termos de prazo ou de custo. O que particulariza a situação financeira do governo do estado do Rio Grande do Sul não são somente os elevados déficits observados, mas a forma com que foram financiados.

Nesse sentido, os piores anos foram os de 1983 a 1985, quando o déficit (em seus 3 conceitos) foi mais elevado, inclusive do que a própria média observada pelos estados e municípios brasileiros. Em 1985, o déficit operacional do governo estadual do Rio Grande do Sul foi de 3,2% do PIB do estado, enquanto o mesmo déficit total dos estados e municípios foi de 1,1% do PIB brasileiro (Ilustração 6).

Sendo escasso o acesso do Estado a empréstimos externos e junto a instituições financeiras federais e elevados os déficits, o governo estadual gaúcho foi majoritariamente financiado, nesse período de 1983/1985 por atrasos nos pagamentos (restos a pagar e serviços da dívida a pagar) e junto ao sistema financeiro estadual, tendo a inadimplência respondido em média por mais de 50% do financiamento do déficit contábil do período (Ilustração 9). Tal situação financeira, além de precária, onerava sobremaneira as instituições

financeiros e ao próprio erário estadual, pois este era obrigado a financiar-se a custos mais elevados.

Já em 1986 e 1987, em razão da redução do déficit, observou-se uma tendência à reversão dessa situação, com uma redução relativa dos atrasados e uma maior participação de instituições financeiras oficiais federais no financiamento do déficit gaúcho. Em 1987, a dívida fundada (longo prazo) respondeu por 78% do financiamento do déficit contábil, tendo o Banco do Brasil S.A. respondido pela maior parcela dos novos empréstimos obtidos pelo estado. (Ilustração 10).

Interessante observar que em 1987, o governo estadual optou por manter elevado seu nível de inadimplência, (Ilustração 9) utilizando a sobra de caixa para reforçar o "fundo de liquidez dos títulos de dívida pública estadual" (do grupamento ativo financeiro realizável), de forma a atenuar as suas dificuldades de giro da dívida estadual.

## ILUSTRAÇÃO 1

DÉFICIT PÚBLICO DO RGS - ORIGEM E FINANCIAMENTODÉFICIT PÚBLICO CONTÁBIL

<u>ORIGEM</u>	<u>FINANCIAMENTO</u>
(=)	(=)
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>VARIAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA</u>
(-)	(+ ) RECEITAS DE OPER. DE CRÉDITO (-) AMORTIZAÇÃO
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>VARIAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE</u>
(-)	(+ )
<u>INVESTIMENTOS (LÍQUIDO)</u>	<u>DÉBITOS DE TESOURARIA (EMPRÉSTIMOS) RESTOS A PAGAR (ATRASOS - COMPETÊNCIA) SERVIÇO DA DIV. A PAGAR (ATRASOS/COMPET.) OUTROS DÉBITOS</u>
(+ ) TOTAL DESPESAS DE CAPITAL (-) AMORTIZAÇÕES (-) TOTAL RECEITAS DE CAPITAL (+ ) RECEITAS OPERAÇÕES CRÉDITO	(-) VARIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DISPONÍVEL VÍNCULAÇÕES EM C/C BANCÁRIA REALIZÁVEL

**ILUSTRAÇÃO 2****DÉFICIT E SEU FINANCIAMENTO****ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

	1985	1986	1987
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	110.243,12	138.008,12	119.961,90
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	174.133,18	162.468,89	135.692,46
<b>INVESTIMENTOS</b>	16.165,00	15.772,47	18.627,30
<b>DÉFICIT CONTÁBIL</b>	-80.055,06	-40.233,28	-34.357,86
<b>VARIAÇÃO DÍVIDA FUNDADA</b>	7.314,42	19.923,71	26.789,40
<b>VARIAÇÃO DIV. FLUTUANTE</b>	64.966,70	21.031,73	40.203,18
<b>VARIAÇÃO ATIVO FINANC.</b>	-7.773,93	722,16	32.635,08

**FONTE:** BALANÇO DO ESTADO

EM VALORES CONSTANTES (CZ\$ MILHÕES-DEZ87)

**ILUSTRAÇÃO 3**

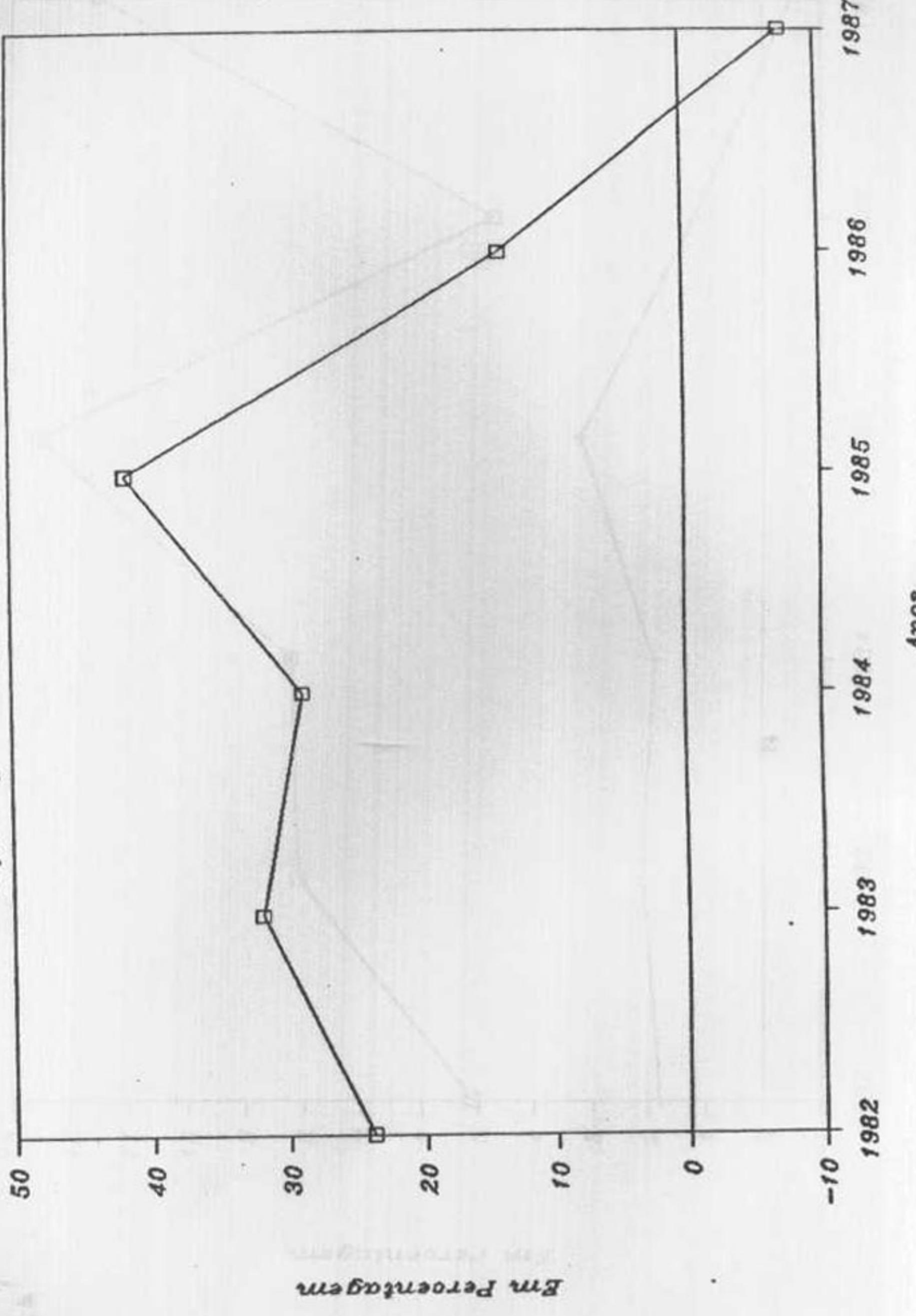
**O DÉFICIT PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL**

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>DÉFICIT CONTÁBIL</b>						
EM % DOS REC. CORRENTES	32,2	49,5	40,8	72,6	29,2	28,6
EM % DO PIB	2,4	3,3	2,6	5,5	2,5	2,1
<b>DÉFICIT NOMINAL</b>						
EM % DOS REC. CORRENTES	67,9	121,4	126,0	164,4	54,2	156,0
EM % DO PIB	5,1	8,1	8,2	12,5	4,7	11,5
<b>DÉFICIT OPERACIONAL</b>						
EM % DOS REC. CORRENTES	23,9	31,9	28,8	41,6	13,7	(7,4)
EM % DO PIB	1,8	2,1	1,9	3,2	1,2	(0,5)

FONTE: CALCULOS PROPRIOS

## ILUSTRAÇÃO 4 Diagnóstico do Setor Público no RGS

Deficit Operacional em % Rec. Correntes



**ILUSTRACAO 5**      *Diagnóstico do Setor Público no RGS*

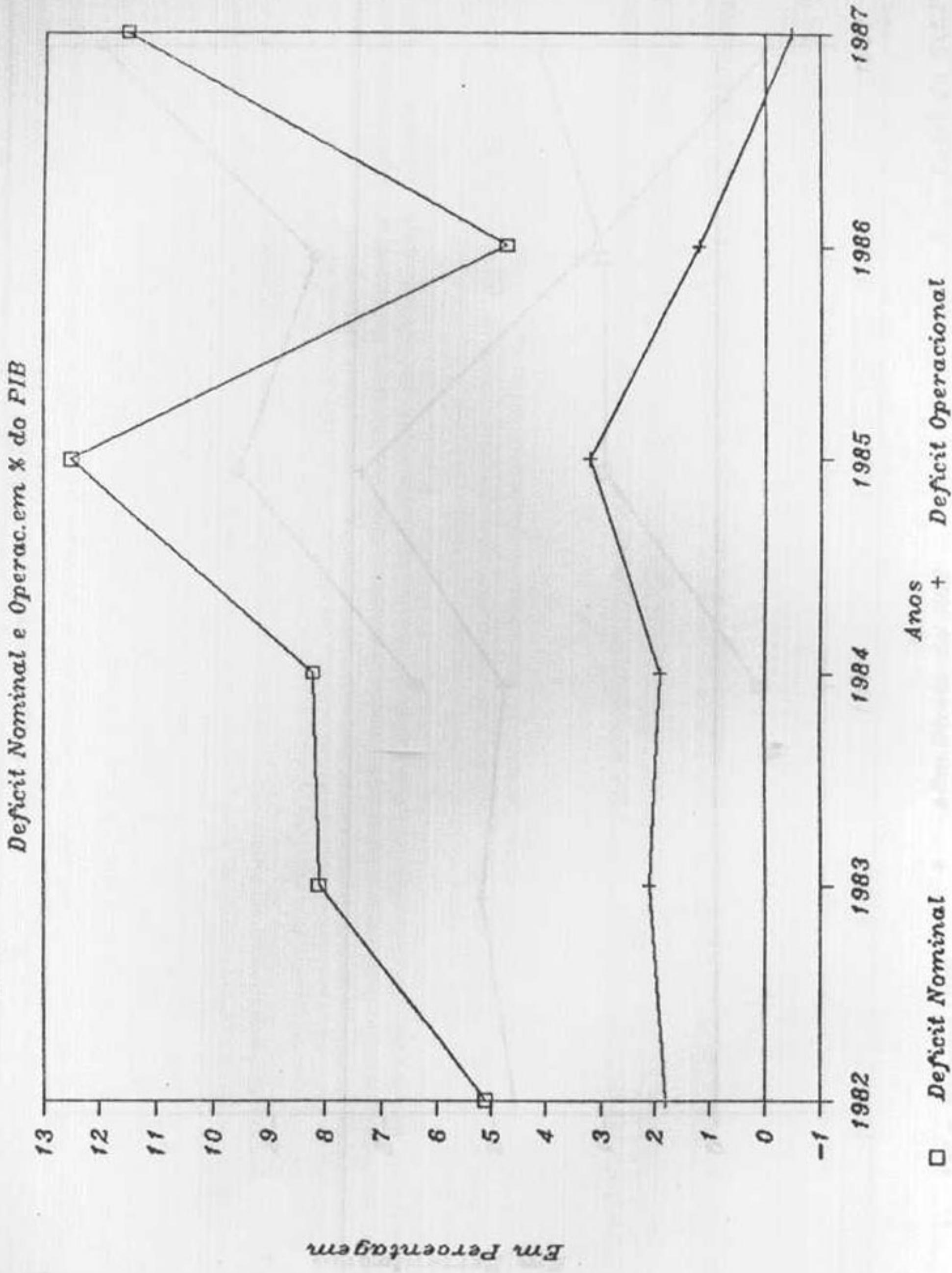


ILUSTRAÇÃO 8

# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Deficit Operacional em % do PIB

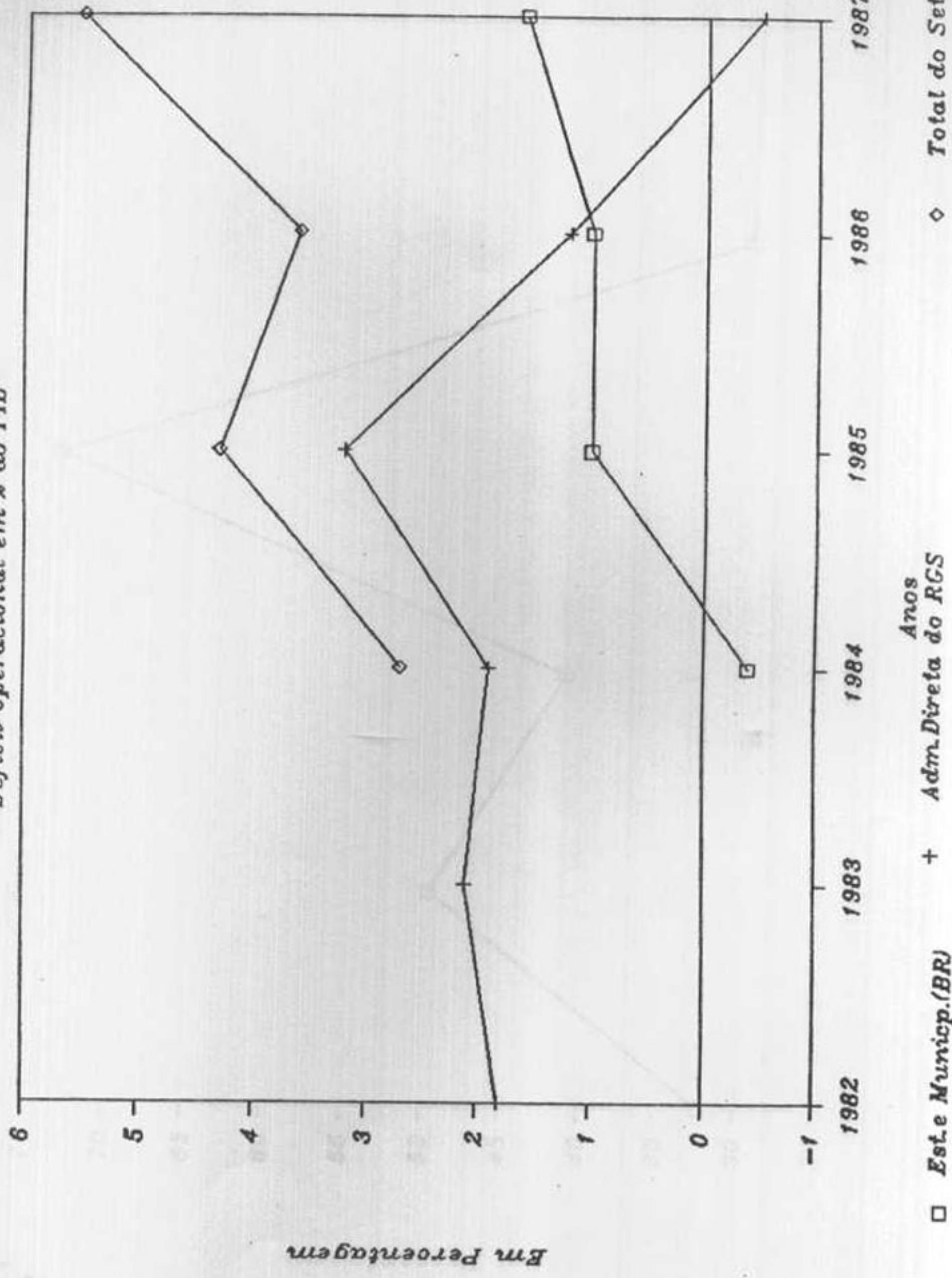
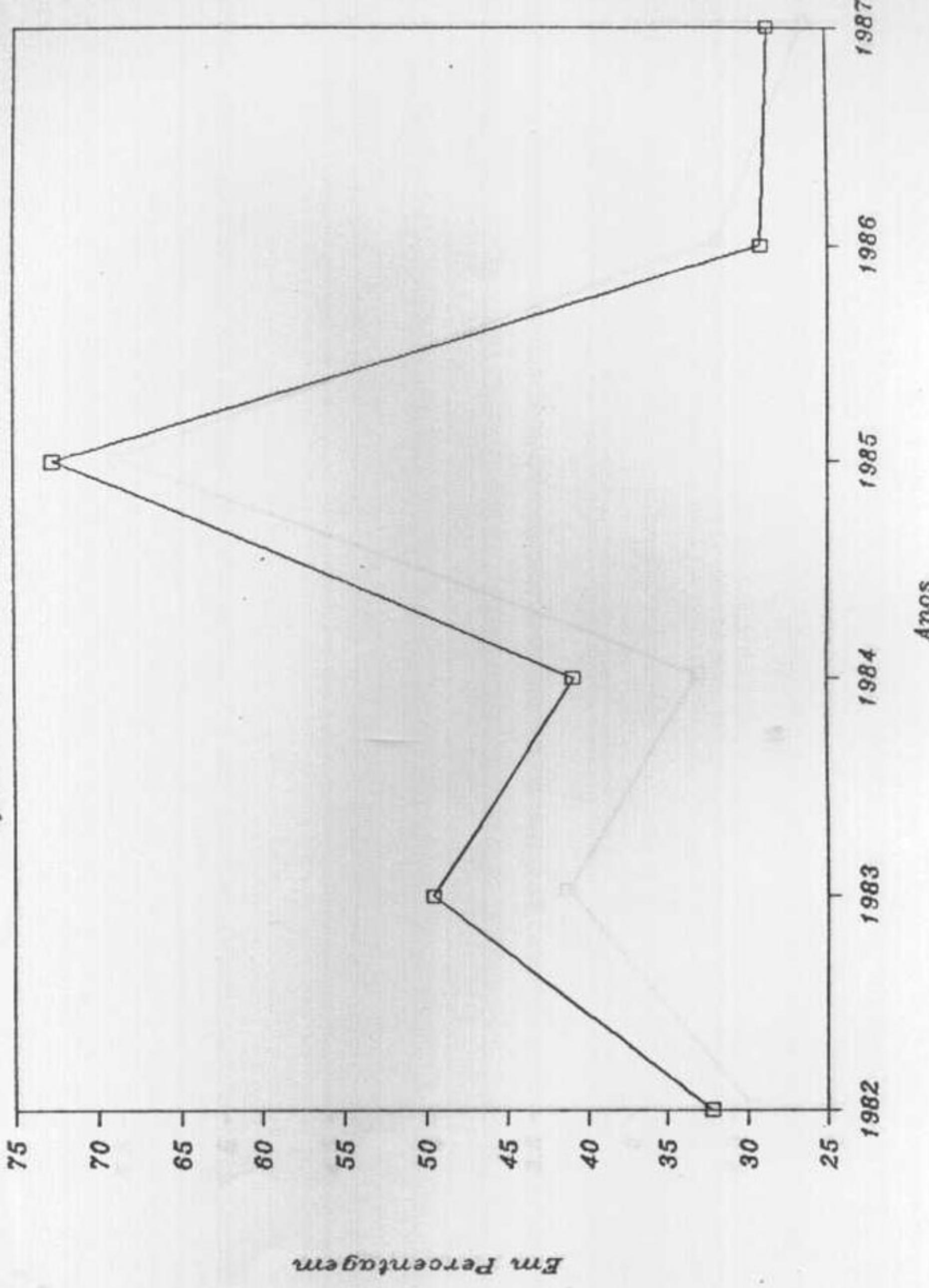


ILUSTRAÇÃO 7

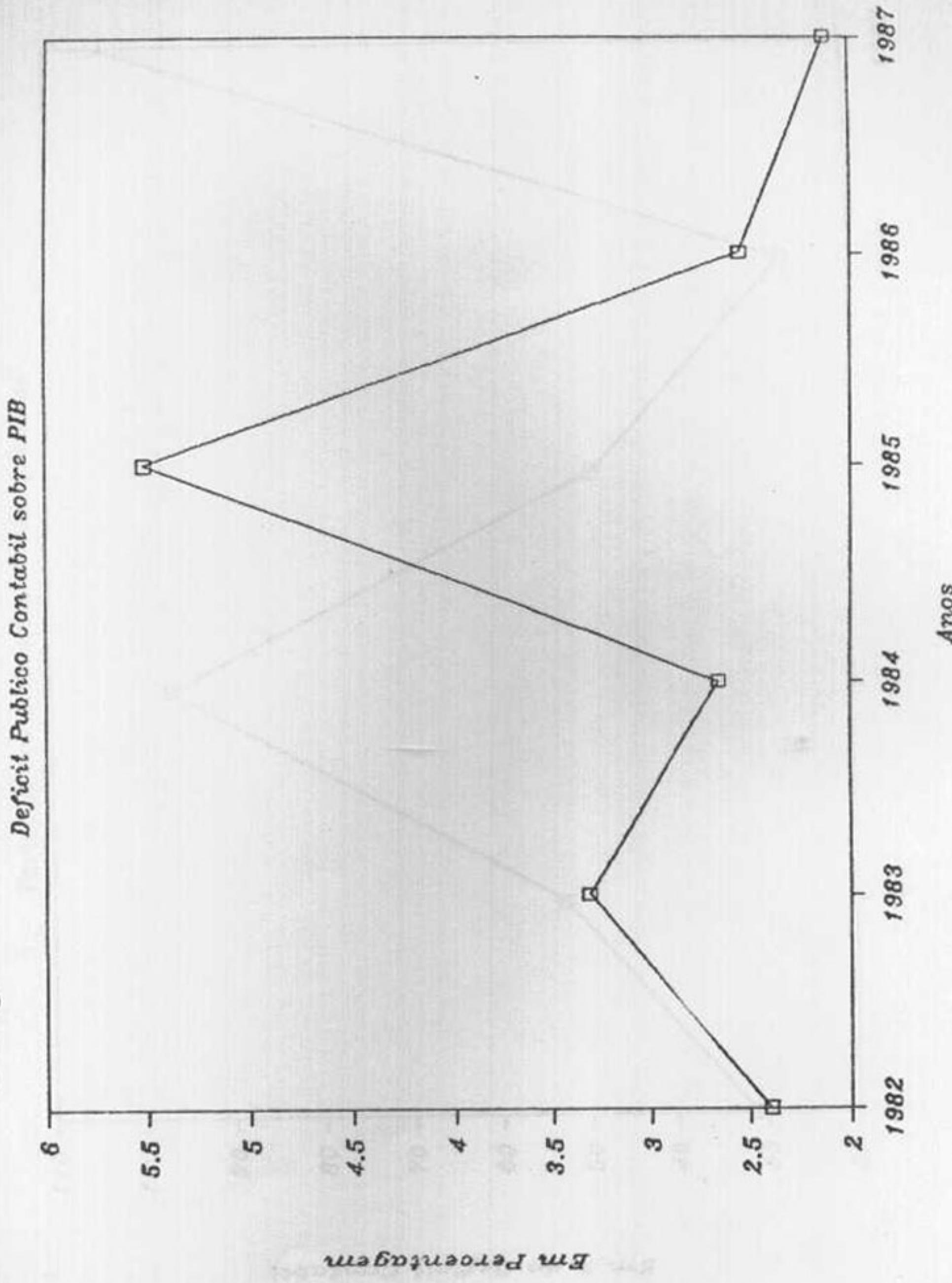
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Deficit Contabil sobre Rec. Correntes



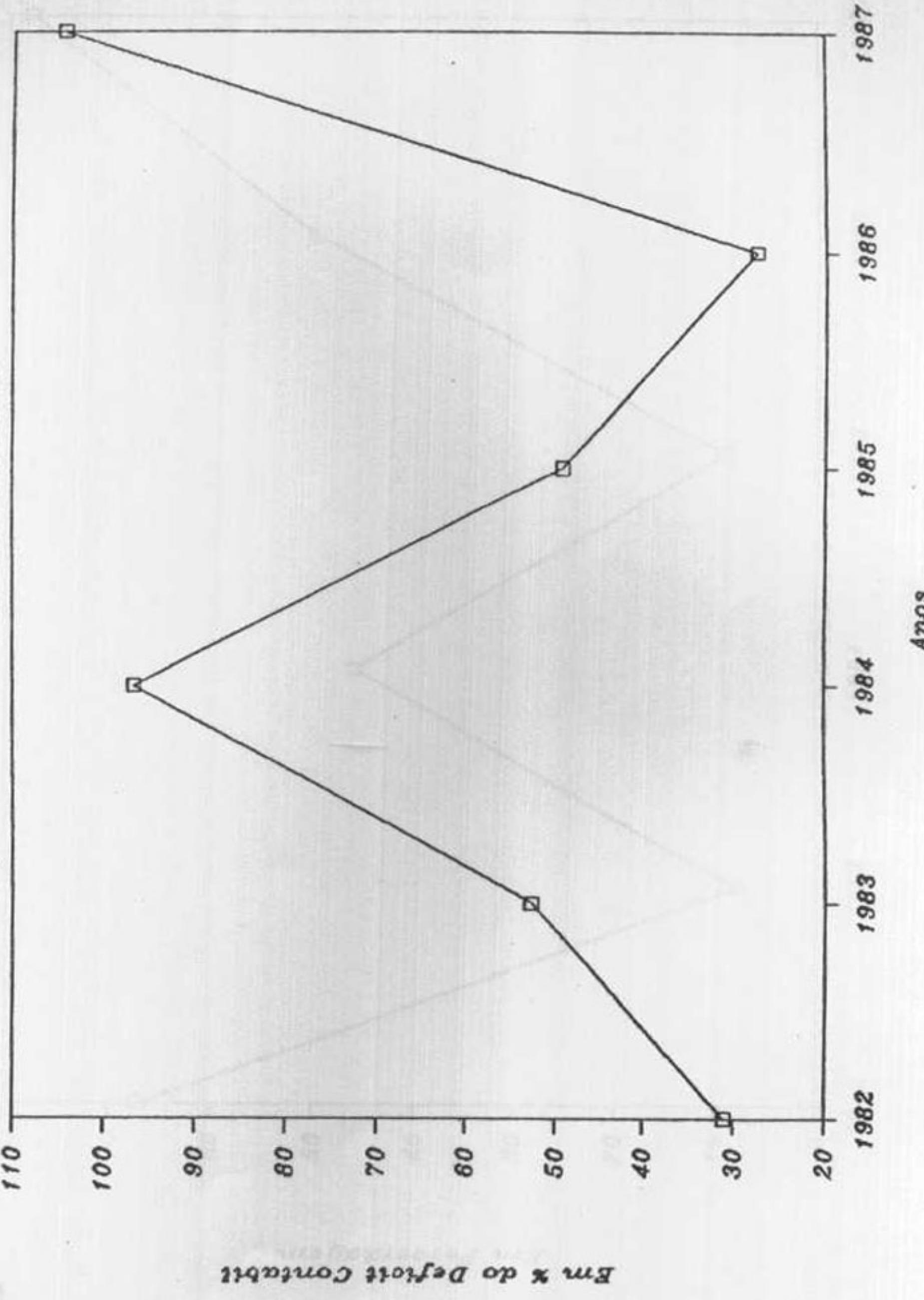
## ILUSTRAÇÃO 8

### Diagnóstico do Setor Público no RGS



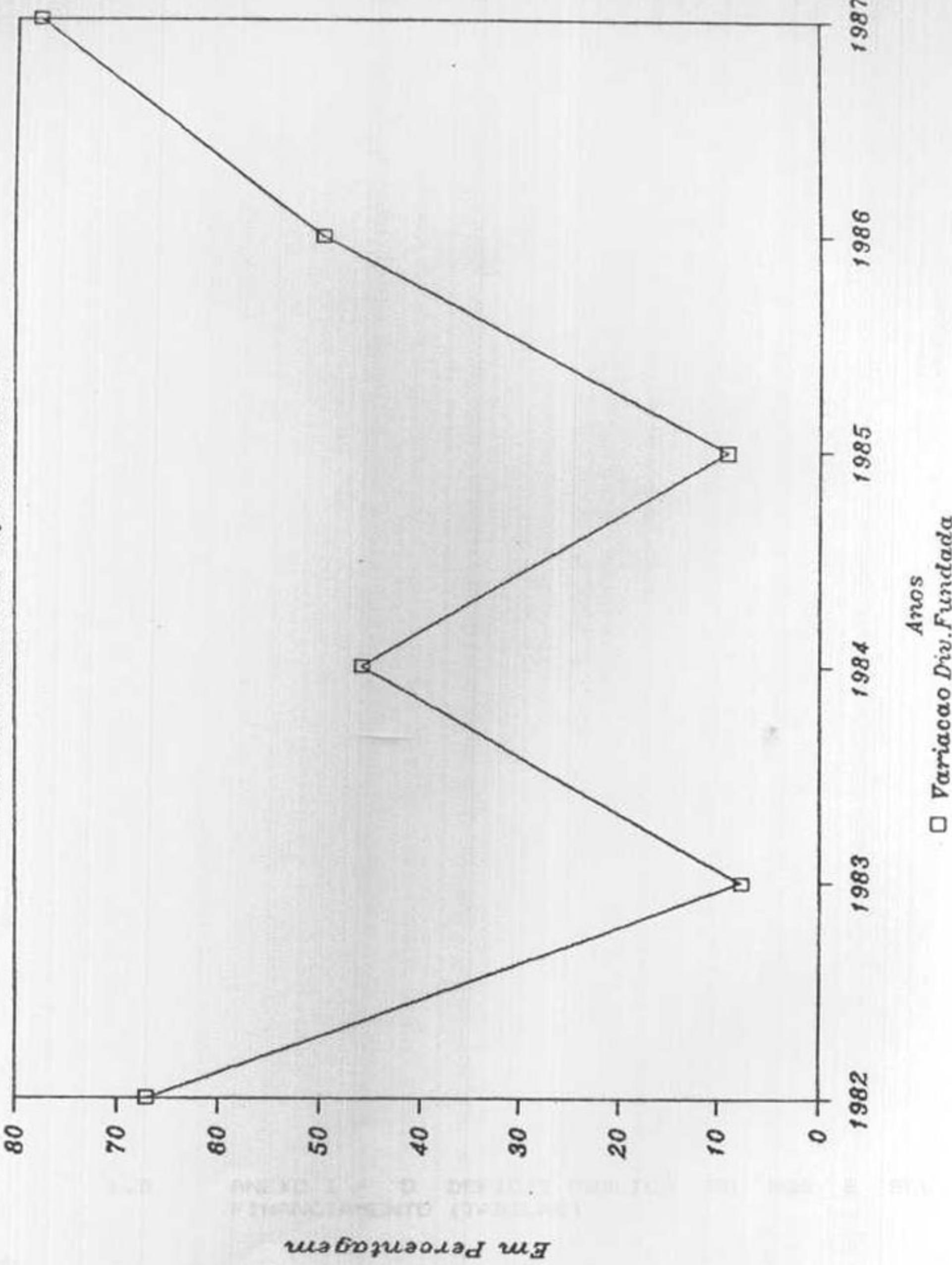
## ILUSTRACAO 9 Diagnóstico do Setor Público no RGS

Variação dos Atrasados (Inadimplências)



# Diagnóstico do Setor Público no RGS

*Fontes de Finanças/Deficit Contabil*



**1.3 ANEXO I - O DEFICIT PÚBLICO DO RGS E SEU FINANCIAMENTO (TABELAS)**

## ILUSTRAÇÃO 11

Diagnóstico do Setor Público no 1ºS

Deficit e seu Financiamento - 1992/1997

Administração Direta

Em Valores Correntes (Cr\$ Milhares)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<b>1.Receitas Correntes</b>	<b>293.388</b>	<b>651.424</b>	<b>2097.879</b>	<b>7763.618</b>	<b>23391.299</b>	<b>66445.544</b>
<b>2.Despesas Correntes</b>	<b>321.355</b>	<b>844.478</b>	<b>2443.639</b>	<b>12262.949</b>	<b>27537.144</b>	<b>75384.769</b>
2.1.Juros e Encargos.	45.274	201.033	475.164	4286.110	5074.380	19286.769
2.2.Outras	276.121	637.415	1968.474	7976.799	22462.844	56092.000
<b>3.Investimentos</b>	<b>66.449</b>	<b>133.424</b>	<b>386.754</b>	<b>1138.399</b>	<b>2673.399</b>	<b>10348.544</b>
<b>4.Deficit Contábil(1)</b>	<b>-94.453</b>	<b>-322.478</b>	<b>-824.519</b>	<b>-5637.694</b>	<b>-6819.249</b>	<b>-19437.744</b>
<b>5.Variacão Dívida Fundada</b>	<b>63.379</b>	<b>24.867</b>	<b>376.169</b>	<b>515.109</b>	<b>3376.999</b>	<b>14883.444</b>
5.1.Rec.Op.Cred.	78.245	91.077	572.844	1523.149	5619.644	23539.694
5.2.Amortização	14.835	66.210	196.659	1003.616	2233.760	8697.894
<b>6.Variação Dív.Fletante</b>	<b>55.778</b>	<b>267.894</b>	<b>1117.669</b>	<b>4575.129</b>	<b>3364.710</b>	<b>22335.144</b>
6.1.Débitos Tesouraria	24.675	64.577	139.469	1095.589	1787.599	895.644
6.2.Restos a Pagar	4.425	73.494	265.760	1669.199	3308.919	7244.744
6.3.Serv.Dív.a Pagar	25.252	96.459	386.759	1697.769	-1427.699	12662.644
6.4.Outros Débitos	1.846	32.974	185.619	882.579	-386.160	1622.249
<b>7.Variação Ativo Financ.</b>	<b>24.712</b>	<b>-38.517</b>	<b>673.319</b>	<b>-547.469</b>	<b>122.409</b>	<b>10139.644</b>
7.1.Operações	25.435	-34.454	3.119	8.369	18.499	229.899
7.2.Vinculação c/c Bancaria	0.762	3.253	102.176	-8.454	100.999	1426.464
7.3.Realizável	-1.485	0.684	569.439	-539.379	3.509	16972.444

Fonte: Balanço do Estado

$$(1) (1-2-3)=(5+6-7)$$

O déficit orçamentário é igual ao déficit aqui considerado (1) mais a variação da Dívida Fundada (5), pois o Estado inclui as Receitas de Capital e as autorizações em Orçamento.

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Déficit e seu Financiamento: Composição em Relação à Receita Corrente-1982/1987

**Administrado Direta**  
Em Percentagem

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Receitas Correntes</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>2. Despesas Correntes</b>	<b>109,55</b>	<b>127,92</b>	<b>121,58</b>	<b>157,95</b>	<b>117,72</b>	<b>113,11</b>
2.1.Juros e Encargos.	15,43	31,86	23,64	55,21	21,69	28,94
2.2.Outras	94,11	90,16	97,94	102,75	96,03	84,17
<b>3. Investimentos</b>	<b>22,65</b>	<b>21,48</b>	<b>19,24</b>	<b>14,66</b>	<b>11,43</b>	<b>15,53</b>
<b>4. Déficit (%)</b>	<b>22,19</b>	<b>49,59</b>	<b>41,82</b>	<b>72,62</b>	<b>27,15</b>	<b>28,64</b>
<b>5. Variação Dívida Fundada</b>	<b>21,68</b>	<b>3,82</b>	<b>18,72</b>	<b>6,63</b>	<b>14,44</b>	<b>22,33</b>
5.1.Rec.Op.Orcd.	26,66	13,70	28,59	19,62	23,97	35,38
5.2.Amortização	5,06	10,16	9,79	12,98	9,55	13,65
<b>6.Variação Div.Fluente</b>	<b>19,62</b>	<b>41,00</b>	<b>55,61</b>	<b>58,73</b>	<b>15,24</b>	<b>33,51</b>
6.1.Débitos Tesouraria	6,41	9,91	6,94	12,95	8,51	1,21
6.2.Restos a Pagar	1,37	11,28	10,23	13,77	14,15	10,87
6.3.Serv.Díva.Pagar	8,61	14,75	29,29	21,87	-6,10	19,80
6.4.Outros Débitos	6,63	5,06	9,23	10,31	-1,31	2,43
<b>7.Variação Ativo Financ.</b>	<b>8,42</b>	<b>-4,63</b>	<b>33,58</b>	<b>-7,65</b>	<b>6,52</b>	<b>27,28</b>
7.1. Disponível	8,67	-5,29	6,15	6,60	6,08	6,34
7.2.Vinculação c/c Bancaria	0,26	0,58	5,08	-0,11	0,43	1,54
7.3.Realizável	-0,51	0,11	28,26	-6,75	6,01	25,32

Fonte: Balanço do Estado

(\*) (1-2-3)=(5+6-7)

O déficit orçamentário é igual ao déficit aqui considerado (4) mais a variação da Dívida Fundada (5), pois o Estado inclui as Receitas de Capital e as amortizações em Orçamento.

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Déficit e seu Financiamento: Em Percentagem do PIB RS - 1982/1987

Administração Direta  
Em Percentagens

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Receitas Correntes</b>	<b>7.46</b>	<b>6.69</b>	<b>6.49</b>	<b>7.69</b>	<b>6.75</b>	<b>7.39</b>
<b>2.Despesas Correntes</b>	<b>8.18</b>	<b>8.64</b>	<b>7.87</b>	<b>12.46</b>	<b>10.36</b>	<b>8.36</b>
<b>2.1.Juros e Encarg.</b>	<b>1.15</b>	<b>2.96</b>	<b>1.53</b>	<b>4.19</b>	<b>1.79</b>	<b>2.14</b>
<b>2.2.Outras</b>	<b>7.03</b>	<b>6.58</b>	<b>6.36</b>	<b>7.81</b>	<b>8.46</b>	<b>6.22</b>
<b>3.Investimentos</b>	<b>1.69</b>	<b>1.37</b>	<b>1.25</b>	<b>1.11</b>	<b>1.09</b>	<b>1.15</b>
<b>4.Deficit (%)</b>	<b>2.40</b>	<b>3.31</b>	<b>2.65</b>	<b>5.51</b>	<b>2.55</b>	<b>2.12</b>
<b>5.Variação Dívida Fundada</b>	<b>1.61</b>	<b>0.26</b>	<b>1.21</b>	<b>0.50</b>	<b>1.26</b>	<b>1.65</b>
<b>5.1.Var.Op.Cred.</b>	<b>1.97</b>	<b>0.94</b>	<b>1.85</b>	<b>1.49</b>	<b>2.16</b>	<b>2.62</b>
<b>5.2.Var.Otizacão</b>	<b>0.38</b>	<b>0.68</b>	<b>0.64</b>	<b>0.77</b>	<b>0.84</b>	<b>0.97</b>
<b>6.Variação Div.Fluente</b>	<b>1.42</b>	<b>2.74</b>	<b>3.61</b>	<b>4.48</b>	<b>1.33</b>	<b>2.48</b>
<b>6.1.Débitos Tesouraria</b>	<b>0.63</b>	<b>0.68</b>	<b>0.45</b>	<b>0.93</b>	<b>0.74</b>	<b>0.97</b>
<b>6.2.Restos a Pagar</b>	<b>0.10</b>	<b>0.75</b>	<b>0.66</b>	<b>1.05</b>	<b>1.24</b>	<b>0.89</b>
<b>6.3.Serv.Div.a Pagar</b>	<b>0.64</b>	<b>0.99</b>	<b>1.79</b>	<b>1.66</b>	<b>-0.53</b>	<b>1.41</b>
<b>6.4.Outros Débitos</b>	<b>0.05</b>	<b>0.34</b>	<b>0.69</b>	<b>0.77</b>	<b>-0.12</b>	<b>0.18</b>
<b>7.Variação Ativo Financ.</b>	<b>0.63</b>	<b>-0.31</b>	<b>2.17</b>	<b>-0.53</b>	<b>0.04</b>	<b>2.01</b>
<b>7.1.Disponível</b>	<b>0.65</b>	<b>-0.35</b>	<b>0.01</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.03</b>
<b>7.2.Vinculação c/c Bancaria</b>	<b>0.82</b>	<b>0.03</b>	<b>0.33</b>	<b>-0.01</b>	<b>0.04</b>	<b>0.11</b>
<b>7.3.Realizável</b>	<b>-0.04</b>	<b>0.01</b>	<b>1.83</b>	<b>-0.52</b>	<b>0.00</b>	<b>1.87</b>

Fonte: Balanço do Estado

(II) (I-2-3)-(5+6-7)

O déficit orçamentário é igual ao déficit considerado (4) mais a variação da Dívida Fundada (5), pois o Estado inclui as Receitas de Capital e as amortizações em Orçamento.

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Déficit e seu Financiamento - 1982/1987

## Administração Direta

Em Valores Correntes (US\$ Milhares-Média do Período)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Receitas Correntes</b>	<b>1571.041</b>	<b>1666.973</b>	<b>1627.866</b>	<b>1193.467</b>	<b>1687.912</b>	<b>1695.373</b>
<b>2.Despesas Correntes</b>	<b>1742.923</b>	<b>1376.575</b>	<b>1252.127</b>	<b>1085.126</b>	<b>1988.435</b>	<b>1815.948</b>
2.1.Juros e Encargos	245.521	329.261	243.474	658.886	366.596	464.589
2.2.Outras	1497.402	1047.313	1003.653	1226.237	1622.837	1351.319
<b>3.Investimentos</b>	<b>304.352</b>	<b>218.528</b>	<b>198.172</b>	<b>174.997</b>	<b>193.134</b>	<b>247.284</b>
<b>4.Deficit (§)</b>	<b>-512.234</b>	<b>-528.170</b>	<b>-429.433</b>	<b>-866.658</b>	<b>-472.637</b>	<b>-457.775</b>
<b>5.Variação Dívida Fundada</b>	<b>343.655</b>	<b>46.722</b>	<b>192.746</b>	<b>79.184</b>	<b>243.916</b>	<b>358.516</b>
5.1.Rec.Op.Cred.	424.105	149.179	273.526	234.146	465.341	568.427
5.2.Amortização	88.459	108.442	100.780	154.962	161.375	207.517
<b>6.Variação Div.Flotante</b>	<b>302.592</b>	<b>437.459</b>	<b>572.694</b>	<b>703.315</b>	<b>257.534</b>	<b>538.424</b>
6.1.Débitos Tesouraria	133.812	105.767	71.427	154.584	143.733	19.406
6.2.Restos a Pagar	21.828	129.356	105.402	164.362	239.454	174.514
6.3.Serv.Div.a Pagar	136.941	157.330	300.756	260.990	-103.138	305.824
6.4.Outros Débitos	10.011	54.046	75.107	123.379	-22.114	37.876
<b>7.Variação Ativo Financeiro</b>	<b>134.013</b>	<b>-49.782</b>	<b>345.007</b>	<b>-84.159</b>	<b>8.843</b>	<b>436.740</b>
7.1. Disponível	137.934	-56.439	1.594	1.655	1.327	5.536
7.2.Vinculação c/c Bancária	4.132	5.328	52.352	-1.299	7.294	24.773
7.3.Realizável	-8.053	1.129	291.161	-82.915	8.224	466.432

Fonte: Balanço do Estado

(§) (1-2-3)-(5-6-7)

O déficit orçamentário é igual ao déficit aqui considerado (4) mais a variação da Dívida Fundada (5), pois o Estado inclui as Receitas de Capital e as Autorizações em Orçamento.

## Diagnóstico do Setor Público no ICS

## Necessidades de Financiamento do Setor Público - 1982/1987

## Administração Direta

## Em Valores Correntes (Cr\$ Milhões)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
I. Deficit nominal (8)	196.104	790.829	2532.234	12763.734	12683.874	103999.684
I.1. Dívida Fundada Interna	156.471	434.147	1571.334	6232.454	8761.424	92613.384
- <b>Ex Titulos</b>	105.436	250.371	1028.964	3013.289	3644.239	51076.404
- <b>Por Contratos</b>	51.435	179.776	541.394	2919.174	5477.194	41516.984
I.2. Dívida Fundada Externa	11.545	63.071	517.534	1488.884	488.694	7181.684
I.3. Dívida Flutuante	35.844	267.894	1117.664	4575.124	3564.754	22335.384
I.4. Dívida Total	223.816	766.312	3205.544	12216.464	12806.264	122139.744
I.5. Ativo Financeiro	-27.712	38.517	-673.316	547.474	-122.374	-18139.684
II-Deficit em % do PIB	5,104	8,104	8,204	12,544	4,764	11,524
III-Def. em % das Rec.Corr.	67,944	121,404	126,404	164,404	54,244	156,404
I. Deficit Operacional (8)	76.174	247.968	576.394	3229.634	3207.844	4929.844
I.1. Dívida Fundada Interna	76.461	46.784	117.264	1386.944	4464.964	25116.384
- <b>Ex Titulos</b>	42.365	-14.435	125.884	135.854	1251.834	18196.404
- <b>Por Contratos</b>	27.696	61.219	-8.264	1171.054	3213.934	7010.384
I.2. Dívida Fundada Externa	0.244	-3.822	324.844	23.624	-373.494	-2381.384
I.3. Dívida Flutuante	27.537	134.487	897.644	1351.644	-762.044	-9334.244
I.4. Dívida Total	97.882	177.451	1251.704	2682.164	3329.434	13280.844
I.5. Ativo Financeiro	-27.712	38.517	-673.316	547.474	-122.374	-18139.684
II-Deficit em % do PIB	1,6	2,1	1,7	3,2	1,2	-0,5
III-Def. em % das Rec.Corr.	23,9	31,9	28,8	41,6	13,7	-7,4

Fonte: Balanço do Estado

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Necessidades de Financiamento do Setor Público - 1982/1987

## Administração Direta

## Em Valores Correntes (US\$ Milhões-Média do Período)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
I. Deficit nominal (a)	1063.471	1255.257	1277.526	1962.147	916.354	2505.200
I.1.Dívida Fundada Interna	848.541	784.515	884.654	758.487	632.974	2238.929
-Es Titulos	569.610	410.669	527.244	587.337	264.725	1239.838
-For Contratos	278.932	294.446	277.411	448.752	368.254	1000.082
I.2.Dívida Fundada Externa	62.608	103.391	265.165	216.583	34.684	172.994
I.3.Dívida Flutuante	382.693	437.457	572.694	783.315	757.538	538.425
I.4.Dívida Total	1213.753	1245.275	1642.533	1877.987	1253.196	2741.939
I.5.Atkivo Financeiro	-154.282	49.982	-345.007	84.160	-8.842	-436.740
II-Deficit em % do PIB	5.109	8.109	8.289	12.549	4.764	11.530
III-Def.em % das Rec.Corr.	67.900	121.400	126.000	164.400	54.200	156.000
I. Deficit Operacional (a)	380.531	348.629	296.376	496.478	231.675	-116.752
I.1.Dívida Fundada Interna	380.049	76.625	68.485	289.914	322.574	665.015
-Es Titulos	229.854	-23.642	64.581	28.884	70.381	436.147
-For Contratos	150.195	100.267	-4.222	186.021	232.192	168.858
I.2.Dívida Fundada Externa	1.323	-6.268	166.449	3.631	-26.983	-57.362
I.3.Dívida Flutuante	149.441	224.272	414.843	287.782	-55.054	-229.665
I.4.Dívida Total	530.813	298.638	641.377	412.318	240.537	317.989
I.5.Atkivo Financeiro	-154.282	49.982	-345.007	84.160	-8.842	-436.740
II-Deficit em % do PIB	1.000	2.100	1.900	3.200	1.200	-0.500
III-Def.em % das Rec.Corr.	23.900	31.900	28.800	41.600	13.700	-7.400

Fonte:Balanco do Estado

o que o governo federal deve fazer para garantir a estabilidade fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas? O que é preciso para que o Rio Grande do Sul possa ter uma economia saudável e sustentável?

Este documento visa fornecer uma visão geral da situação financeira do Rio Grande do Sul, avaliar os riscos e oportunidades existentes e propor medidas para garantir a estabilidade fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas. Ele também discute as implicações da crise econômica global e sua influência na economia do Rio Grande do Sul, e oferece soluções para mitigar os impactos.

O documento aborda as principais fontes de receita e despesa do governo, bem como os principais riscos financeiros. Ele também analisa a evolução da dívida pública e suas implicações para a sustentabilidade das finanças públicas. Por fim, ele propõe uma agenda de ação para garantir a estabilidade fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas no Rio Grande do Sul.

Este documento é destinado a todos os cidadãos do Rio Grande do Sul, bem como a autoridades políticas, empresários e especialistas em finanças. Ele visa informar sobre os riscos e oportunidades existentes e propor soluções para garantir a estabilidade fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas no Rio Grande do Sul.

A dívida pública do Rio Grande do Sul é considerada uma das maiores preocupações financeiras do Brasil. De acordo com dados do Conselho de Contabilidade Pública, a dívida pública do Rio Grande do Sul era de R\$ 13,9 bilhões em 2018, representando 22,7% do PIB. A dívida pública do Rio Grande do Sul é composta principalmente por dívidas contraídas pelo governo estadual, medindo 10,6 bilhões de reais. As dívidas contraídas pelo governo municipal totalizam R\$ 3,3 bilhões, enquanto as dívidas contraídas pelo setor privado totalizam R\$ 1,0 bilhão. A dívida pública do Rio Grande do Sul é dividida entre os municípios, que representam 29,2% da dívida, e o governo estadual, que representa 70,8%.

No ano de 2018, a dívida pública do Rio Grande do Sul cresceu 10,7%, o que representa um aumento de R\$ 1,4 bilhão. Esse aumento é resultado de uma combinação de fatores, incluindo a alta taxa de juros praticada pelo Banco Central Federal (Banco Central), que aumentou o custo do financiamento do governo estadual, e a alta inflação, que aumentou os custos operacionais.

## 2.1 ENDIVIDAMENTO TOTAL DO SETOR PÚBLICO NO RIO GRANDE DO SUL

O endividamento total do setor público no RGS somava, ao final de 1987, Cr\$ 341.582,3 milhões (US\$ 4,7 bilhões), sendo 48% creditado ao Setor Governamental (US\$ 2,3 bilhões) e 52% ao Setor Empresarial (US\$ 2,4 bilhões). (Ilustração 17).

As empresas estatais, apesar do maior vulto de sua dívida, tem revelado ser um ônus menor em sua administração, pois seu endividamento é majoritariamente financiado com recursos externos e adiantamentos do governo federal (aviso MF-09 e MF-30) concedidos através do Banco do Brasil, para fazer face ao serviço de sua dívida externa. Assim, não tem comprometido o sistema financeiro estadual, bem como os custos financeiros têm se revelado mais baixos do que a alternativa mais utilizada pelo setor governamental, o financiamento doméstico.

Em suma, dada a possibilidade de rolagem das dívidas internas e externas junto a instituições financeiras federais (Banco do Brasil, antigo BNH, hoje CEF e BNDES) o endividamento das empresas estatais não se apresentou como extremamente problemático. No entanto, esta não é uma forma apropriada do financiamento pois o problema potencial perdura, ficando o governo do Estado em uma situação instável e perigosamente sujeito às medidas de política econômica do governo federal.

A administração do endividamento tem sido mais difícil e onerosa para o setor governamental, pelo menor acesso que este segmento tem obtido junto ao exterior e a fontes de financiamento oficiais federais. Com isso, além de ser obrigado a comprometer suas instituições financeiras na captação de depósitos a prazo, uma alternativa bem mais onerosa, o Estado vem excedendo os limites legais fixados pelo senado federal para seu endividamento público.

## 2.2 DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO RIO GRANDE DO SUL

A dívida pública da administração direta do RGS, considerada em valores constantes de dezembro de 1987, apresenta no período 82/85 um constante crescimento (15,9% a.a), tendo atingido 126,6% das receitas correntes em 1985. (Ilustração 21). Este crescente endividamento, refletindo a fragilidade da situação financeira estadual, foi basicamente financiado pela obtenção de recursos junto ao sistema financeiro estadual e pelo atraso nos pagamentos, tendo a inadimplência representado 31,1% das receitas correntes do governo em 1984 e 29,2% em 1985. (Ilustrações 22 e 24).

Em 1986 e 1987 tal situação se reverte um pouco, como resultado da diminuição dos déficits e da maior participação das instituições financeiras federais (Ilustração 23), em especial do Banco do Brasil, no atendimento às necessidades financeiras do governo do Rio Grande do Sul, com o que a percentagem da dívida líquida estadual financiada por aquelas instituições passou a representar 18,3%, contra apenas 0,4% em 1985 (Ilustração 19).

Com a diminuição relativa da dívida líquida nesses dois últimos anos como pode ser observado na Ilustração 20 e da maior ajuda federal o governo estadual pode reduzir seus atrasados, reforçar seu "fundo de liquidez dos títulos da dívida pública estadual" e reduzir sua dívida por empréstimos junto ao sistema financeiro estadual, o que permitiu diminuir a presença daquelas instituições na captação de recursos de curto prazo (overnight e CDB), tornando mais administrável e menos oneroso o giro do endividamento estadual do Rio Grande do Sul.

Mesmo assim, a situação financeira do governo gaúcho ainda pode ser considerada crítica pois sua dívida ainda é excessiva, ultrapassando os limites legais (Resolução 62/75 do Senado Federal) (Ilustração 18), bem como elevado o grau de inadimplência do governo estadual do Rio Grande do Sul. Os atrasados representam, em 1987, 19,2% do total do endividamento líquido.

## ILUSTRAÇÃO 17

DÍVIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO DO RGS  
SALDOS EM CZ\$ MILHÕES DE DEZ-87

	1982	1985	1987
SETOR GOVERNAMENTAL (AD, DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES)	114.783,3	153.727,0	164.642,8(*)
SETOR EMPRESARIAL	133.046,6	173.539,0	176.939,5
DÍVIDA TOTAL	247.829,9	327.266,0	341.582,3

(\*) ESTIMATIVO

ILUSTRAÇÃO 18 LIMITES LEGAIS AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO (RESOLUÇÃO 62/75 SENADO)

OPERAÇÕES

LIMITES / OBSERVAÇÕES

1. DIVIDA FUNDADA INTERNA

- A) OPERAÇÕES NORMAIS
- MONTANTE GLOBAL NÃO PODE EXCEDER 70% DA RECEITA LIQUIDA REALIZADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR, CORRIGIDA MONETARIAMENTE; CRESCIMENTO ANUAL NÃO PODE EXCEDER A 20% DA RECEITA LIQUIDA REALIZADA; DISPENDIO ANUAL COM PAGAMENTOS DE PRINCIPAL E ACESSÓRIOS NÃO PODE EXCEDER 15% DA RECEITA E A DIVIDA EM TÍTULOS NÃO PODE EXCEDER 50% DO LIMITE (35% DA RECEITA LIQUIDA REALIZADA).

- B) EXTRALIMIT - OPERAÇÕES COM RECURSOS DO FNDU (FUNDO NAC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO), FAS (FUNDO DE ASSIST. SOCIAL) E DO EX-BNH)

2. DIVIDA FUNDADA EXTERNA  
CONSIDERADA EXTRA-LIMITE

3. EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA

O TOTAL NÃO PODE ULTRAPASSAR 25% DA RECEITA LIQUIDA ESTIMADA DO EXERCÍCIO; O DISPÊNDIO MENSAL COM PAGAMENTOS (PRINCIPAL E ACESSÓRIOS) NÃO PODE ULTRAPASSAR A 5% DA RECEITA LIQUIDA ESTIMADA DO EXERCÍCIO. A LIQUIDAÇÃO DESTES EMPRÉSTIMOS DEVE SER ATÉ 30 DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.

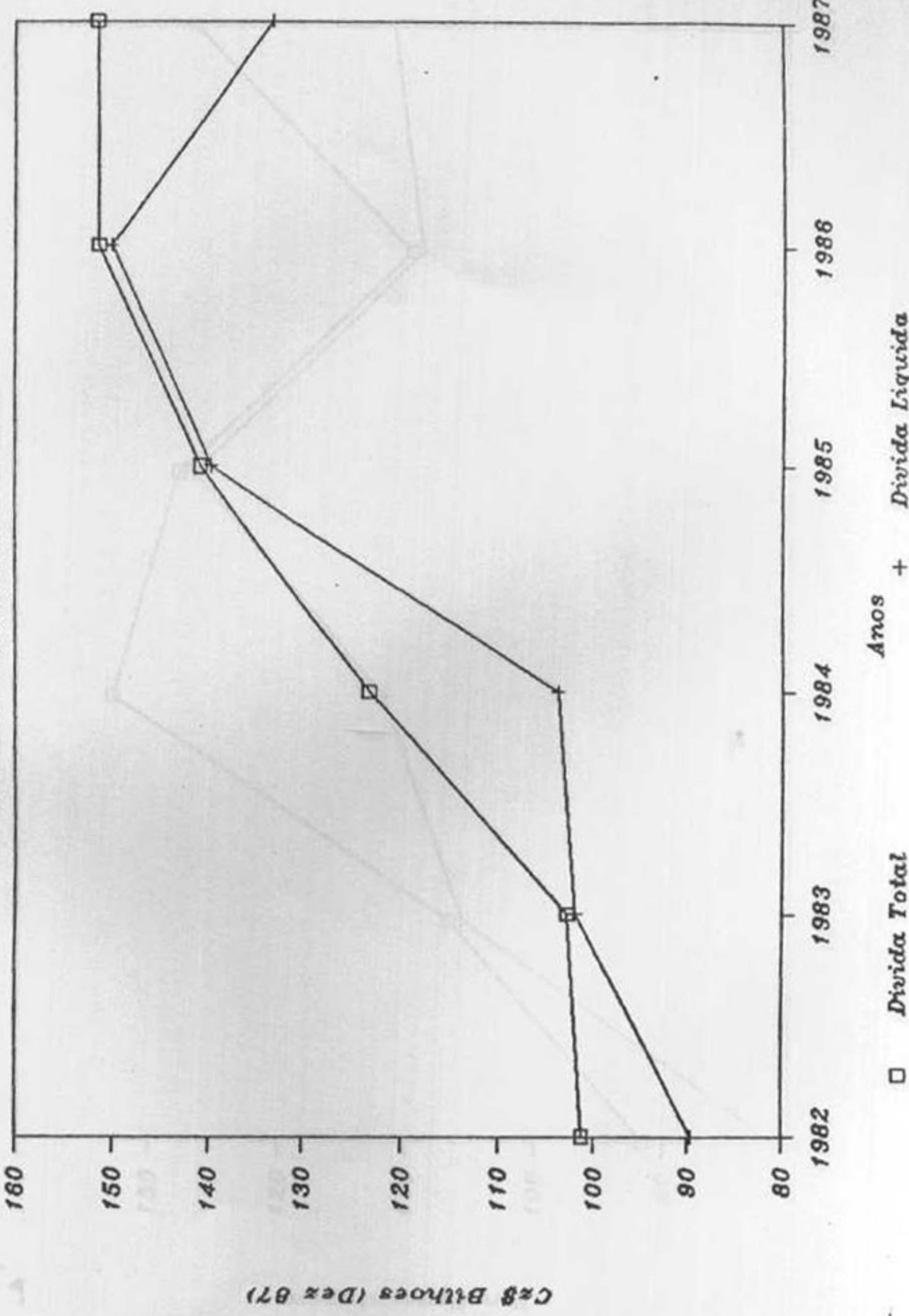
**ILUSTRACAO 19 ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DÍVIDA PÚBLICA**

( EM CZ\$ MILHÕES DE DEZ. 87 )

	1985	1986	1987
	CZ\$	CZ\$	%
<b>DÍVIDA LIQUIDA TOTAL</b>	<b>139.607,6</b>	<b>100,0</b>	<b>150.019,8</b>
SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL	<u>81.012,7</u>	<u>58,0</u>	<u>98.756,7</u>
- TÍTULOS (+)	40.536,6	29,0	43.463,6
- EMPRESTIMOS (+)	41.630,5	29,8	56.623,9
- ATIVO FINANCEIRO (-)	-1.154,4	-0,8	-1.330,8
SISTEMA FINANCEIRO FEDERAL	<u>548,1</u>	<u>0,4</u>	<u>5.488,9</u>
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	<u>17.133,3</u>	<u>12,3</u>	<u>12.858,0</u>
ATRASADOS	<u>32.172,1</u>	<u>23,0</u>	<u>29.201,8</u>
OUTROS	<u>8.741,4</u>	<u>6,3</u>	<u>3.714,4</u>
			<b>100,0</b>
			<b>133.082,8</b>
			<b>100,0</b>

# Diagnóstico do Setor Público no RGS

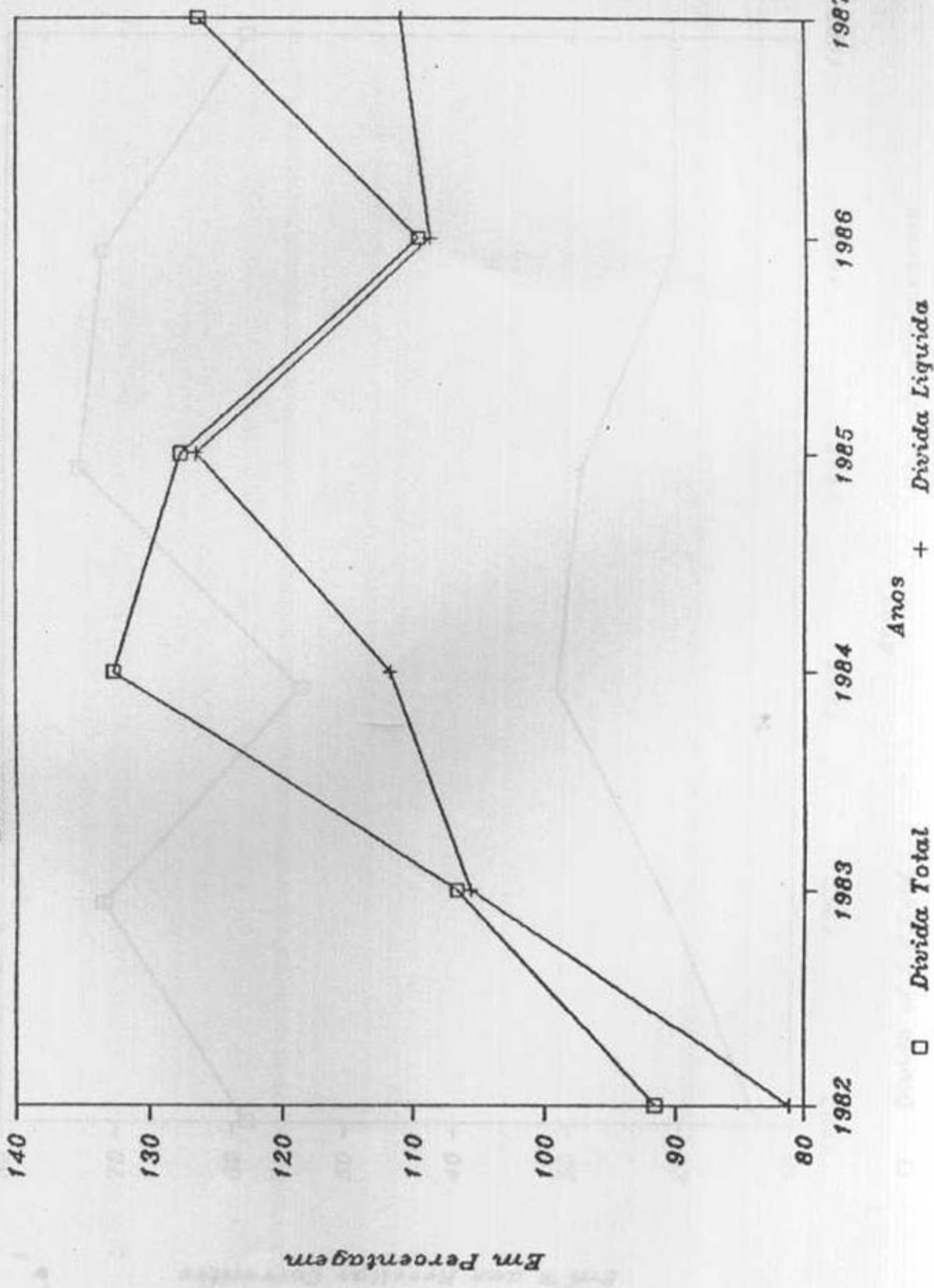
Evolução da Dívida Pública



ILUSTRACAO 21

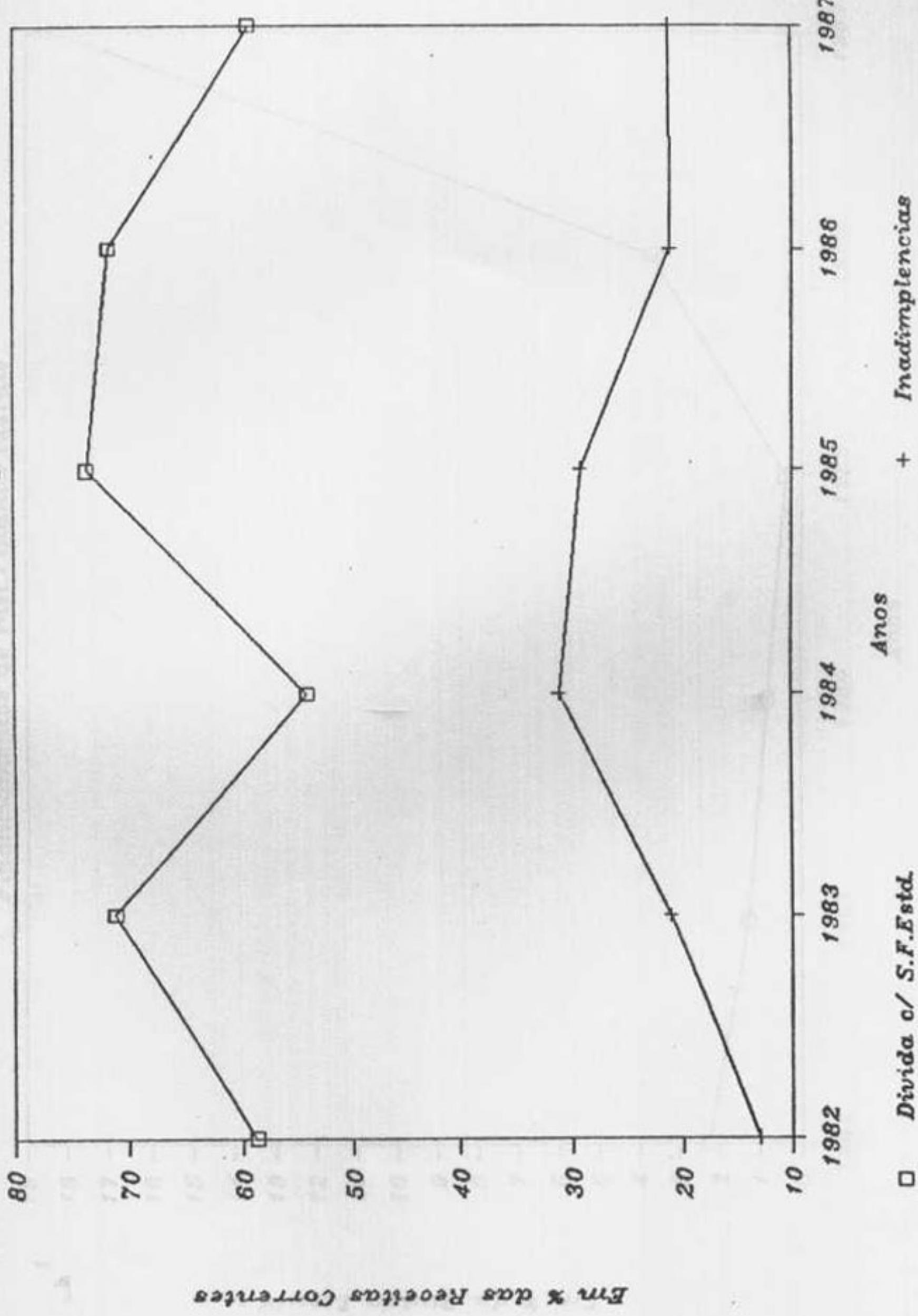
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Divida Pública sobre Rec. Correntes



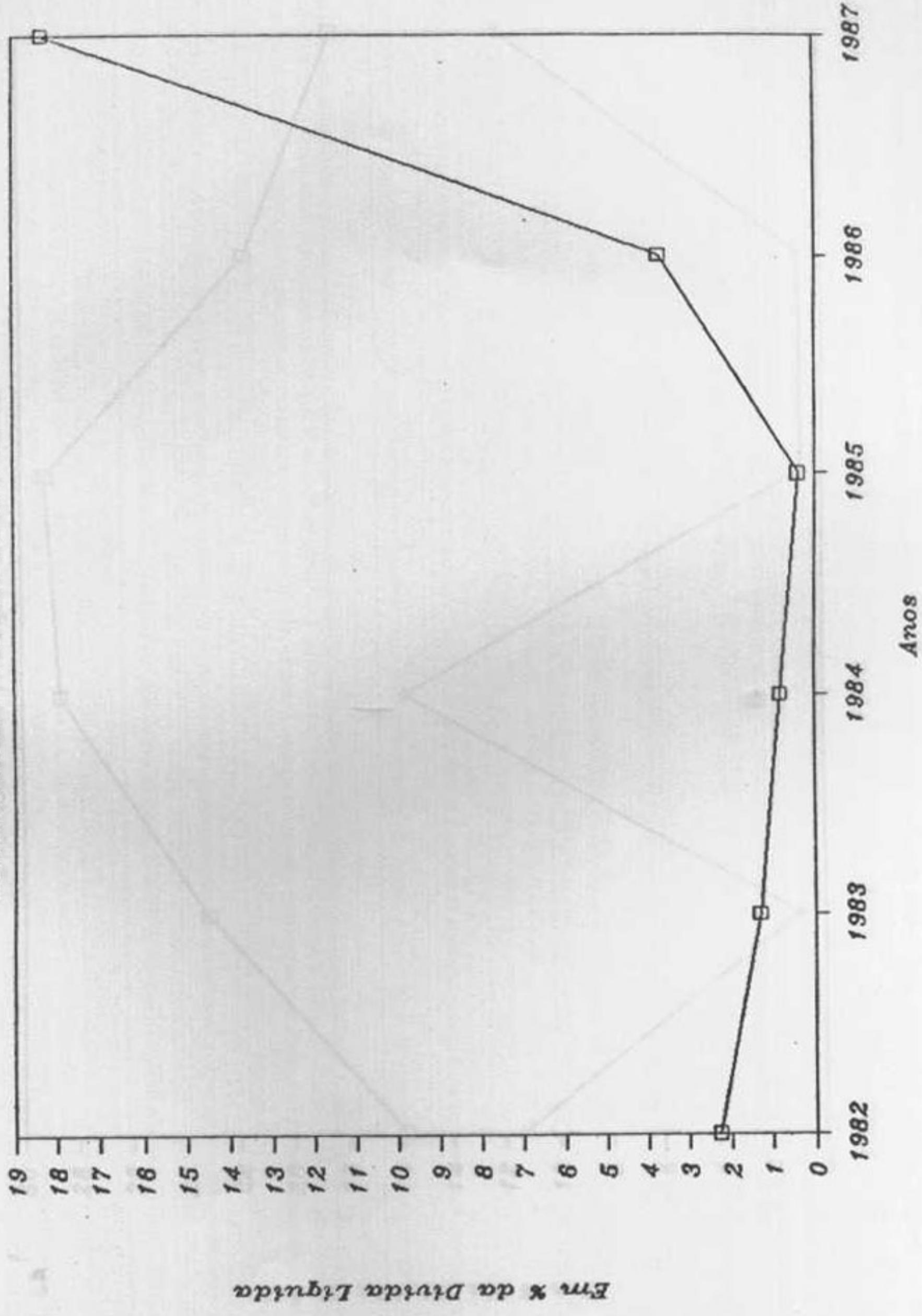
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Div. c/Sist.Financ.Est.e Inadimplências



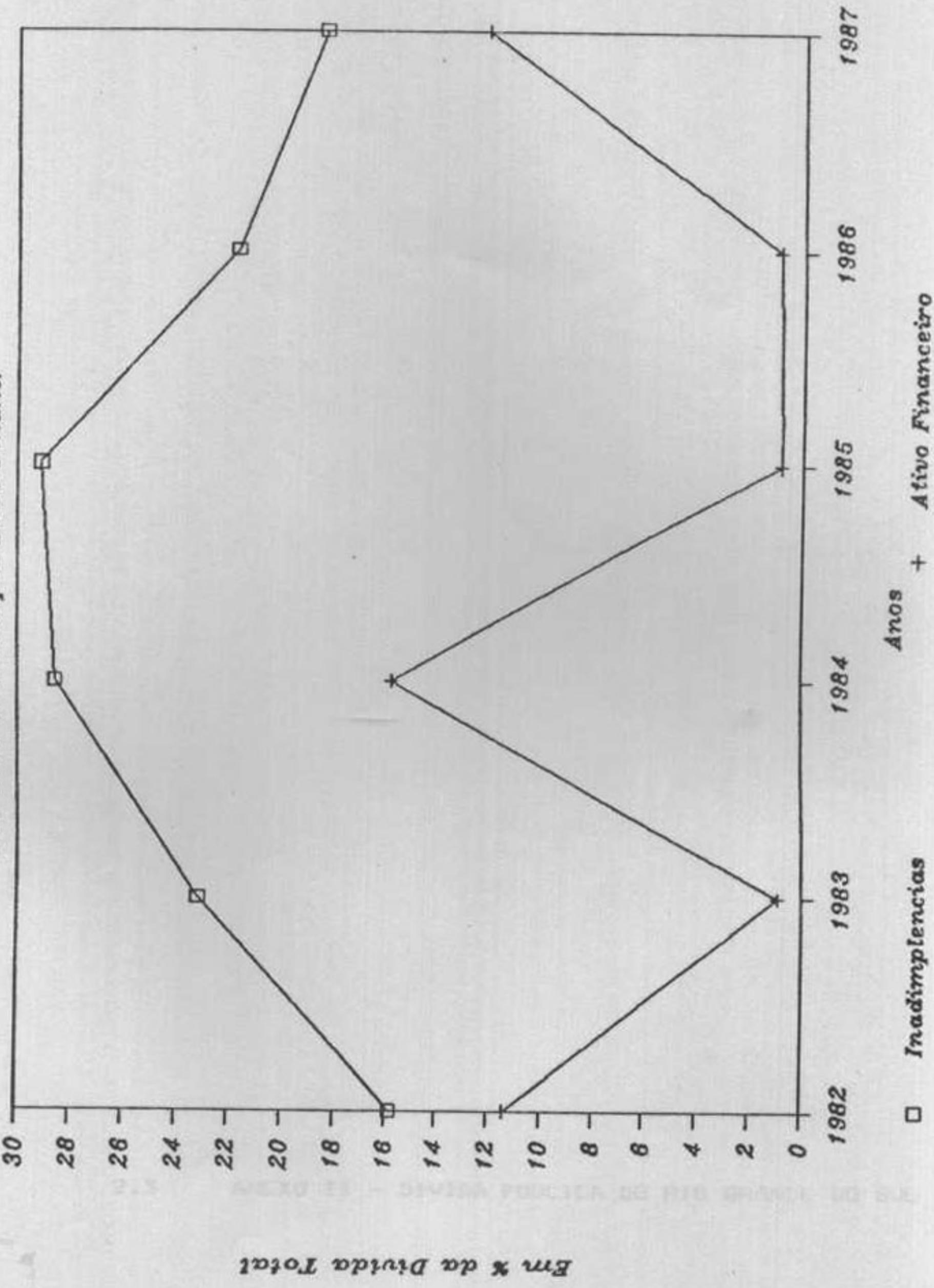
**ILUSTRACAO 23 Diagnóstico do Setor Público no RGS**

*Financiamentos de Inst.Financ.Federais*



# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Evolução das Inadimplências Financeiras.



**2.3 ANEXO II - DÍVIDA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

## Diagnóstico do Setor Público no R\$5

Dívida Pública - 1982/1987

Administração Direta

Em Valores Correntes (R\$5 Milhões)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Dívida Fundada Interna</b>						
1.1. Em Títulos	244,04	674,93	2245,34	8477,79	17239,21	109852,54
1.2. Por Contratos	169,12	419,49	1448,45	4761,73	8125,96	59322,31
- Banco do Brasil	75,72	255,49	796,89	3716,46	8813,25	50330,20
- BNDES	1,49	4,76	6,92	1,79	1004,96	22342,19
- BANRISUL	2,56	6,54	17,69	43,99	48,53	1019,29
- BNBCE	48,83	171,24	539,44	2191,45	5387,75	13415,10
- BANRESIM	12,87	34,33	161,78	1222,11	2822,71	11097,94
- OUTROS	6,91	19,42	74,88	238,51	336,69	1414,70
	3,55	6,76	11,66	18,61	40,61	241,60
<b>2. Dívida Fundada Externa</b>	<b>23,11</b>	<b>86,10</b>	<b>692,71</b>	<b>2812,64</b>	<b>2492,69</b>	<b>9674,36</b>
<b>3. Dívida Flutuante</b>	<b>84,69</b>	<b>351,78</b>	<b>1467,44</b>	<b>6944,56</b>	<b>9689,31</b>	<b>31944,69</b>
<b>3.1. Débitos de Tesouraria</b>	<b>28,99</b>	<b>93,57</b>	<b>222,97</b>	<b>1238,55</b>	<b>3228,10</b>	<b>4033,74</b>
<b>3.2. Restos a Pagar</b>	<b>28,75</b>	<b>94,43</b>	<b>344,13</b>	<b>1239,32</b>	<b>4678,92</b>	<b>11923,69</b>
<b>3.3. Serv. Div. a Pagar</b>	<b>29,07</b>	<b>125,15</b>	<b>712,10</b>	<b>2489,86</b>	<b>582,21</b>	<b>13644,88</b>
<b>3.4. Outros Débitos</b>	<b>5,67</b>	<b>38,64</b>	<b>224,24</b>	<b>1026,83</b>	<b>720,48</b>	<b>2342,59</b>
<b>4. Total</b>	<b>352,64</b>	<b>1112,95</b>	<b>4318,49</b>	<b>16534,75</b>	<b>29341,21</b>	<b>151471,46</b>
<b>5. Ativo Financeiro</b>	<b>46,29</b>	<b>9,77</b>	<b>683,48</b>	<b>674,98</b>	<b>238,40</b>	<b>18388,60</b>
<b>5.1. Disponível</b>	<b>35,56</b>	<b>1,11</b>	<b>4,22</b>	<b>4,58</b>	<b>23,41</b>	<b>252,89</b>
<b>5.2. Vincul. c/c Bancária</b>	<b>3,97</b>	<b>7,22</b>	<b>107,39</b>	<b>104,93</b>	<b>201,82</b>	<b>1236,20</b>
<b>5.3. Realizável</b>	<b>0,76</b>	<b>1,45</b>	<b>589,47</b>	<b>589,47</b>	<b>33,17</b>	<b>16995,60</b>
<b>6. Dívida Líquida</b>	<b>312,35</b>	<b>1103,18</b>	<b>3635,41</b>	<b>15859,97</b>	<b>29883,21</b>	<b>133882,61</b>

Fonte: Balanço do Estado

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Divida Pública - 1982/1987

## Administração Direta

## Em Valores Correntes (US\$ Milhares-Fim de Período)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Divida Fundada Interna</b>						
1.1. Em Títulos	967.735	685.959	705.195	898.178	1153.973	1520.429
1.2. Por Contratos	688.458	426.312	454.915	453.928	564.424	823.827
- Banco do Brasil	289.277	259.647	259.294	354.248	589.949	696.642
- BNDES	3.945	1.000	6.287	4.171	67.271	369.229
- BANRISUL	10.134	6.647	5.556	4.194	3.249	25.179
- BEMT	192.992	174.628	166.471	208.874	360.784	165.674
- BIREL	54.862	51.154	56.810	116.542	135.370	153.642
- BNEF	27.316	19.733	23.472	22.737	22.538	19.583
- OUTROS	14.428	7.888	3.662	1.774	6.716	3.336
<b>2. Divida Fundada Externa</b>	<b>91.348</b>	<b>87.383</b>	<b>107.607</b>	<b>191.859</b>	<b>166.858</b>	<b>133.878</b>
<b>3. Divida Flutuante</b>	<b>334.739</b>	<b>357.343</b>	<b>461.598</b>	<b>576.221</b>	<b>643.226</b>	<b>442.134</b>
3.1. Débitos de Tesouraria	114.581	95.867	73.169	118.870	216.005	55.827
3.2. Restos a Pagar	82.791	75.915	94.262	130.536	313.242	165.034
3.3. Serv. Div.a Pagar	114.972	127.102	223.649	229.729	65.749	188.853
3.4. Outros Débitos	22.355	37.268	76.427	97.887	48.291	32.422
<b>4. Total</b>	<b>1373.822</b>	<b>1131.046</b>	<b>1356.310</b>	<b>1576.258</b>	<b>1944.468</b>	<b>2096.461</b>
<b>5. Ativo Financeiro</b>	<b>159.237</b>	<b>9.927</b>	<b>214.535</b>	<b>64.345</b>	<b>17.274</b>	<b>254.510</b>
5.1. Disponível	140.553	1.124	1.325	9.437	1.510	3.497
5.2. Vencul.c/c Bancária	15.672	7.335	34.256	9.622	13.510	17.427
5.3. Realizável	3.012	1.470	178.854	54.207	2.229	232.984
<b>6. Divida Líquida</b>	<b>1234.385</b>	<b>1121.117</b>	<b>1141.774</b>	<b>1511.913</b>	<b>1946.778</b>	<b>1841.951</b>

Fonte: Balanço do Estado

Diagnóstico do Setor Público no RG5

Divida Pública - 1982/1987

Administração Direta

Em Valores Constantes Dez 87 (C\$ Milhares)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Dívida Líquida</b>	<b>87711,49</b>	<b>101672,29</b>	<b>102768,69</b>	<b>137687,69</b>	<b>150019,89</b>	<b>133082,89</b>
<b>1.1. Sistema Financ. Estadual:</b>	<b>65423,49</b>	<b>68747,69</b>	<b>582349,54</b>	<b>81012,89</b>	<b>98756,79</b>	<b>71095,39</b>
<b>1.1.1. Títulos</b>	<b>48573,59</b>	<b>38747,59</b>	<b>41536,79</b>	<b>40536,79</b>	<b>42463,69</b>	<b>59522,39</b>
<b>1.1.2. Empréstimos</b>	<b>28926,74</b>	<b>34982,59</b>	<b>28515,69</b>	<b>416326,59</b>	<b>56627,79</b>	<b>29961,69</b>
<b>1.1.3. Ativo Financeiro</b>	<b>-11571,99</b>	<b>-942,49</b>	<b>-19496,59</b>	<b>-1154,49</b>	<b>-1339,89</b>	<b>-10380,69</b>
<b>1.2. Sistema Financ. Federal:</b>	<b>2042,59</b>	<b>1337,39</b>	<b>863,59</b>	<b>548,19</b>	<b>5448,99</b>	<b>24402,39</b>
<b>1.3. Dívida Fundada Externa</b>	<b>6637,89</b>	<b>7914,49</b>	<b>17222,39</b>	<b>17133,39</b>	<b>12838,99</b>	<b>9674,39</b>
<b>1.4. Atrasados</b>	<b>14370,49</b>	<b>29281,89</b>	<b>28876,39</b>	<b>32172,19</b>	<b>29281,89</b>	<b>25368,49</b>
<b>1.5. Outros</b>	<b>1627,49</b>	<b>3569,19</b>	<b>6377,49</b>	<b>8741,49</b>	<b>3714,49</b>	<b>2342,59</b>
<b>2. Em Percentagem</b>						
<b>2.1. Dívida Líquida</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>2.1.1. Sistema Financ. Est.</b>	<b>72,49</b>	<b>67,47</b>	<b>48,55</b>	<b>58,63</b>	<b>65,83</b>	<b>53,42</b>
<b>2.1.2. Sistema Fin. Federal</b>	<b>2,28</b>	<b>1,31</b>	<b>0,83</b>	<b>0,39</b>	<b>3,63</b>	<b>18,34</b>
<b>2.1.3. Dívida Externa</b>	<b>7,49</b>	<b>7,81</b>	<b>16,61</b>	<b>12,27</b>	<b>8,57</b>	<b>7,27</b>
<b>2.1.4. Atrasados</b>	<b>16,42</b>	<b>19,91</b>	<b>27,84</b>	<b>23,84</b>	<b>19,47</b>	<b>19,21</b>
<b>2.1.5. Outros</b>	<b>1,81</b>	<b>3,59</b>	<b>6,17</b>	<b>6,26</b>	<b>2,48</b>	<b>1,76</b>
<b>3. Em % das Rec. Correntes</b>						
<b>2.1. Dívida Líquida</b>	<b>81,12</b>	<b>105,69</b>	<b>111,79</b>	<b>126,69</b>	<b>148,79</b>	<b>110,99</b>
<b>2.1.1. Sistema Financ. Est.</b>	<b>58,89</b>	<b>71,29</b>	<b>54,29</b>	<b>73,59</b>	<b>71,69</b>	<b>57,39</b>
<b>2.1.2. Sistema Fin. Federal</b>	<b>1,89</b>	<b>1,49</b>	<b>0,59</b>	<b>0,59</b>	<b>4,09</b>	<b>26,36</b>
<b>2.1.3. Dívida Externa</b>	<b>6,49</b>	<b>8,29</b>	<b>18,69</b>	<b>15,59</b>	<b>9,39</b>	<b>8,19</b>
<b>2.1.4. Atrasados</b>	<b>13,89</b>	<b>21,49</b>	<b>31,19</b>	<b>29,29</b>	<b>21,19</b>	<b>21,39</b>
<b>2.1.5. Outros</b>	<b>1,59</b>	<b>3,79</b>	<b>6,99</b>	<b>7,99</b>	<b>2,79</b>	<b>1,99</b>

Fonte: Balanço do Estado

### **3 DEFICIT E DIVIDA PÚBLICA - COMPARAÇÕES RIO GRANDE DO SUL E PARANA (1987)**

A comparação da situação econômica-financeira do governo estadual gaúcho com o governo estadual paranaense em 1987 é bastante interessante, pois este último vinha com uma situação saudável até 1986 e, em 1987 apresentou um déficit bastante expressivo.

Ao se observar a dívida pública paranaense, em 1986 nota-se que ela era menor do que a gaúcha (88,4% das receitas correntes em 1987 contra 125,1% no Rio Grande do Sul), e que a mesma era composta predominantemente de financiamentos externos (72,4%), com baixa participação de atrasados (4,8%), o que caracterizava uma situação econômica-financeira bastante tranquila.

Em 1987, a execução orçamentária paranaense foi bastante diferente da gaúcha. O orçamento estadual do Paraná apresentou déficit operacional equivalente a 24,4% das receitas correntes, o que obrigou inclusive o governo daquele estado a recorrer a fontes de recursos mais caras e menos nobres - empréstimos por antecipação de receita (débitos de tesouraria) e atrasos no pagamento de sua dívida.

Com seu elevado déficit no ano passado, a dívida estadual paranaense cresceu 33,2% em termos reais, enquanto a gaúcha diminuiu em 11,3%, o que fez com que a dívida do estado do Paraná ultrapassasse a do Rio Grande do Sul enquanto percentagem das receitas correntes (117,8% contra 110,9%). (Ilustração 28). É curioso observar que, em função da elevada participação de dívida flutuante no total da dívida gaúcha, os juros e encargos paranaenses (9,3% das receitas correntes) foram bem menores que no caso do Rio Grande do Sul (28,9%). Isto não significa necessariamente que o governo gaúcho pagou mais encargos do que o paranaense mas tão somente o fato de que contabiliza no orçamento a correção monetária da dívida flutuante, enquanto o mesmo não ocorre no caso da dívida fundada, que tem as correções monetária e cambial lançadas como variações extra orçamentárias. O Paraná, por apresentar maior participação da dívida fundada no total do seu endividamento contabilmente registra menos encargos que o Rio Grande do Sul. (Ilustração 29).

Apesar dos melhores resultados em 1987, pode-se afirmar que a situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul ainda se configura mais difícil que a do Paraná, pois uma parcela mais expressiva de sua dívida é financiada por atrasos no pagamento de seus compromissos e por captações de curto prazo no mercado financeiro doméstico.

DÉFICIT PÚBLICO - PR E RGS  
 (CZ\$ MILHÕES DE DEZ-87)

	PARANÁ		RIO GRANDE DO SUL	
	VALOR	%REC.CORR.	VALOR	%REC.CORR.
RECEITAS CORRENTES	64.641,4	100,0	119.961,9	100,0
DESPESAS CORRENTES	68.904,0	106,6	135.692,5	113,1
-JUROS E ENCARGOS	6.022,6	9,3	34.716,1	28,9
-OUTROS	62.881,4	97,3	100.976,4	84,2
INVESTIMENTO(LÍQUIDO)	20.110,9	31,1	18.627,3	15,5
<u>DÉFICIT CONTÁBIL</u>	<u>24.373,5</u>	<u>37,7</u>	<u>34.357,9</u>	<u>28,6</u>
-VAR.DÍVIDA FUNDADA	12.640,7	19,5	26.789,4	22,3
-VAR.DÍVIDA FLUTUANTE	15.822,7	24,5	40.203,5	33,5
-VAR.ATIVO FINANCEIRO	-4.089,9	-6,3	-32.635,0	-27,2
DÍVIDA LÍQUIDA	76.121,2	117,8	133.082,8	110,9
DÉFICIT NOMINAL	65.044,5	100,6	103.999,6	86,7
DÉFICIT OPERACIONAL	15.750,2	24,4	-8.873,6	-7,4

FONTE: BALANÇO DO ESTADO DO PR E RGS

DÍVIDA PÚBLICA - PR E RGS  
(CZ\$ MILHÕES DE DEZ-87)

	PARANÁ		RIO GRANDE DO SUL	
	1986	1987	1986	1987
	VALOR	%	VALOR	%
DÍVIDA FUNDADA INTERNA				
-EM TÍTULOS	17.958,6	31,4	27.534,8	36,2
-POR CONTRATOS	548,8	1,0	523,0	0,7
	17.409,8	30,4	27.011,8	35,5
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA				
DÍVIDA FLUTUANTE	41.359,2	72,4	42.491,0	55,8
-DÉBITOS DE TESOURARIA	4.620,3	8,1	9.686,1	12,7
-RESTOS A PAGAR	-	-	2.600,0	3,4
-SERVIÇO DIV.A PAGAR	2.723,6	4,8	4.728,2	6,2
-OUTROS DEBITOS	-	-	1.048,2	1,4
	1.896,7	3,3	1.309,8	1,7
TOTAL	63.938,1	111,9	79.711,9	104,7
ATIVO FINANCEIRO	6.801,2	11,9	3.590,7	4,7
DÍVIDA LIQUIDA	57.136,9	100,0	76.121,1	100,0
-EM % RECEITAS CORR. 1987	88,4%	-	117,8	33,2%
-CRESCIMENTO REAL	-	-	125,1%	7,5%

FONTE: BALANÇO DOS ESTADOS DO PR E RGS



#### 4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NO RIO GRANDE DO SUL

O sistema financeiro estadual do Rio Grande do Sul é composto pelo:

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL
- Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BADESUL
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul - DIVERGS
- Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul
- Banrisul Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
- Banrisul S.A - Corretora de Valores Mobiliários e Cambio

Além disso, o governo do estado detém, em conjunto com os governos dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, o controle do:

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

A Ilustração 30 representa o organograma do sistema financeiro no Estado.

As principais instituições financeiras do governo do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL, DIVERGS, BADESUL e BRDE) têm tido, nos últimos anos, sua atuação marcada pelo direcionamento de seus recursos financeiros para atender as necessidades de financiamento do setor público do próprio governo estadual. A DIVERGS na captação de recursos, principalmente no mercado aberto, para o financiamento dos títulos de emissão do Tesouro Estadual e as outras (BANRISUL, BADESUL e BRDE) através de concessão de operações de crédito, principalmente de repasse de recursos obtidos junto a instituições financeiras oficiais federais (Ex. BNH, CEF, BNDES e BACEN) e repasse de empréstimos externos (Resolução 63).

Evidentemente, como esses recursos para repasses (oficiais federais e externos) não tem acompanhado o crescimento das necessidades de financiamento do governo estadual, bem como pelo fato do estado não ter tido acesso a outras fontes de financiamento, o sistema financeiro oficial do estado tem cumprido seu papel de emprestador, sendo a principal "vítima" dos atrasos nos pagamentos governamentais. Com isso, essas instituições obviamente se ressentem, vendo-se obrigadas a recorrer mais ativamente a captações de depósitos a prazo. A instituição mais afetada por essa situação tem sido o BANRISUL, por ser a maior credora individual do Estado e pelo fato de seu acesso a recursos de repasses ter-se reduzido significativamente no período.

Aparentemente, tais dificuldades não têm afetado o desempenho operacional dessas instituições, que nos últimos anos vêm apresentando melhora nos seus indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. A única exceção a essa regra geral é

a Caixa Econômica Estadual, que pouco financia o estado, mas tem problemas próprios pelo setor em que atua, pelo peso de sua máquina administrativa e sua pouca flexibilidade operacional.

Evidentemente, para uma melhor avaliação das instituições financeiras do governo estadual seria necessário aprofundar a análise da qualidade dos créditos destes intermediários. O problema que pode surgir deriva da alta participação de empréstimos junto ao setor público estadual. Como este costuma não ter recursos para honrar pontualmente seus compromissos, diversos esquemas de rolagem e rescalonamento são utilizados, o que leva os resultados contábeis a não refletirem adequadamente a real situação econômica e financeira destas instituições.

#### 4.2 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL

O período de 82/85, para o BANRISUL, conforme pode ser observado na Ilustração 31, caracterizou-se pela redução real dos recursos de repasses oficiais e externos (Resolução 63), obrigando a instituição a aumentar sua captação de depósitos a prazo. Nesse período suas operações com o setor público e setor privado mantiveram-se nos mesmos níveis reais e sem grande flutuações relativas. Também nessa gestão, o banco saiu de sua situação deficitária e passou, a partir de 1985, a gerar lucros.

Em 1986, favorecido pela liquidez da economia, o banco expandiu suas operações de crédito tanto ao setor público quanto ao privado. (Ilustração 32). Contribuiram para essa expansão o crescimento dos depósitos à vista, os repasses oficiais e a manutenção da captação de depósitos a prazo nos mesmos níveis reais do ano anterior. Apesar da expansão das operações, os lucros gerados decresceram em relação ao ano anterior, em função da redução nas margens de lucro das transações financeiras e pelo aumento das despesas administrativas.

Em 1987, a política monetária e creditícia, bem mais rígida, criou dificuldades para o BANRISUL. Os depósitos à vista cairam em termos reais, houve redução nos recursos de repasses e o banco não conseguiu manter sua captação de depósitos a prazo. (Ilustrações 33 e 34). Com isso, houve redução de 52,8% nos créditos concedidos ao setor privado (a preços constantes) e o banco foi socorrido em dezembro pelo governo federal, através de uma operação de renegociação de empréstimos ao governo estadual junto ao Banco do Brasil S.A., no valor de Cr\$ 12.576,8 milhões (voto CMN 340/c7).

A despeito de suas dificuldades na captação dos recursos necessários ao giro de sua carteira de empréstimos ao governo estadual, o BANRISUL encerrou o exercício de 1987 com substancial melhora em seus indicadores de liquidez, endividamento e lucratividade. (Ilustrações 35 a 38).

As Ilustrações 39 a 42, que estão a seguir, referem-se aos Balanços Patrimoniais, Demonstrativos de Resultados e Indicadores Financeiros do BANRISUL no período 1982-1987.

#### 4.3 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BADESCUL

O período 1982/85, para o BADESCUL, caracterizou-se pela maior obtenção de recursos de repasses de empréstimos oficiais, o que permitiu reduzir a dependência na captação de depósitos a prazo e aumentar em termos reais suas operações de crédito, em especial aqueles canalizados ao próprio governo estadual, que passou a representar 42,3% dos empréstimos do banco em 1985. (Ilustração 43). Esse maior acesso a repasses oficiais permitiu também ao BADESCUL uma significativa melhora em sua liquidez, desempenho operacional e rentabilidade (Ilustrações 48, 49, 50).

Em 1986, favorecido pela conjuntura, o banco permitiu-se expandir suas operações de crédito, tanto ao setor público quanto ao setor privado. (Ilustrações 44 e 45). Financiaram essa expansão creditícia o aumento dos repasses de recursos oficiais (Ilustrações 46 e 47), especialmente BNDES e FINAME, e a maior captação de depósitos a prazo. A redução nas margens de lucro nas transações financeiras explicam o decréscimo da rentabilidade do BADESCUL nesse ano.

Em 1987, a redução dos empréstimos ao governo estadual e a manutenção da obtenção de recursos de repasses oficiais permitiram que o BADESCUL expandisse suas operações de crédito ao setor privado, bem como reduzisse sua captação de depósitos a prazo, que passaram a representar apenas 19,4% do total das operações de crédito.

As Ilustrações 52 a 55 referem-se aos Demonstrativos de Origem e Aplicação de Recursos, Demonstrativos de Resultados e Indicadores Financeiros do BASUL no período 1982-1987.

#### 4.4 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DIVERGS

A principal atividade desempenhada por esta distribuidora governamental é a colocação e giro dos títulos da dívida pública estadual do Rio Grande do Sul. A DIVERGS pode ser considerada uma instituição que não assume riscos em sua atividade, pois além de administrar o "Fundo de Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual", conta com os recursos desse fundo para a cobertura de eventuais prejuízos com os títulos estaduais que intermedia.

Até 1985, a DIVERGS tinha por política de administração da dívida mobiliária estadual, procurar tomadores finais para os títulos, sendo pouco representativa a parcela dessa dívida estadual com acordos de recompra na Distribuidora.

Em 1986 houve uma mudança nessa política, passando a DIVERGS a promover o giro da dívida mobiliária estadual através de acordos de recompra, atingindo 97,6% dos títulos em circulação no ano de 1987. (Ilustração 56). A principal clientela da Distribuidora para a colocação desses títulos tem sido as instituições financeiras,

tendo sido observada uma redução percentual dos acordos de recompra com essas instituições em 1987, em virtude das aplicações do próprio governo estadual, através do "Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual" (Ilustração 57).

O desempenho operacional da DIVERGS e indicadores de rentabilidade no período 1982-1987 podem ser vistos nas Ilustrações 58 e 59.

As Ilustrações 60 a 63 referem-se aos Demonstrativos de Resultados, Demonstrativos de Operações Compromissadas e Indicadores Financeiros da DIVERGS no período 1982-1987.

#### 4.5 CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul é uma instituição financeira que apresenta problemas, conforme se pode ver por seus indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Especializada em atender o setor habitacional, a Caixa apresenta indicadores insatisfatórios de liquidez, dadas as características de suas aplicações e de sua principal fonte de recursos (cadernetas de poupança). No período considerado (1982/87), a Caixa não tem apresentado problemas para honrar seus compromissos, dado o bom desempenho de sua captação de depósitos, o que permitiu inclusive expandir suas operações de crédito até 1985.

Em 1986, apesar do crescimento dos depósitos, as operações de crédito foram reduzidas, tendo a Caixa aparentemente optado por reforçar suas disponibilidades. Em 1987 apresentaram retração as operações de crédito e os depósitos, apesar da rentabilidade bastante atraente das cadernetas de poupança naquele ano (Ilustrações 64 a 66).

A rentabilidade da instituição no período 1982/87 apresentou-se continuamente em decréscimo, tendo a Caixa apresentado prejuízos operacionais a partir de 1985. Tais resultados passaram a comprometer sua situação patrimonial, refletindo-se no seu indicador de endividamento, tendo a Caixa apresentado patrimônio líquido negativo em 1986. (Ilustrações 67 a 73).

Essa situação econômica financeira da Caixa tem sua explicação na redução das margens de lucro geradas pelas operações de crédito imobiliário e nas suas elevadas despesas administrativas, pois a Caixa é uma instituição independente que possui toda uma dispendiosa estrutura física de agências. A exemplo dos bancos comerciais, sua rede de agências poderia gerar outras receitas operacionais, mas isso não ocorre, pois na prática não consegue nem prestar serviços bancários ao segmento mais lucrativo do mercado, dado que a Caixa é impedida legalmente de operar com pessoas jurídicas, exceto nas operações de crédito imobiliário.

#### 4.6 BRDE

O BRDE é um banco de desenvolvimento que atua nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo controlado pelos governos desses estados. Seu perfil de aplicações é bastante

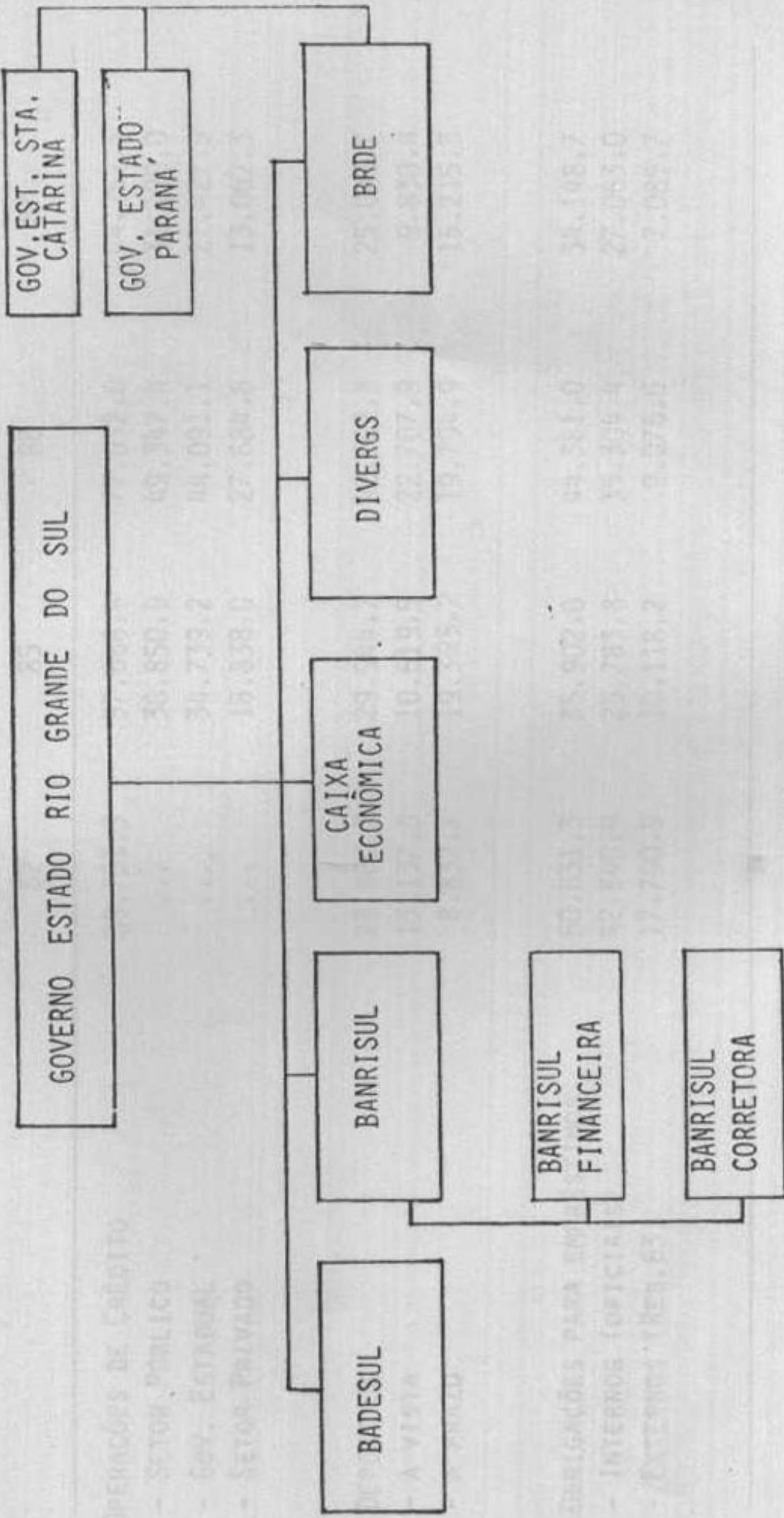
concentrado em operações de crédito ao setor público (61,0% em 1987), utilizando como recursos repasses de empréstimos oficiais, depósitos a prazo e, em menor escala, repasses de recursos externos (Resolução 63), como evidenciam as Ilustrações 74 a 79.

No que tange as operações contratadas no Rio Grande do Sul, no período 83/85 observou-se predominância nos empréstimos concedidos ao setor público, inclusive ao governo estadual, em detrimento do setor privado. Em 1986/87 houve redução das operações contratadas junto ao setor público e aumento dos empréstimos concedidos ao setor privado, que passaram a obter a maior parcela dos novos créditos. É interessante observar que em 1987 o governo estadual não obteve nenhuma nova contratação de recursos creditícios junto ao BRDE.

Quanto à situação econômica financeira do RRDE, observou-se durante todo o período 82/87 uma continua melhora nos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, com destaque para o melhor desempenho em 1986 e 1987 (Ilustrações 80 a 87).

**4.7 ANEXO III - SISTEMA FINANCEIRO DO R.GRANDE DO SUL**

ILUSTRAÇÃO 30



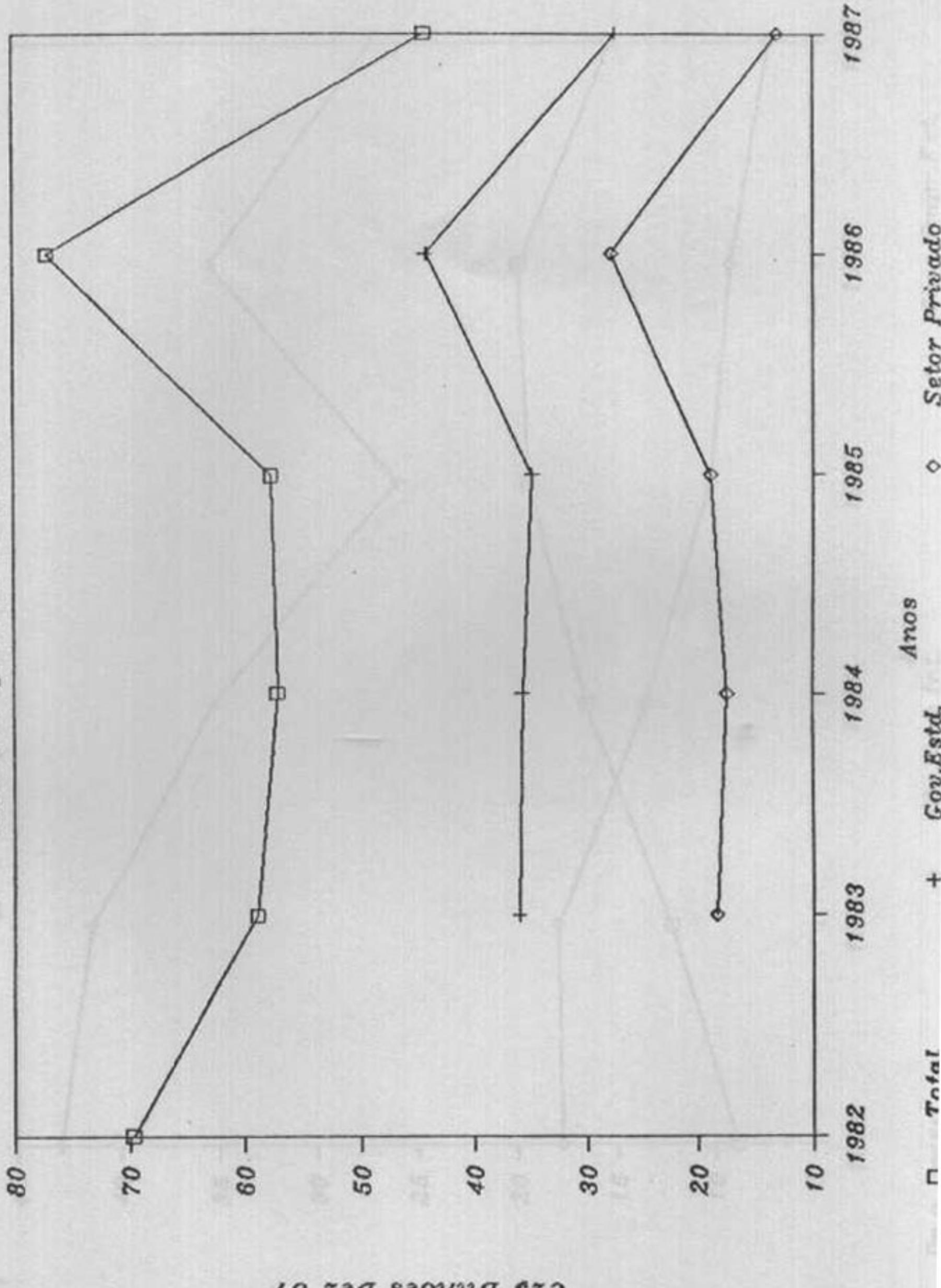
**ILUSTRAÇÃO 31 BANRISUL - PRINCIPAIS OPERAÇÕES**

**SALDOS EM CZ\$ MILHÕES DE DEZ-87**

	82	85	86	87
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>				
- SETOR PÚBLICO	69.731,3	57.688,9	77.032,0	44.252,3
...	...	38.850,9	49.347,4	31.190,0
- GOV. ESTADUAL	...	34.739,2	44.091,1	27.427,9
- SETOR PRIVADO	...	18.838,0	27.684,6	13.062,3
 DEPÓSITOS				
- A VISTA	23.969,7	29.944,7	42.502,8	25.045,7
- A PRAZO	15.137,0	10.619,5	22.707,9	9.830,4
	8.832,7	19.325,2	19.794,9	15.215,3
 OBRIGACÕES PARA EMPRÉSTIMOS				
- INTERNOS (OFICIAIS)	60.631,3	35.902,0	44.381,0	34.148,7
- EXTERNOS (RES.63)	42.840,4	25.783,8	35.304,4	27.063,0
	17.790,9	10.118,2	9.076,6	7.085,7

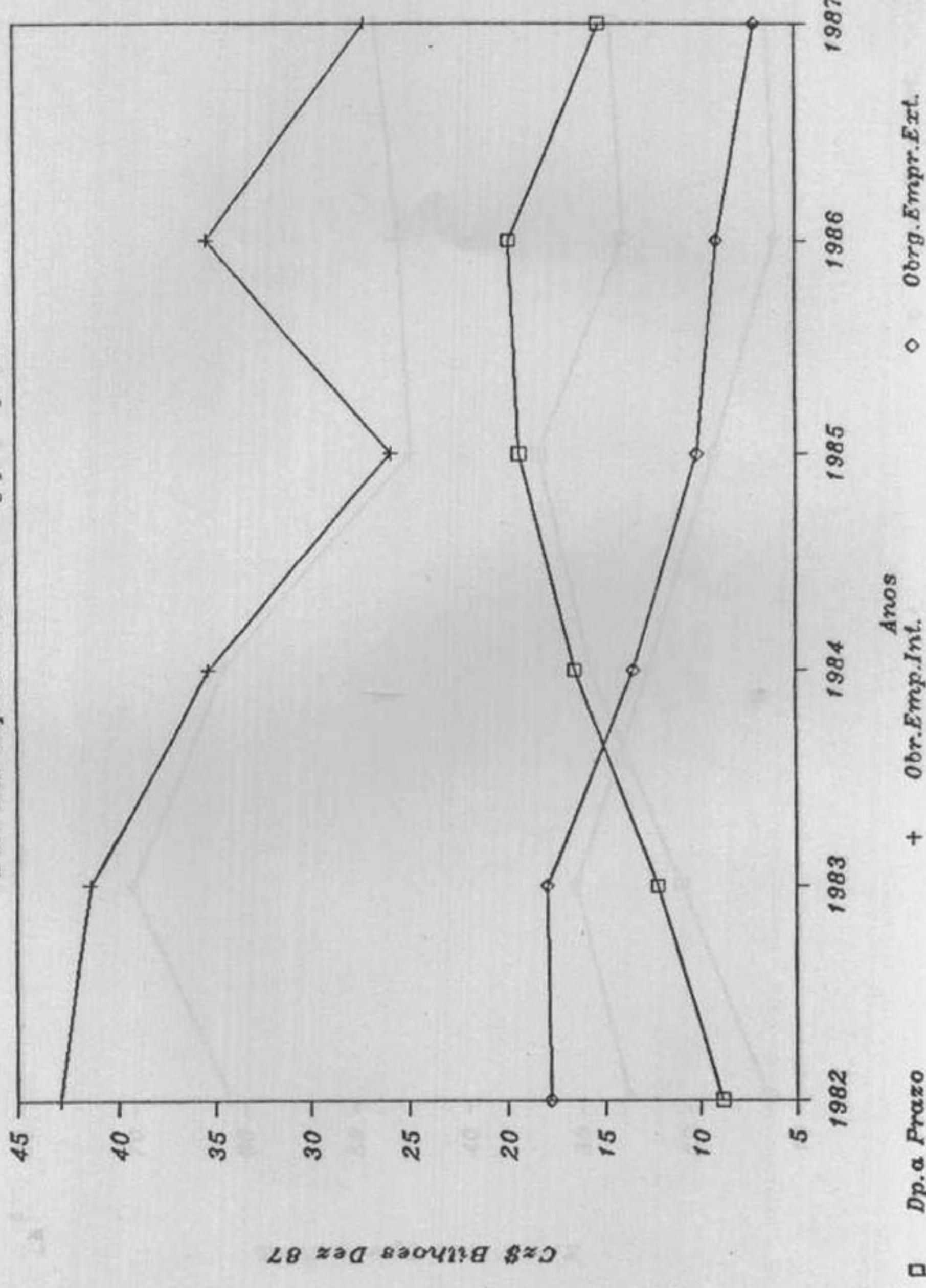
**ILUSTRAÇÃO 32 Diagnóstico do Setor Público no RGS**

Banrisul-Operações de Crédito



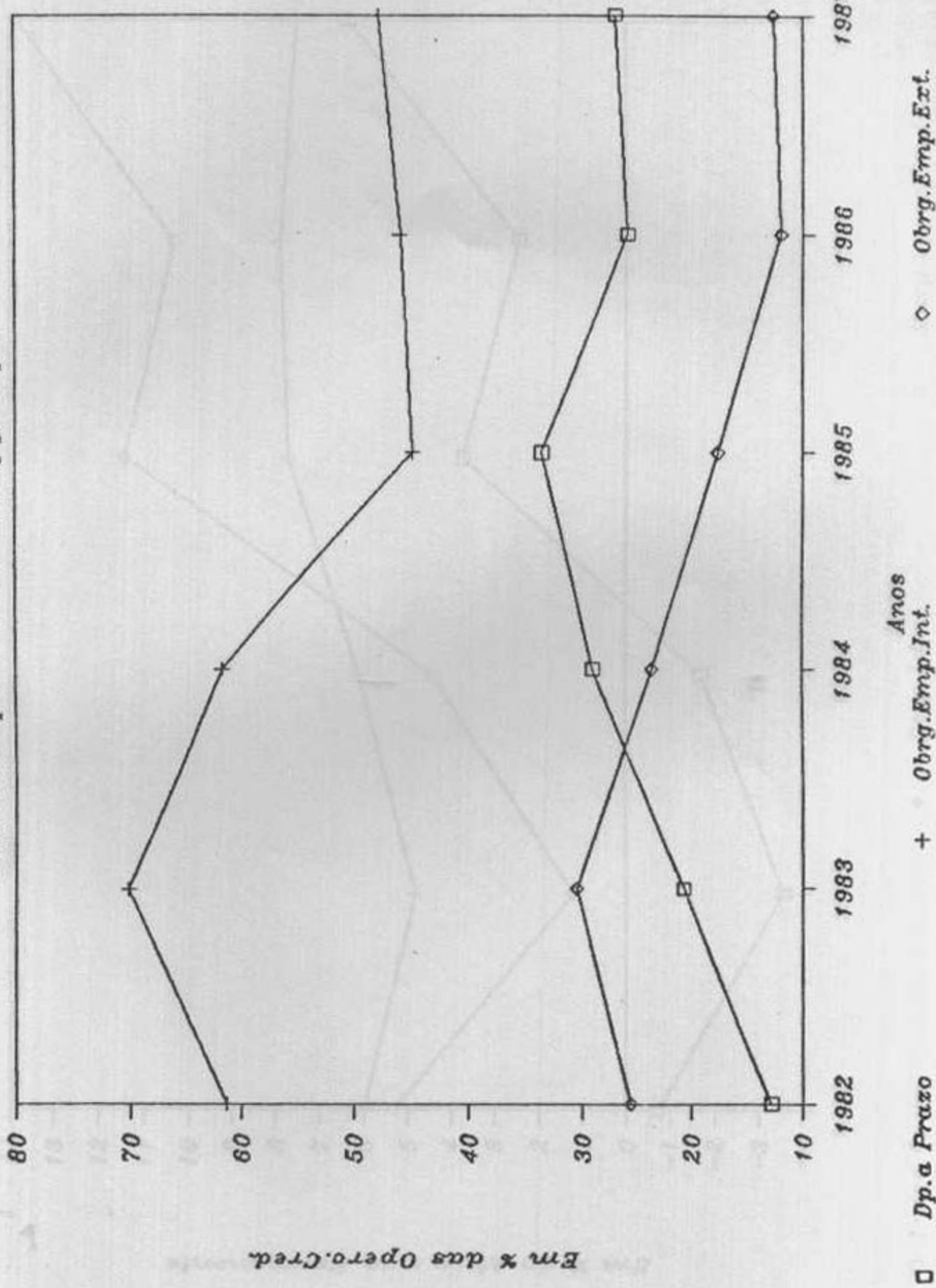
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Banrisul-Depsa Prazo e Obrg.p/Emprest.



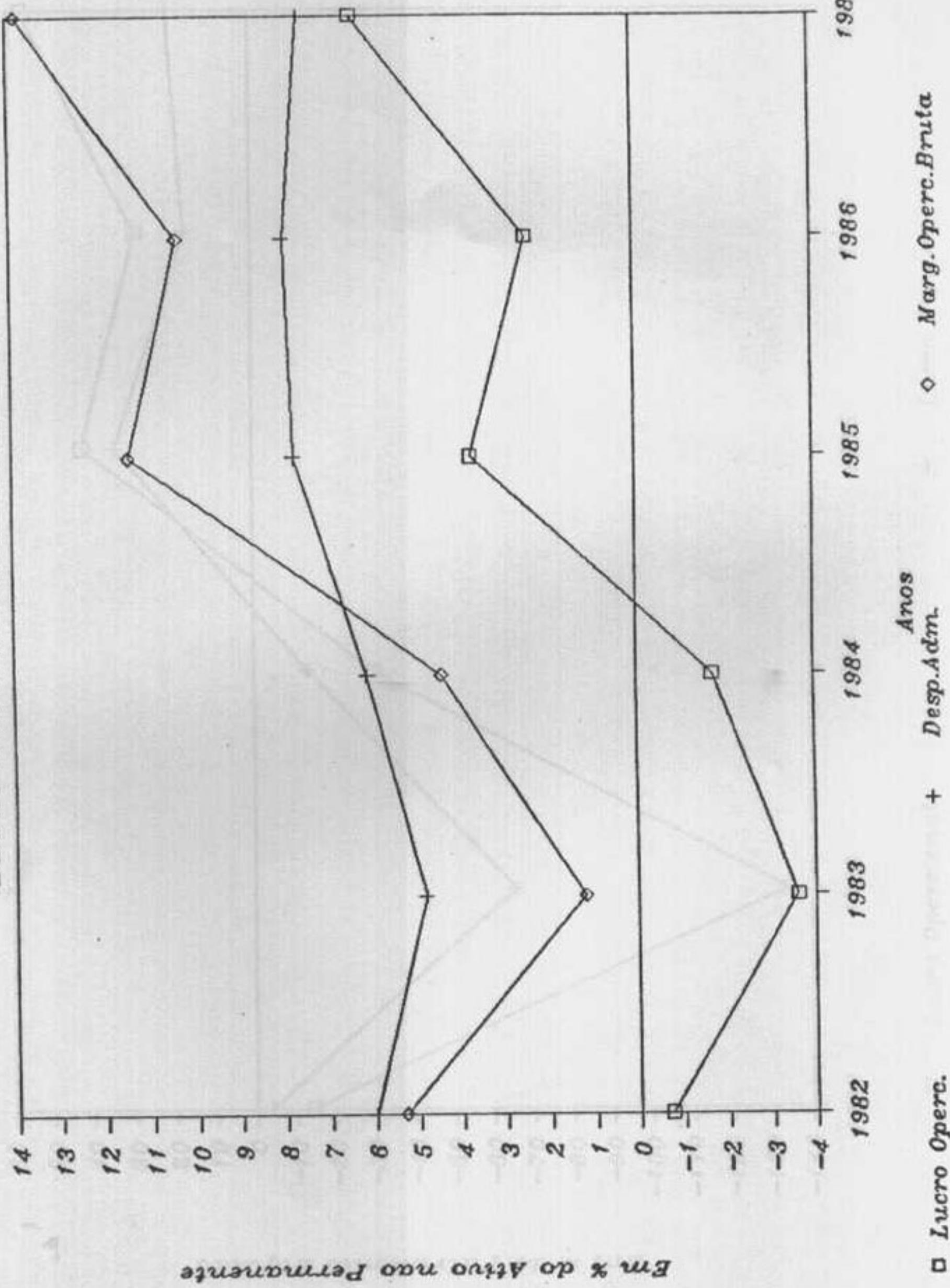
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Barrisult-Depósito Prazo e Obrog.p/Empr.



# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Banrisul-Indicadores de Desempr. Operac.



# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Banrisul-Indicadores de Rentabilidade

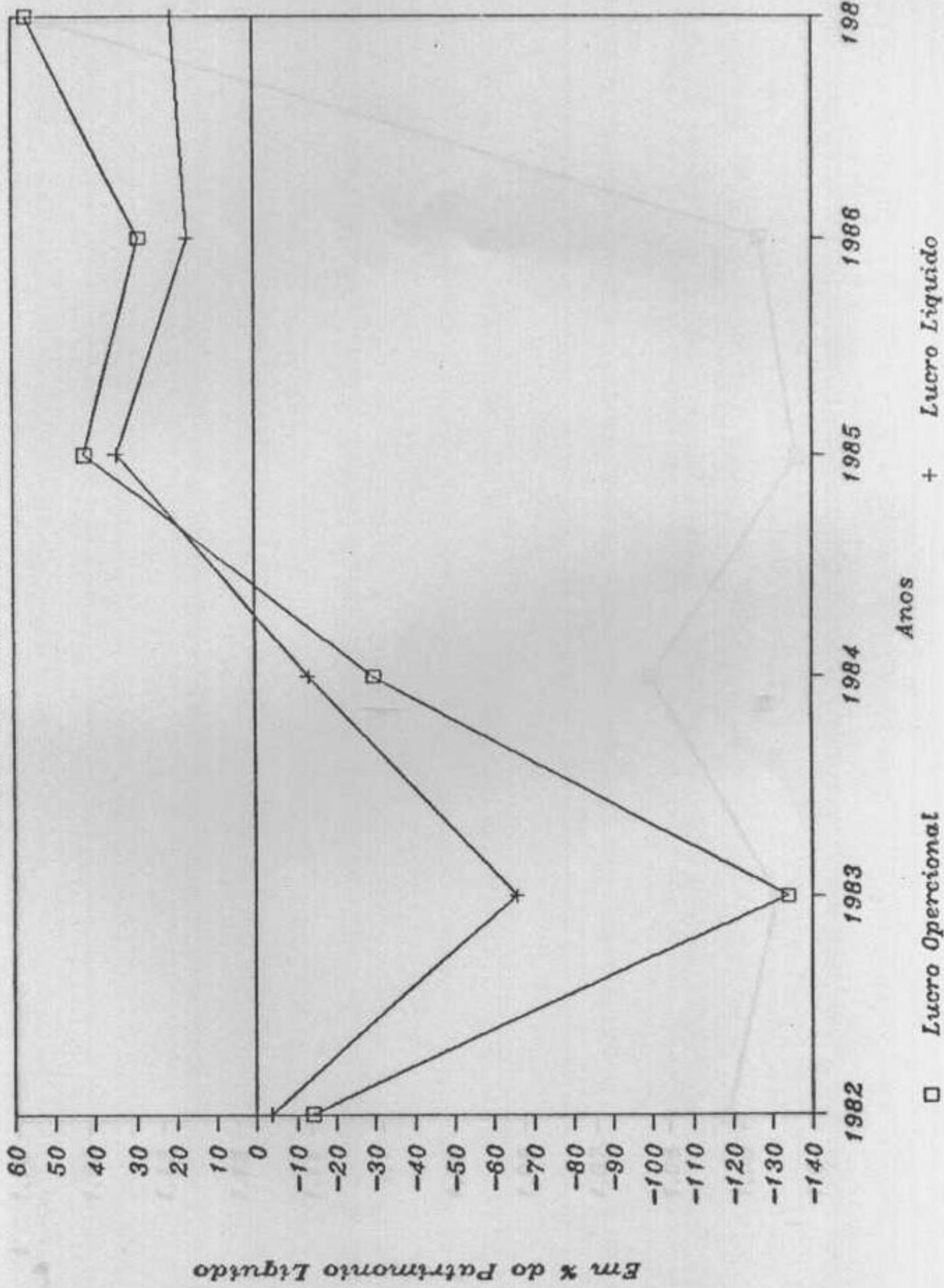
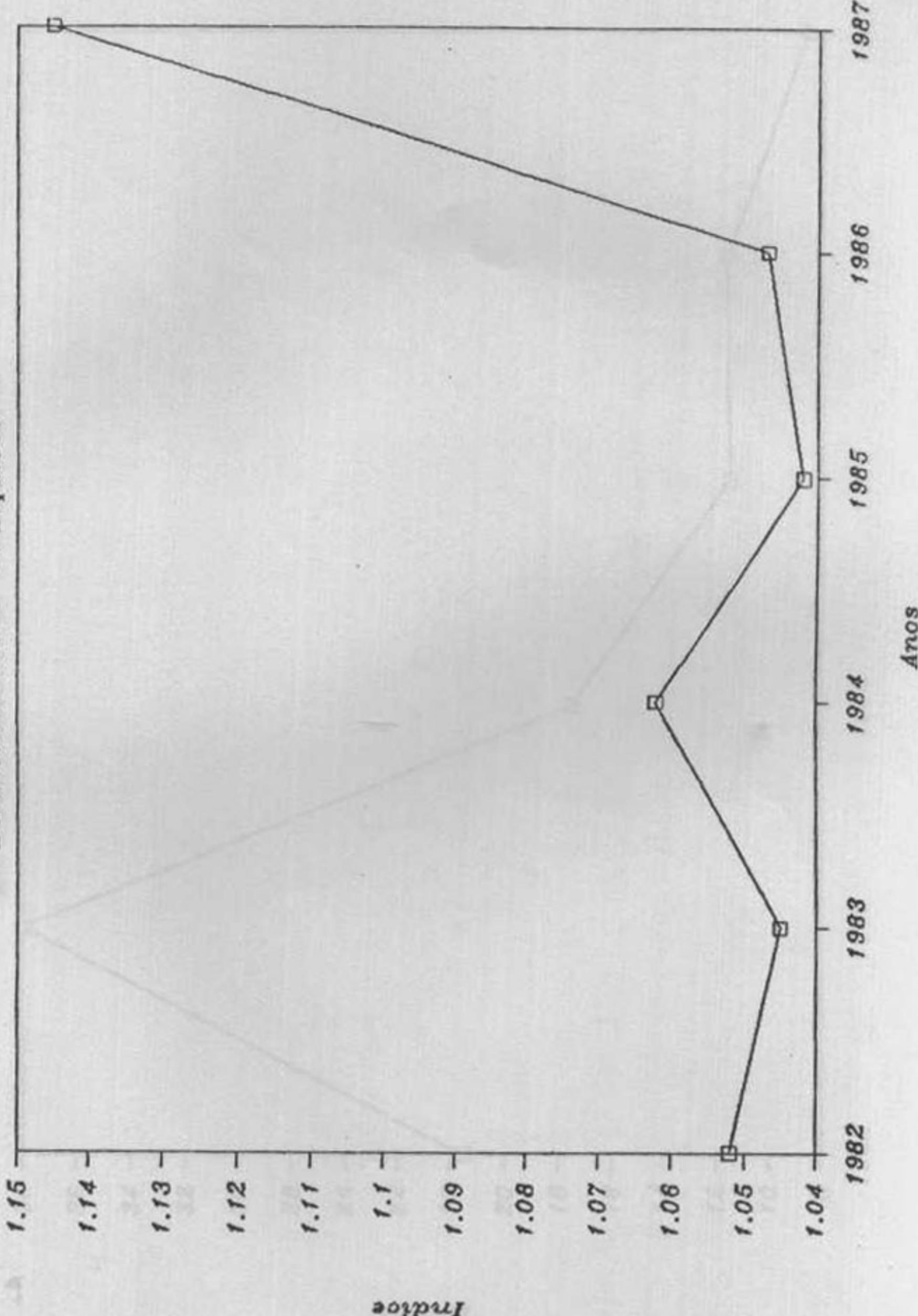


ILUSTRAÇÃO 37

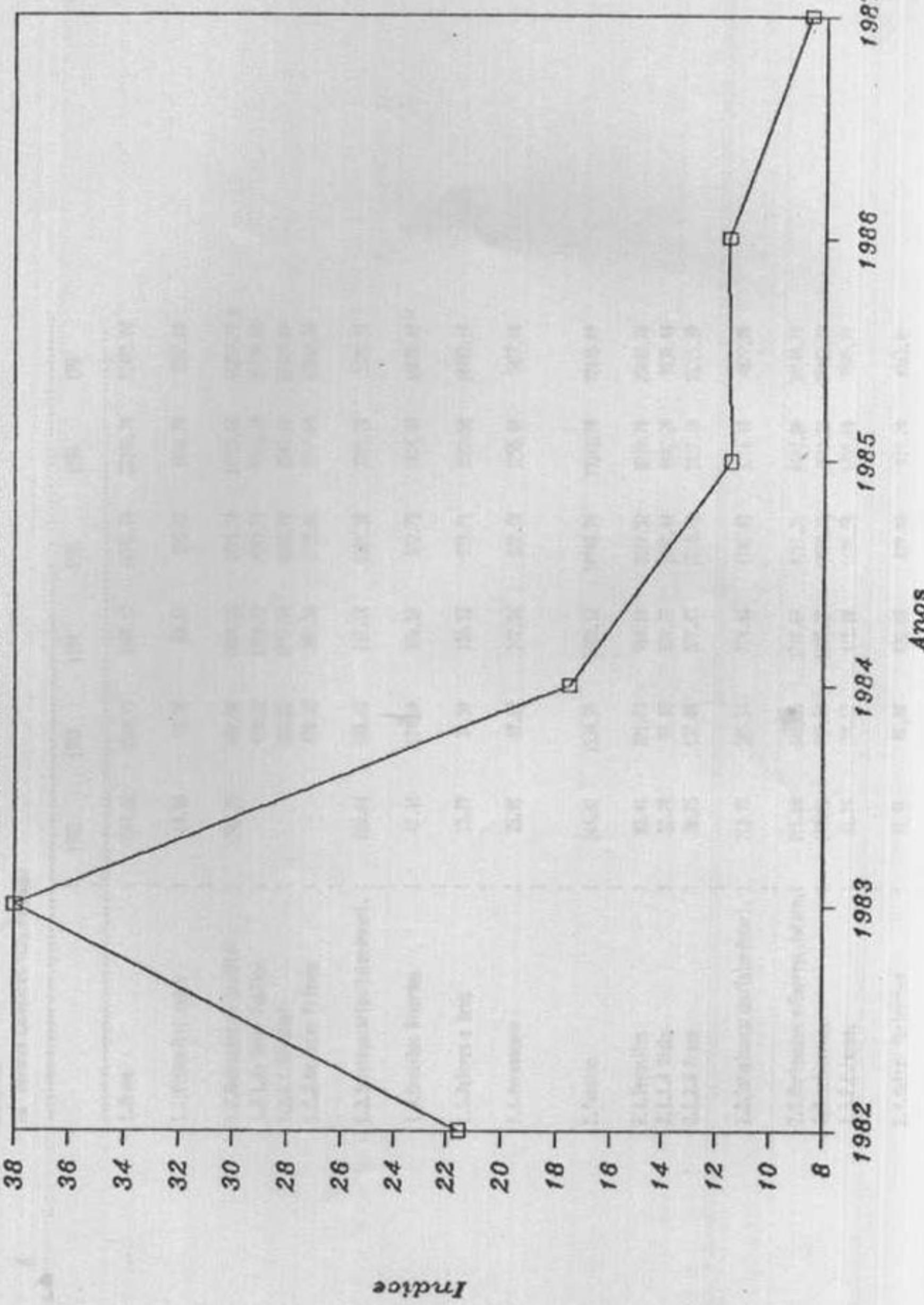
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Banrisul-Indicador de Liqueidez



# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Banrisul-Indicador de Endividamento



## Diagnóstico do Setor Público no RGES

Balancos Patrimoniais - 1982/1987  
BANRISUL

## Ea Valores Correntes (Cr\$ Milhares)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Ativo</b>	544.62	1534.99	3689.12	10948.74	23348.70	92465.00
<b>1.1. Disponibilidades</b>	10.06	18.36	83.57	195.72	1026.70	3567.00
1.2. Operações de Crédito	242.79	637.84	2004.15	6776.56	16233.60	44252.20
1.2.1. Ao Setor Público	439.32	1394.77	4563.71	9516.60	31190.00	
1.2.1.1. Estadual	388.26	1247.84	4689.72	8547.60	27427.50	
1.2.2. Ao Setor Privado	198.52	607.38	2212.85	5367.00	13462.30	
1.3. Interbancárias/Interdepart.	284.64	586.45	717.14	1689.38	3395.20	3629.30
1.4. Créditos Diversos	47.44	194.84	476.59	592.75	1004.30	16528.10
1.5. Valores e Bens	13.79	34.54	156.13	953.71	1573.50	18982.10
1.6. Permanente	25.91	69.03	242.54	820.70	1255.40	3427.50
<b>2. Passivo</b>	544.62	1534.99	3689.12	10948.74	23348.70	92465.00
<b>2.1. Depósitos</b>	83.46	221.73	910.18	3517.52	8229.70	22415.70
2.1.1. A Vista	52.71	87.65	338.72	1247.44	4192.20	9826.40
2.1.2. A Prazo	30.75	132.08	579.45	2270.08	3037.50	15215.30
<b>2.2. Interbancárias/Interdepart.</b>	213.95	585.34	724.46	1766.83	3716.40	4427.90
<b>2.3. Obrigações p/Exprest. Intern.</b>	211.10	641.85	1710.07	4217.31	8607.80	34140.70
2.3.1. Internos	147.16	447.46	1238.27	3839.75	6044.20	27065.00
2.3.2. Externos	64.94	194.19	471.80	1189.56	1759.60	7987.70
<b>2.4. Outras Obrigações</b>	11.96	46.48	136.68	629.46	929.20	4263.40
<b>2.5. Recursos Proprios</b>	24.15	39.39	198.71	878.42	1659.60	9685.10
<b>Fonte: Balanços</b>						

Diagnóstico do Setor Público no RS

Balancos Patrimoniais - 1982/1987  
BANRISUL

Em Valores Constantes (R\$ Milhares-Dec 87)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Ativo</b>	<b>156422,32</b>	<b>141783,57</b>	<b>104983,95</b>	<b>93246,62</b>	<b>129437,62</b>	<b>92445,00</b>
<b>1.1. Disponibilidades</b>	<b>2878,51</b>	<b>1696,45</b>	<b>2384,06</b>	<b>1666,16</b>	<b>5685,53</b>	<b>3567,09</b>
<b>1.2. Operações de Crédito</b>	<b>69731,33</b>	<b>58516,92</b>	<b>37173,84</b>	<b>37699,86</b>	<b>77432,09</b>	<b>44252,39</b>
<b>1.2.1. Ao Setor Público</b>	<b>40579,45</b>	<b>39788,97</b>	<b>38850,86</b>	<b>49317,43</b>	<b>31199,89</b>	
<b>1.2.1.1. Estadual</b>	<b>35862,85</b>	<b>35597,44</b>	<b>34739,17</b>	<b>44691,69</b>	<b>27427,59</b>	
<b>1.2.2. Ao Setor Privado</b>	<b>10336,87</b>	<b>17384,85</b>	<b>18337,99</b>	<b>27694,69</b>	<b>13942,39</b>	
<b>1.3. Interbancárias/Interdepart.</b>	<b>58773,86</b>	<b>32614,48</b>	<b>28458,04</b>	<b>13899,97</b>	<b>17513,46</b>	<b>3629,39</b>
<b>1.4. Créditos Diversos</b>	<b>13625,11</b>	<b>17993,63</b>	<b>13595,73</b>	<b>5846,88</b>	<b>5593,45</b>	<b>16850,40</b>
<b>1.5. Valores e Bens</b>	<b>3960,38</b>	<b>3187,06</b>	<b>4454,09</b>	<b>8118,93</b>	<b>8219,75</b>	<b>10992,10</b>
<b>1.6. Permanente</b>	<b>7442,55</b>	<b>6376,25</b>	<b>6918,99</b>	<b>6796,62</b>	<b>6475,73</b>	<b>5427,10</b>
<b>2. Passivo</b>	<b>156422,32</b>	<b>141783,57</b>	<b>104983,95</b>	<b>93246,62</b>	<b>129437,62</b>	<b>92445,00</b>
<b>2.1. Depósitos</b>	<b>23969,66</b>	<b>28498,82</b>	<b>25964,93</b>	<b>29941,65</b>	<b>42762,85</b>	<b>27845,79</b>
<b>2.1.1. A Vista</b>	<b>15127,00</b>	<b>8289,07</b>	<b>9434,65</b>	<b>10619,46</b>	<b>22737,87</b>	<b>9839,49</b>
<b>2.1.2. A Prazo</b>	<b>8832,67</b>	<b>12199,75</b>	<b>16530,28</b>	<b>19325,19</b>	<b>19794,93</b>	<b>15215,39</b>
<b>2.2. Interbancárias/Interdepart.</b>	<b>61448,11</b>	<b>54866,89</b>	<b>20666,77</b>	<b>14533,43</b>	<b>15178,31</b>	<b>4027,79</b>
<b>2.3. Obrigações p/Exprest. Intern.</b>	<b>68531,27</b>	<b>59286,23</b>	<b>48783,72</b>	<b>35891,96</b>	<b>44338,99</b>	<b>34143,78</b>
<b>2.3.1. Internos</b>	<b>42840,43</b>	<b>41349,59</b>	<b>35324,61</b>	<b>25723,75</b>	<b>35324,44</b>	<b>27943,98</b>
<b>2.3.2. Externos</b>	<b>17796,84</b>	<b>17936,73</b>	<b>13459,11</b>	<b>10110,21</b>	<b>9376,55</b>	<b>7435,78</b>
<b>2.4. Outras Obrigações</b>	<b>3435,93</b>	<b>4311,64</b>	<b>3899,09</b>	<b>5358,59</b>	<b>4773,09</b>	<b>42363,49</b>
<b>2.5. Recursos Próprios</b>	<b>6977,35</b>	<b>3638,07</b>	<b>5669,44</b>	<b>7477,99</b>	<b>9322,38</b>	<b>9628,10</b>

Fonte: Balanços

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Demonstrativo de Resultados-1982/1987

BARISUL

Em Valores Correntes (R\$5 Milhões)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Receitas Operacionais</b>						
1.1.Rendas de Operac.Cred.	77.86	279.63	1571.73	5984.94	8167.70	54657.70
1.2.Resultados de Cambio	62.32	158.56	1276.65	4880.00	6731.10	45197.80
1.3.Rendas e Lucros do Val.Mob.	6.23	46.62	162.65	195.70	174.10	387.80
1.4.Rendas Aplict.Mercado Aberto	4.49	23.51	58.41	486.96	601.20	4684.20
1.5.Outras Rendas	4.92	11.61	74.62	422.38	461.30	1285.70
<b>2.Despesas Operacionais</b>						
2.1.Despesas de Depósitos	81.24	322.40	1630.70	5813.30	7631.20	47194.80
2.2.Despesas de Obrg. de Emprest.	12.79	65.55	432.61	1162.30	1572.10	10418.20
2.3.Resultados de cambio	22.61	73.43	783.18	3137.60	3739.20	24669.50
2.5.Despesas Administrativas	6.57	40.57	161.01	77.70	35.40	177.20
2.6.Despesas de capt.Xerc.Abert.	31.22	70.54	289.12	775.30	1745.50	6533.70
2.7.Outras Despesas	8.06	34.67	44.78	153.40	319.00	1092.30
<b>3.Resultado Operacional</b>						
3.16	-3.38	-52.77	-58.97	371.60	536.50	5464.90
<b>4.Resultado não Operacional</b>						
4.1.Receitas	3.16	8.99	38.60	93.60	76.20	269.90
4.1.1.Lucro de Alianças	3.32	9.19	30.99	97.70	80.10	341.70
4.2.Despesas	3.11	13.60	0.39	6.10	11.70	71.80
5.Resultado da Correção Monet.	1.84	2.04				
6.Ajustes do Plano Cruzado	-4.54	17.82	54.42	112.80	-88.90	-2836.50
7.Resultado do Exercício	-6.76	-25.97	34.13	578.00	653.00	3687.10
<b>8.Provisão p/Imposto</b>						
8.1.Participações Estatutárias	0.14			237.80	322.90	1460.90
8.2.Lucro Líquido	-6.76	-25.97	34.13	37.10	29.40	305.70
<b>9.Lucro Líquido</b>						
9.1.Lucro Líquido	-6.76	-25.97	34.13	37.10	29.40	305.70
9.2.Lucro Líquido						

**ILUSTRAÇÃO 42**

**Diagnóstico do Setor Público no RGS**

**Indicadores Financeiros - 1982/1987  
BANISL**

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Líquidez</b>						
Ativo Circ./Passiv.Circ.	1.05	1.05	1.06	1.04	1.05	1.05
<b>2. Endividamento</b>						
Recursos de Terc./Rec.Proprios	21.55	37.97	17.52	11.46	11.56	8.54
<b>3. Concentração nas Aplicações</b>						
Op.Cred. Setor Público/Total	68.9%	67.6%	67.3%	64.1%	70.5%	
Op.Cred. Gov.Estadual/Total	69.9%	62.3%	68.2%	57.2%	62.0%	
<b>4. Orig.dos Recursos (% Op.Cred.)</b>						
Obrg.p/Empréstimos Internos	61.40	70.29	61.89	44.79	45.89	47.69
Obrg.p/Empréstimos Externos	23.59	30.46	23.59	17.59	11.89	12.59
Depósitos a Prazo	12.71	29.79	28.99	33.59	25.79	26.89
Depósitos a Vista	21.70	14.10	16.58	18.49	27.50	17.39
<b>5. Rentabilidade</b>						
Lucro Operc./P.L.	-11.00	-134.00	-29.79	57.39	28.99	56.49
Lucro Liq./P.L.	-3.71	-65.99	-13.16	34.59	16.79	20.69
<b>6. Desempenho Operacional</b>						
Lucro Operc./Ativo não Permanent	-4.71	-3.69	-1.79	3.76	2.49	6.39
Desp.Administrat./Ativ.não perman.	6.00	4.00	6.10	7.79	7.29	7.59
Margem Bruta Operacional	5.39	1.29	4.49	11.49	10.39	13.89

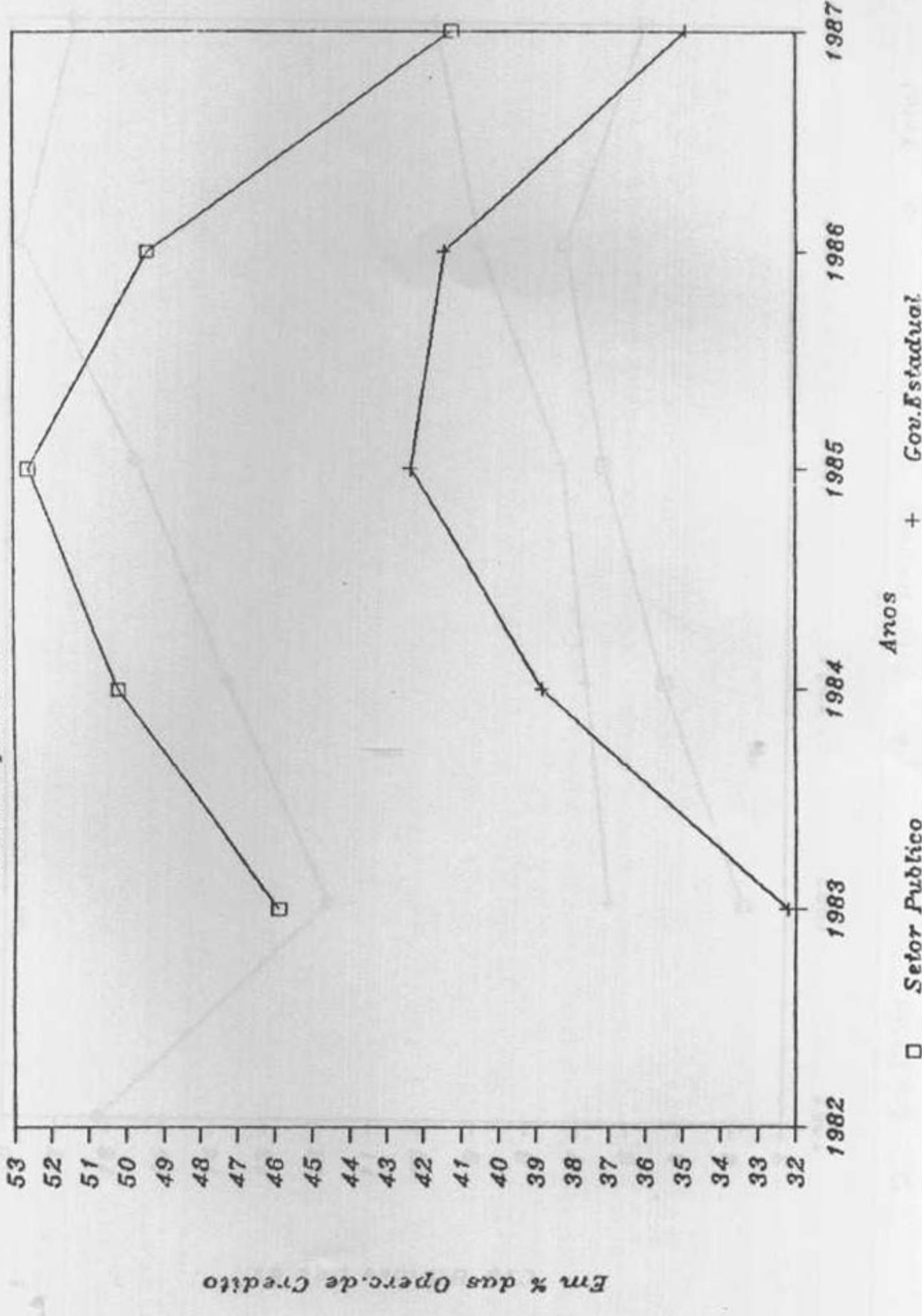
## ILUSTRAÇÃO 43

BADESUL - PRINCIPAIS OPERAÇÕES

	Valores Constantes Cz\$ milhões dez/87		
	1982	1985	1986
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	16.205,70	15.557,10	17.748,90
- SETOR PÚBLICO	...	8.178,90	8.766,20
- SETOR PÚBLICO ESTADUAL	...	6.587,80	7.346,30
- SETOR PRIVADO	...	7.378,20	8.982,70
 <b>DEPÓSITOS</b>	 7.823,46	 4.347,80	 4.982,80
 <b>OBRIGAÇÕES PARA EMPRÉSTIMOS</b>	 7.703,60	 11.010,80	 12.154,40
- OFICIAIS	7.703,60	11.010,80	11.617,70
- EXTERNOS	0,00	0,00	536,70

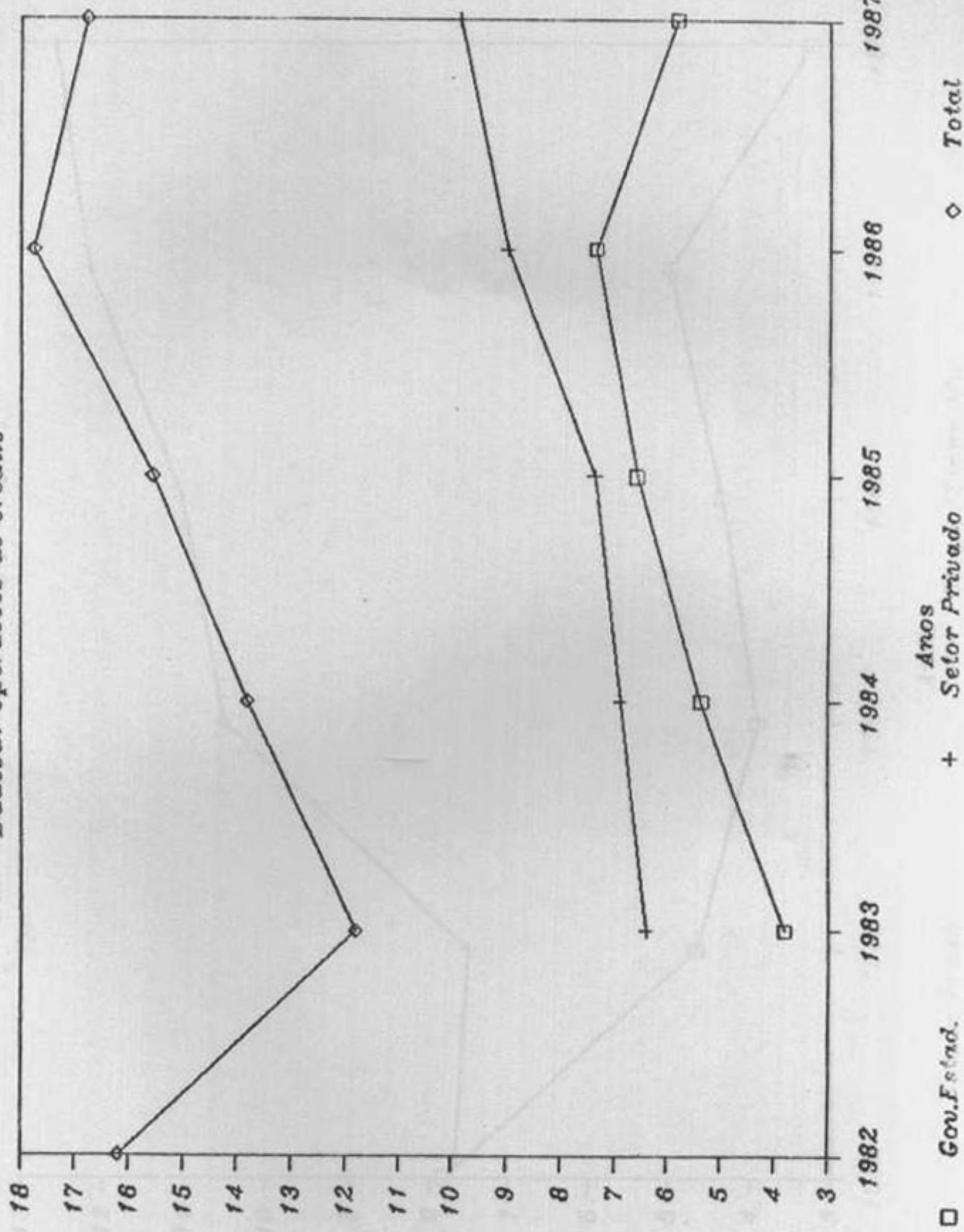
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Badesul-Operac. de Cred. ao Setor Público



**ILUSTRACAO 45 Diagnóstico do Setor Público no RGS**

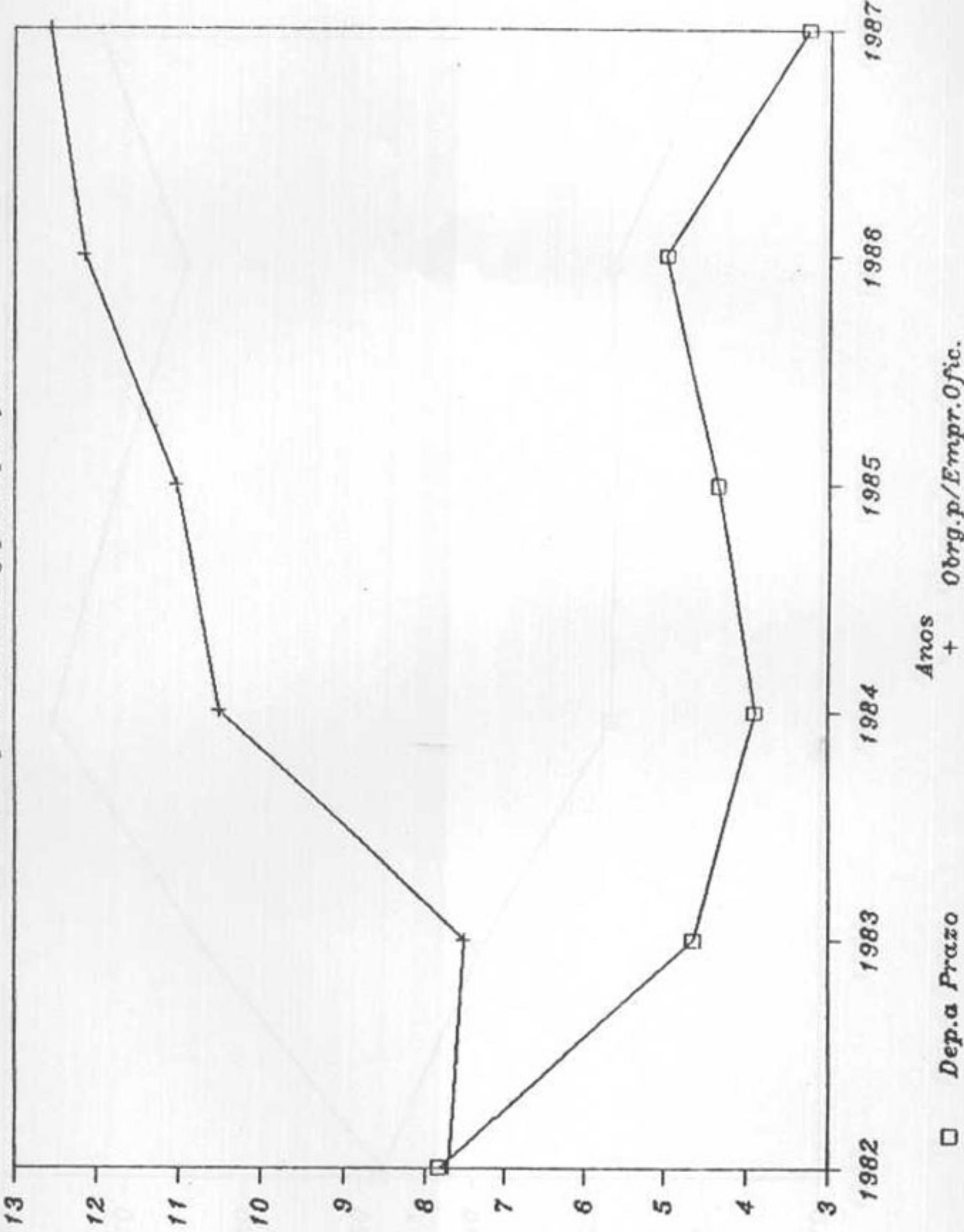
*Badesul-Operações de Crédito*



Czg Billhões Dez 87

# Diagnóstico do Setor Público no RGSS

Badesul-Depositos e Obrig.p/Empr.Ofic.



Cdg Bilhões Dez 87

# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Badesul-Depositos e Obrig.p/Empr.Ofic.

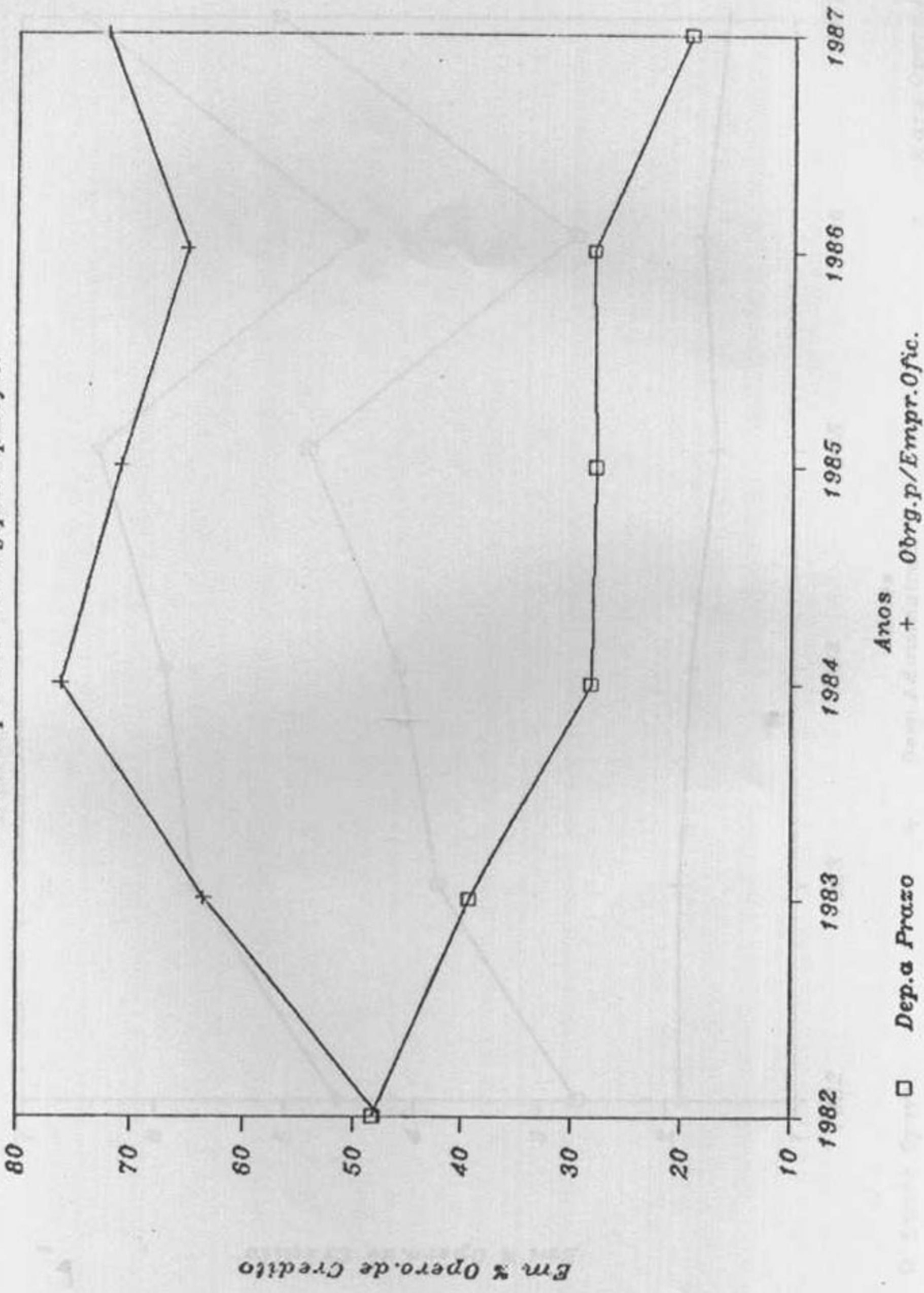


ILUSTRAÇÃO 48

# Diagnóstico do Setor Público no RGS

*Badesul-Desempenho Operacional*

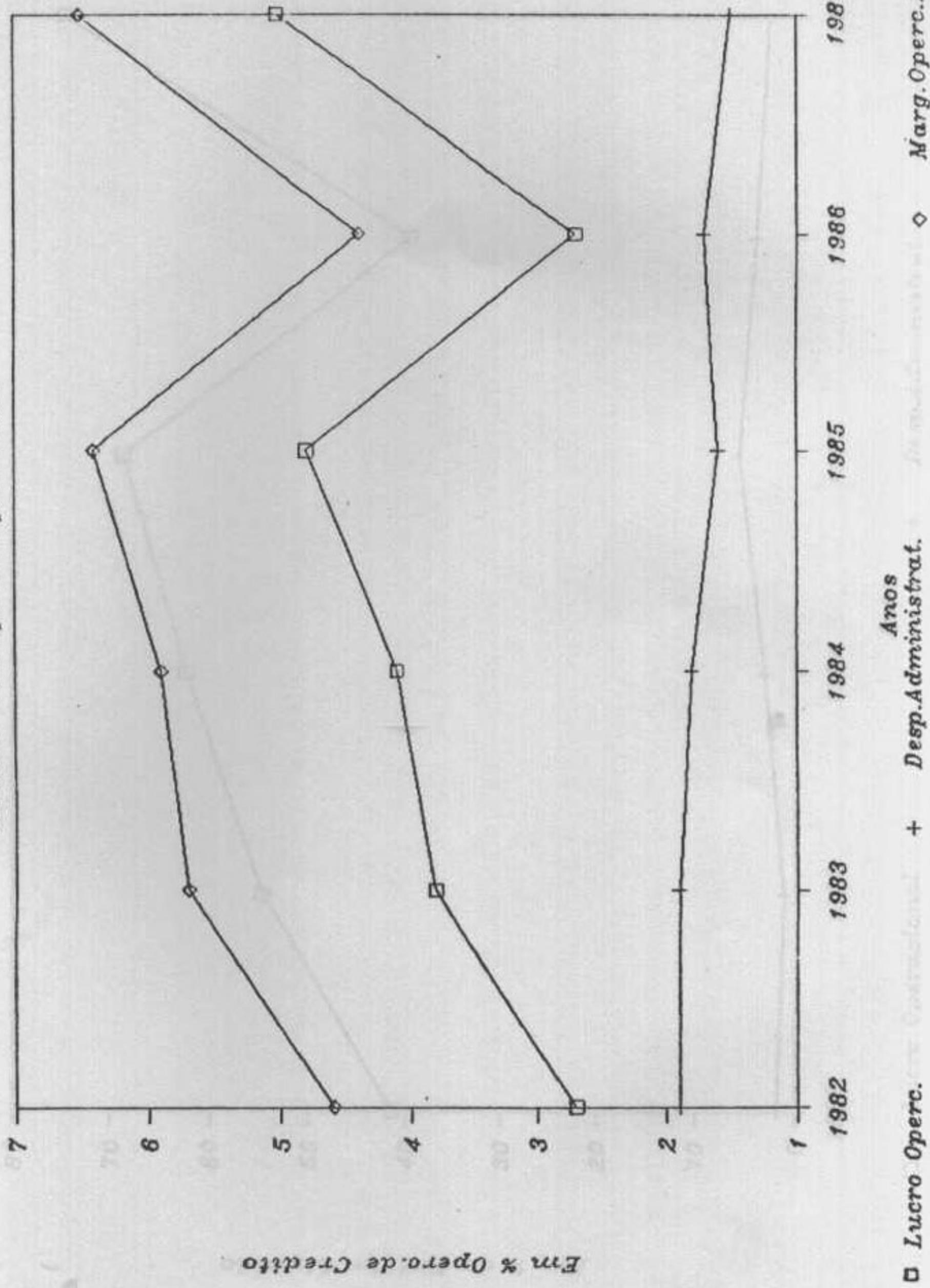
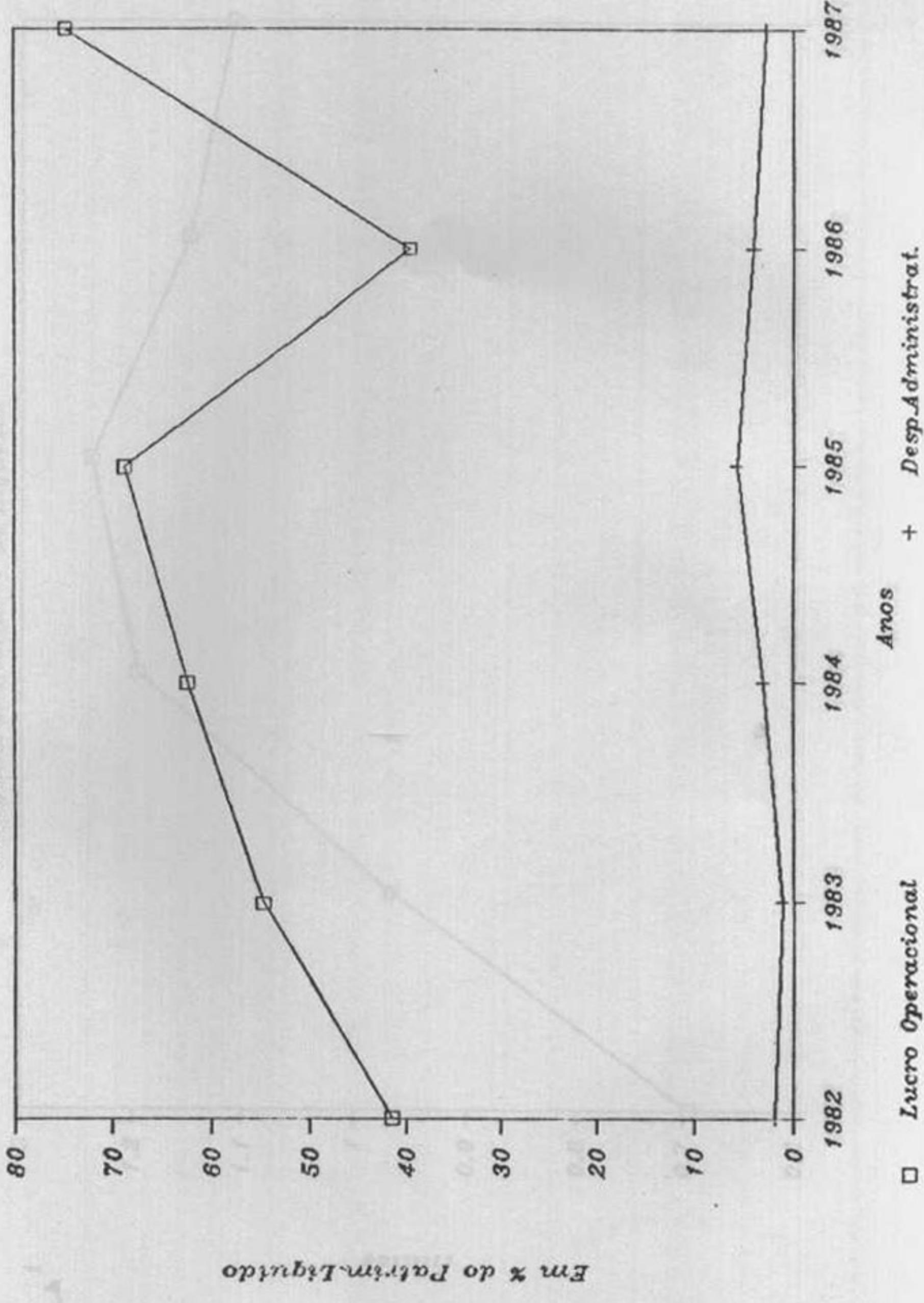


ILUSTRAÇÃO 49

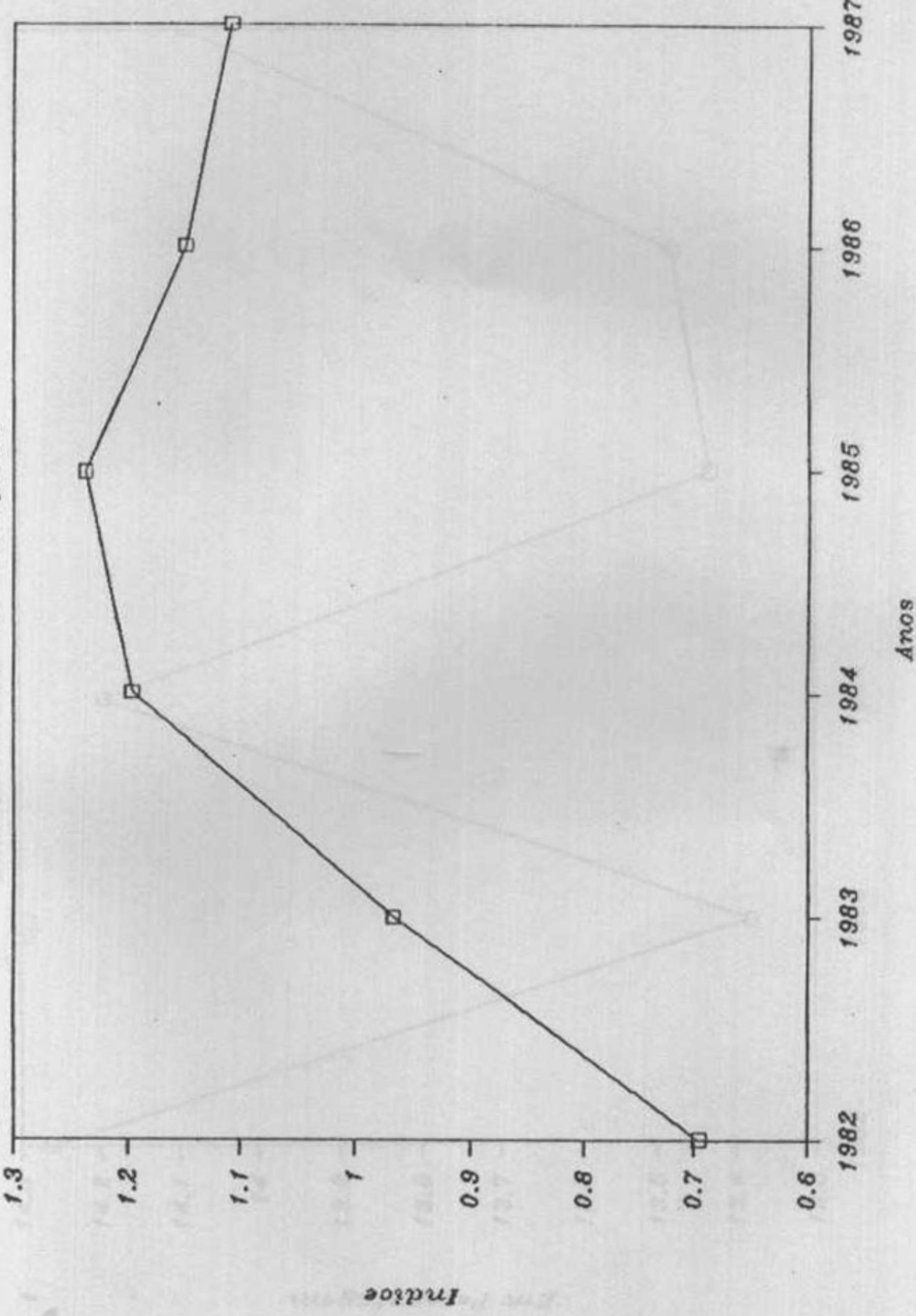
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Badesul-Indicadores de Rentabilidade



## ILUSTRAÇÃO 50 Diagnóstico do Setor Público no RGSS

Badesul-Indicador de Liquidex



## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Demonstrativo da Origem e Aplicações de Recursos 1982/1987

Banco BADESUL

Em Valores Correntes (Cr\$ Milhares)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Aplicações</b>	58.28	142.63	545.62	1733.76	3587.95	17145.20
<b>1.1. Disponibilidades</b>	<b>0.15</b>	<b>0.45</b>	<b>1.17</b>	<b>8.13</b>	<b>9.96</b>	<b>11.70</b>
<b>1.2. Operações de Crédito</b>	<b>56.42</b>	<b>127.93</b>	<b>483.67</b>	<b>1827.45</b>	<b>3449.84</b>	<b>16764.50</b>
<b>1.2.1. Ao Setor Público</b>	<b>50.70</b>	<b>242.60</b>	<b>960.75</b>	<b>1697.44</b>	<b>6702.50</b>	
<b>Ao Setor Público Estadual</b>	<b>41.23</b>	<b>187.72</b>	<b>773.85</b>	<b>1424.17</b>	<b>5812.90</b>	
<b>Ao Setor Privado</b>	<b>67.22</b>	<b>241.07</b>	<b>966.70</b>	<b>1741.41</b>	<b>7352.00</b>	
<b>1.2.2. Ao Setor Privado</b>						
<b>1.3. Valores e Bens</b>	<b>0.26</b>	<b>1.19</b>	<b>2.03</b>	<b>15.44</b>	<b>70.78</b>	<b>147.50</b>
<b>1.4. Créditos Diversos</b>	<b>0.86</b>	<b>11.61</b>	<b>54.26</b>	<b>97.91</b>	<b>44.95</b>	<b>129.20</b>
<b>1.5. Permanente</b>	<b>0.50</b>	<b>1.45</b>	<b>4.49</b>	<b>12.94</b>	<b>21.73</b>	<b>93.30</b>
<b>2. Recursos</b>	58.28	142.63	545.62	1962.11	3587.36	17145.20
<b>2.1. Depósitos</b>	<b>27.24</b>	<b>54.29</b>	<b>136.40</b>	<b>510.72</b>	<b>965.98</b>	<b>3259.30</b>
<b>2.2. Obrigações p/Espectadores</b>	<b>26.82</b>	<b>81.31</b>	<b>369.24</b>	<b>1293.41</b>	<b>2256.28</b>	<b>12866.30</b>
<b>2.2.1. Oficiais</b>	<b>26.82</b>	<b>81.31</b>	<b>368.24</b>	<b>1293.41</b>	<b>2252.23</b>	<b>12863.10</b>
<b>2.2.2. Externos</b>					<b>104.05</b>	<b>543.20</b>
<b>2.3. Outras Obrigações</b>	<b>0.40</b>	<b>1.12</b>	<b>5.00</b>	<b>22.00</b>	<b>17.29</b>	<b>182.70</b>
<b>2.4. Recursos Próprios</b>	<b>3.82</b>	<b>0.00</b>	<b>35.91</b>	<b>135.97</b>	<b>247.81</b>	<b>1126.60</b>

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Demonstrativo da Origem e Aplicações de Recursos 1982/1987

Banco BADESUL

Em Valores Constantes (Cr\$ Milhões-Dec. 87)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Aplicações</b>	<b>16739,40</b>	<b>13174,60</b>	<b>15535,10</b>	<b>16594,70</b>	<b>15507,70</b>	<b>17145,20</b>
<b>1.1.Disponibilidades</b>	<b>43,70</b>	<b>41,80</b>	<b>33,50</b>	<b>65,20</b>	<b>51,40</b>	<b>11,70</b>
<b>1.2.Operações de Crédito</b>	<b>16205,70</b>	<b>11816,20</b>	<b>13797,70</b>	<b>15557,10</b>	<b>17740,70</b>	<b>16764,50</b>
1.2.1. Ao setor Público	5422,40	6928,70	8178,90	8765,20	8762,50	
Ao Setor Público Estadual	3018,30	5355,20	6597,00	7346,20	5942,90	
1.2.2. Ao Setor Privado	6373,50	6877,90	7370,20	8722,70	7012,00	
<b>1.3.Valores e Bens</b>	<b>76,10</b>	<b>110,20</b>	<b>57,90</b>	<b>131,40</b>	<b>365,10</b>	<b>147,50</b>
<b>1.4.Creditos Diversos</b>	<b>247,64</b>	<b>1072,10</b>	<b>1547,90</b>	<b>833,80</b>	<b>227,20</b>	<b>123,20</b>
<b>1.5.Permanente</b>	<b>166,30</b>	<b>134,30</b>	<b>128,10</b>	<b>111,90</b>	<b>112,10</b>	<b>93,30</b>
<b>2.ReCURSOS</b>	<b>16739,40</b>	<b>13174,60</b>	<b>15535,10</b>	<b>16593,40</b>	<b>15504,70</b>	<b>17145,20</b>
<b>2.1.Depósitos</b>	<b>7823,40</b>	<b>4645,30</b>	<b>3891,00</b>	<b>4347,80</b>	<b>4992,80</b>	<b>3357,30</b>
<b>2.2.Origáculos e Empréstimos</b>	<b>7763,60</b>	<b>7510,80</b>	<b>10594,90</b>	<b>11010,80</b>	<b>12154,40</b>	<b>12566,20</b>
2.2.1.Oficiais	7763,60	7510,60	10584,90	11010,80	11617,70	12942,10
2.2.2.Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	536,70	503,20
<b>2.3.Outras Origáculos</b>	<b>115,50</b>	<b>103,20</b>	<b>144,00</b>	<b>187,30</b>	<b>89,20</b>	<b>182,70</b>
<b>2.4.Recursos Proprios</b>	<b>1096,90</b>		<b>1024,40</b>	<b>1157,50</b>	<b>1278,30</b>	<b>1136,60</b>

## Diagnóstico do Setor Público no ICS

## Desenvolutivo de Resultados-1982/1987

Banco BNDESUL

## Em Valores Correntes (Cr\$ Milhares)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Receitas Operacionais</b>	<b>27.49</b>	<b>97.34</b>	<b>334.13</b>	<b>1286.43</b>	<b>1531.38</b>	<b>15855.49</b>
1.1.Receitas de Operc. de Cred.	27.16	87.58	340.70	1162.49	1326.70	14356.19
1.2.Outras	0.32	7.83	43.42	123.97	294.63	677.91
<b>2.Despesas Operacionais</b>	<b>25.91</b>	<b>361.71</b>	<b>1193.12</b>	<b>1433.61</b>	<b>14287.66</b>	
2.1.Despesas de Depósitos	12.87	44.15	140.86	381.64	416.49	3783.49
2.2.Despesas de Obrg.p/Emprest.	11.76	42.46	179.89	682.47	859.87	9137.66
2.3.Despesas administrativas	1.42	2.75	9.55	38.66	61.38	261.39
2.4.Outras Despesas	0.93	2.56	25.62	78.35	95.87	1028.30
<b>3.Resultado Operacional</b>	<b>1.58</b>	<b>5.43</b>	<b>22.41</b>	<b>93.26</b>	<b>97.77</b>	<b>813.49</b>
<b>4.Resultado não Operacional</b>	<b>0.62</b>	<b>0.03</b>	<b>0.08</b>	<b>0.08</b>	<b>1.63</b>	<b>0.00</b>
4.1.Receitas	0.42	0.43	0.43	0.07	1.29	0.00
4.2.Despesas	0.60	0.60	0.60	0.07	0.26	0.01
<b>5.Resultado de Correção Monet.</b>	<b>-1.48</b>	<b>-5.15</b>	<b>-19.29</b>	<b>-74.68</b>	<b>-62.87</b>	<b>-771.70</b>
<b>6.Ajustes do Cruzado</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>-17.37</b>	<b>0.10</b>
<b>7.Resultado antes do IR</b>	<b>0.12</b>	<b>0.31</b>	<b>3.28</b>	<b>10.76</b>	<b>10.54</b>	<b>76.89</b>
<b>8.Provisão p/ IR</b>	<b>0.04</b>	<b>0.21</b>	<b>2.12</b>	<b>11.07</b>	<b>0.60</b>	<b>46.20</b>
<b>9.Lucro Líquido</b>	<b>0.07</b>	<b>0.10</b>	<b>1.07</b>	<b>7.69</b>	<b>9.86</b>	<b>39.64</b>

## Diagnóstico do Setor Público no BES

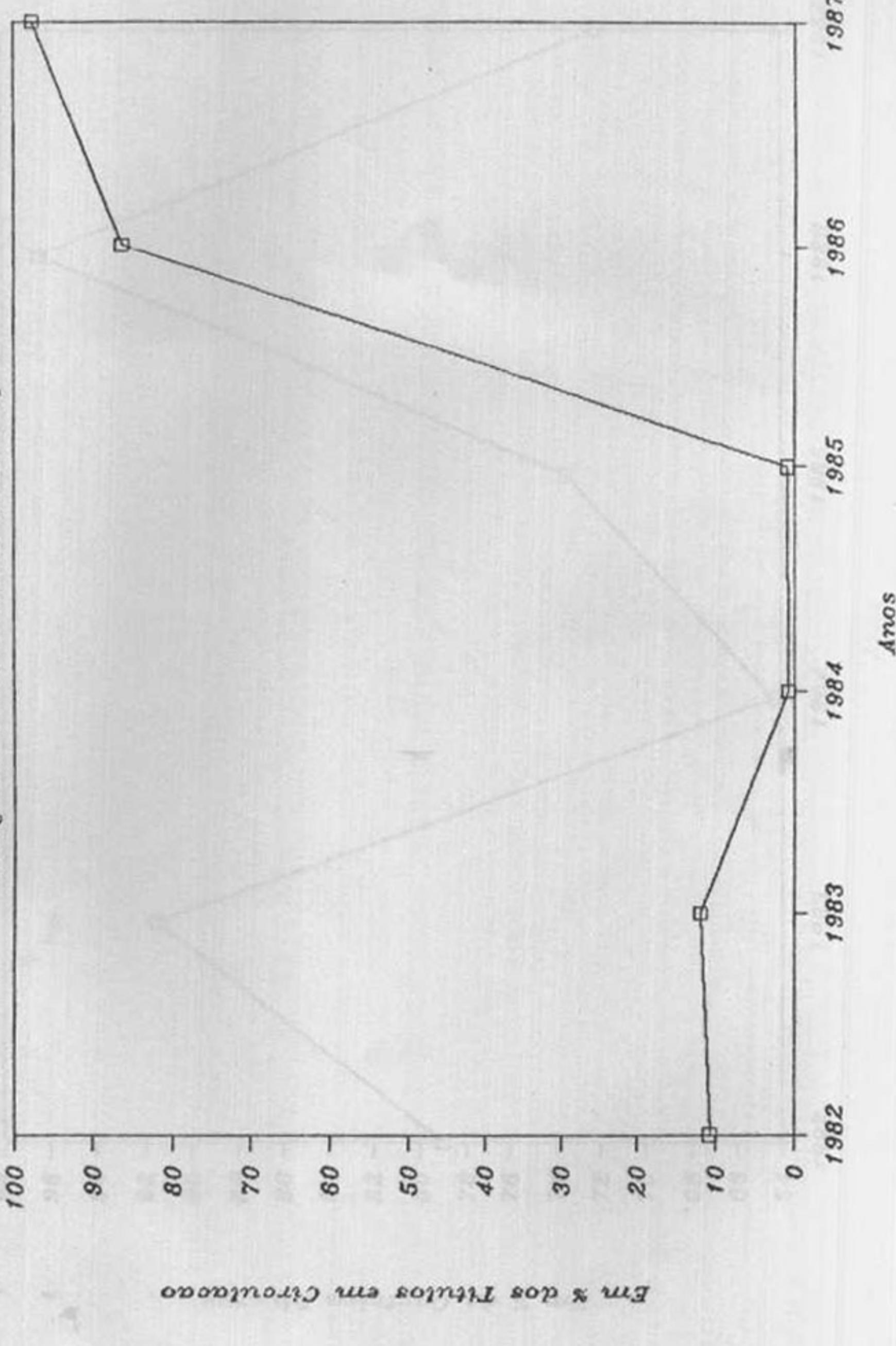
Indicadores Financeiros - 1982/1987  
Banco BADESSL

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Liquididade</b>						
Ativo Circ./Passiv.Circ.	6.70	6.97	1.20	1.24	1.15	1.11
<b>2. Endividamento</b>						
Recursos de Terc./Rec.Proprios	14.26	13.38	14.19	13.43	13.48	14.07
<b>3. Concentração nas Aplicações</b>						
Obrg.p/Creditos Internos	45.99	54.29	52.69	49.46	49.46	41.29
Obrg.p/Creditos Externos	32.29	38.89	42.34	41.49	41.49	34.79
<b>4. Orig.dos Recursos (% Obrg.Cred.)</b>						
Obrg.p/Creditos Internos	47.59	63.69	76.19	70.86	65.61	72.00
Obrg.p/Creditos Externos	48.39	39.39	28.29	27.96	28.10	19.40
<b>5. Rentabilidade</b>						
Lucro Oper./P.L.	41.49	54.79	62.46	68.76	39.40	74.69
Lucro Liq./P.L.	1.99	1.19	3.89	5.79	4.09	2.79
<b>6. Desempenho Operacional</b>						
Lucro Oper./Ativo não Permanente	2.79	3.89	4.19	4.89	2.79	5.89
Desp.Administrat./Ativ.não pers.	1.99	1.99	1.89	1.69	1.79	1.59
Margem Bruta Operacional	4.69	5.79	5.99	6.49	4.49	6.59

ILUSTRACAO 56

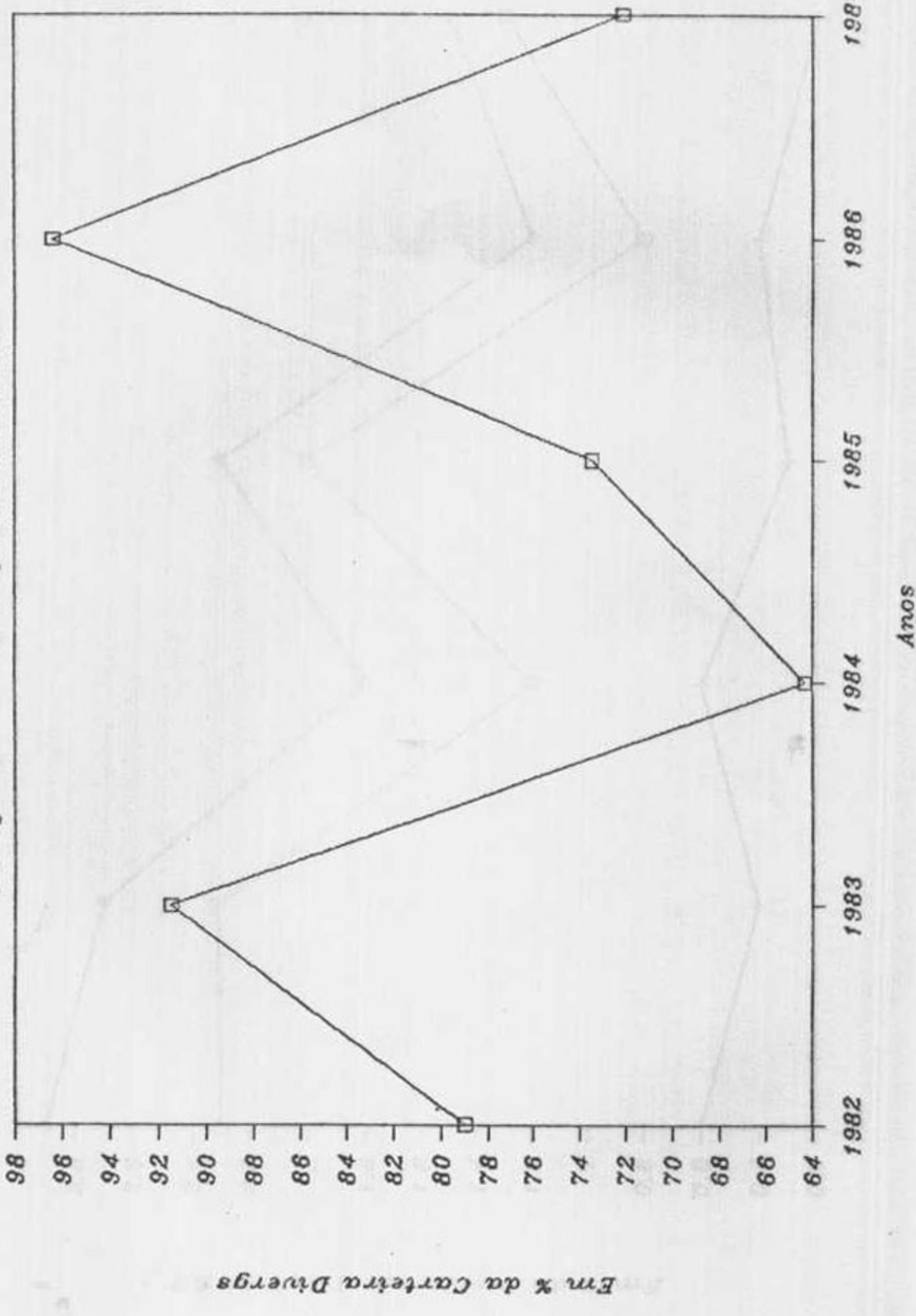
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Diverg-Tit.Estad c/Acordo de Recompra



# ILUSTRAÇÃO 57 Diagnóstico do Setor Público no RGS

Divergências - Acordos de Recompra e/Inst.Finan.



**ILUSTRAÇÃO 58 Diagnóstico do Setor Público no RGS**

Divergência Operacional

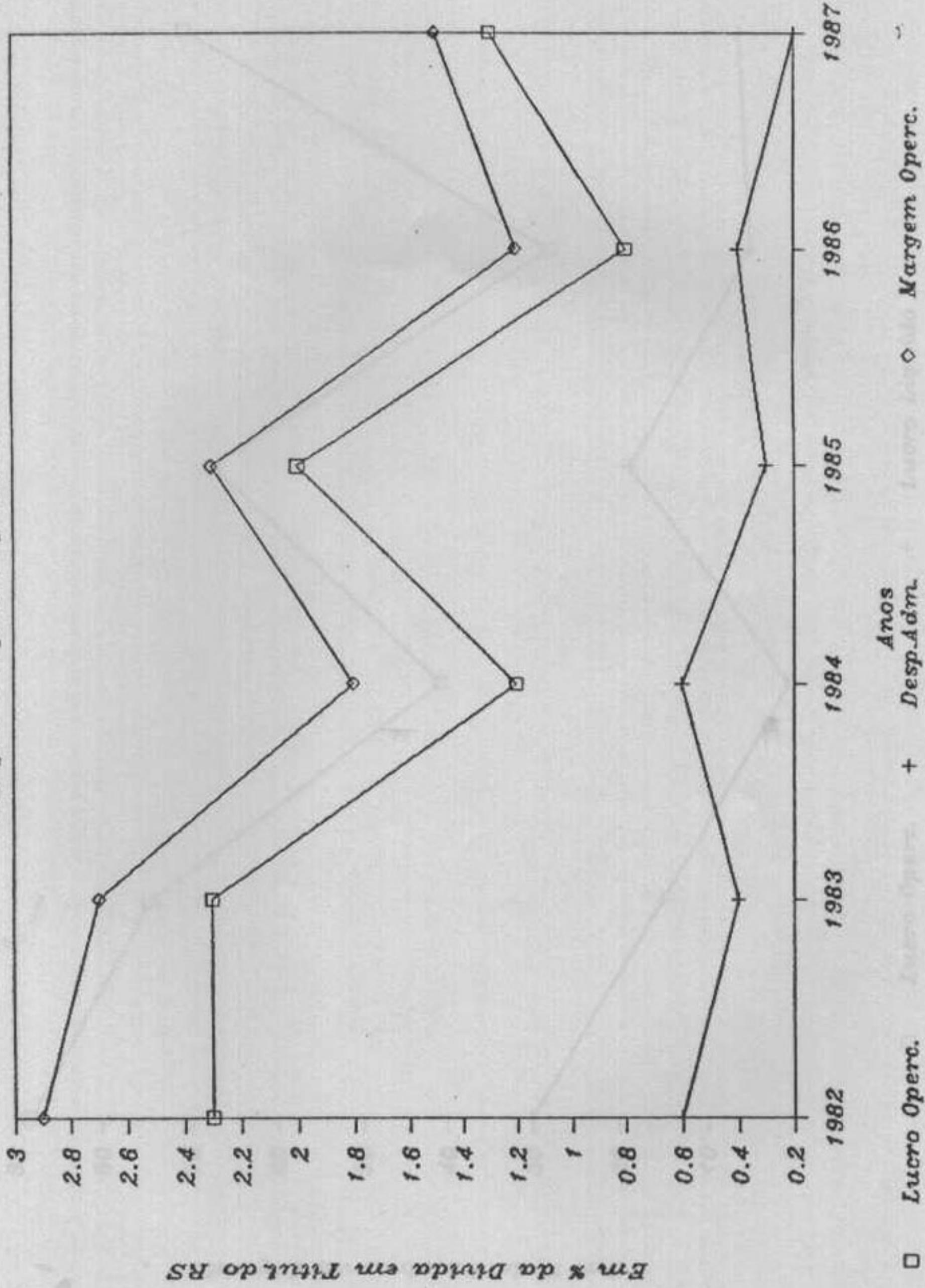
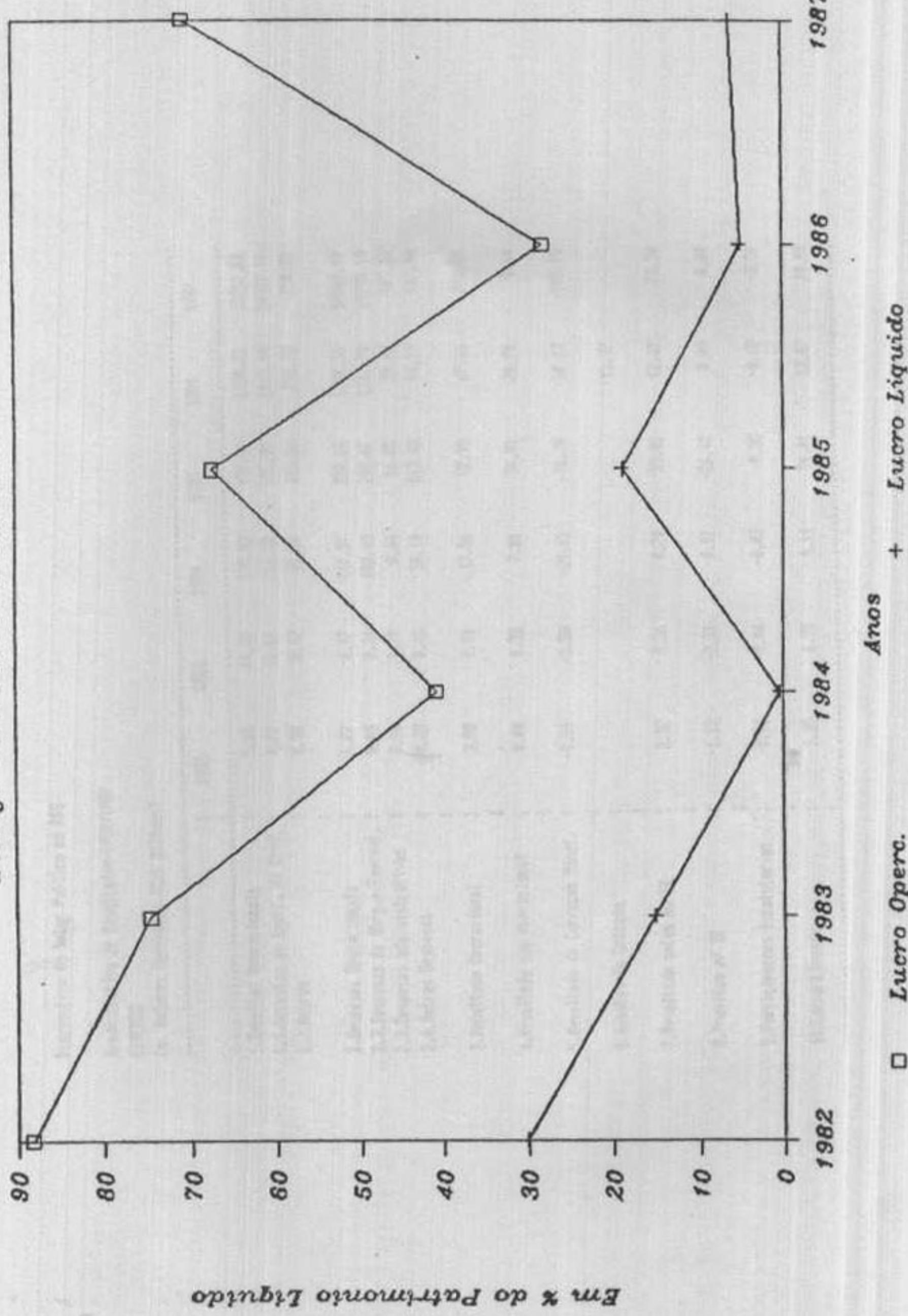


ILUSTRAÇÃO 59

# Diagnóstico do Setor Público no RGS

Divergências-Indicadores de Rentabilidade



## Diagnóstico do Setor Público no RS

## DIVERSOS

## Ex Valores Correntes (R\$ Milhões)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Receitas Operacionais</b>	<b>5.15</b>	<b>14.29</b>	<b>170.43</b>	<b>431.54</b>	<b>1350.22</b>	<b>53222.00</b>
1.1.Receitas de Oper. de Cred.	4.77	13.86	116.22	185.98	105.44	54532.04
1.2.Outras	0.38	0.42	62.21	245.56	292.73	72.04
<b>2.Despesas Operacionais</b>	<b>1.27</b>	<b>4.47</b>	<b>161.37</b>	<b>338.56</b>	<b>1291.56</b>	<b>54501.00</b>
2.2.Despesas de Org.p/Feprest.	0.89	2.21	102.63	299.97	1242.79	54248.19
2.3.Despesas administrativas	0.76	1.79	8.64	16.85	33.67	105.58
2.4.Outras Despesas	0.23	0.43	53.19	113.45	14.17	147.46
<b>3.Resultado Operacional</b>	<b>3.88</b>	<b>9.81</b>	<b>17.06</b>	<b>92.98</b>	<b>67.66</b>	<b>721.81</b>
<b>4.Resultado não Operacional</b>	<b>0.40</b>	<b>0.33</b>	<b>7.81</b>	<b>36.81</b>	<b>29.98</b>	<b>0.68</b>
<b>5.Resultado de Correção Monet.</b>	-1.36	-5.58	-24.63	-76.78	-60.63	-748.94
<b>6.Ajustes do Crédito</b>					-15.32	
<b>7.Resultado antes do IR</b>	<b>2.52</b>	<b>4.56</b>	<b>0.24</b>	<b>53.81</b>	<b>12.69</b>	<b>73.54</b>
<b>8.Provisão p/ IR</b>	-1.13	-2.51	-0.07	-26.42	0.09	0.09
<b>9.Participações Estatutárias</b>	-0.05	-0.06	-0.03	-0.38	-0.62	-3.58
<b>10.Lucro Líquido</b>	1.33	1.99	0.14	26.01	12.07	79.00

## Diagnóstico do Setor Público no RG

Demonstrativo de Operações Compromissadas - 1982/1987

DIVERSOS

Em Valores Correntes (Cr\$ Milhões)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1.077M	18.32	13.03	32.26	82.44	841.74	
2.Títulos Estaduais	18.48	49.74	10.39	42.43	7274.62	67162.39
3.DEP	4.84	2.46	100.03	327.39	256.63	4254.99
4.Bemis			1.83		282.32	2275.34
5.Total	41.24	65.23	144.47	452.47	8569.31	73689.59
6.Instituições Financeiras	32.57	59.69	92.93	332.13	8264.03	53139.49
7.Pessoas Jurídicas	6.13	3.69	46.97	78.36	188.75	28549.29
8.Pessoas Físicas	2.54	1.85	4.57	21.67	124.98	

**ILUSTRACAO 62**

**Diagnóstico do Setor Público no RS**

**Demonstrativo de Operações Cooperaçadas - 1982/1987**

**DIVERGOS**

**Em Valores Constantes (Czs Milhares Dez 87)**

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. ORTN</b>	<b>5262,87</b>	<b>1293,37</b>	<b>929,29</b>	<b>781,77</b>	<b>624,35</b>	<b>6,00</b>
<b>2. Títulos Estaduais</b>	<b>5193,39</b>	<b>4574,38</b>	<b>293,77</b>	<b>361,21</b>	<b>37524,68</b>	<b>67162,38</b>
<b>3. DIF</b>	<b>1388,68</b>	<b>227,41</b>	<b>2654,99</b>	<b>2786,29</b>	<b>1292,82</b>	<b>4744,98</b>
<b>4. Demais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52,32</b>	<b>0,00</b>	<b>1043,63</b>	<b>2275,38</b>
<b>5. Total</b>	<b>11044,96</b>	<b>6824,79</b>	<b>421,37</b>	<b>3049,29</b>	<b>46203,88</b>	<b>73650,56</b>
<b>6. Instituições Financeiras</b>	<b>9354,53</b>	<b>3512,98</b>	<b>2651,13</b>	<b>2827,41</b>	<b>42620,61</b>	<b>53139,49</b>
<b>7. Pessoas Jurídicas</b>	<b>1766,81</b>	<b>341,02</b>	<b>1337,84</b>	<b>837,37</b>	<b>929,78</b>	<b>26547,28</b>
<b>8. Pessoas Físicas</b>	<b>728,38</b>	<b>170,98</b>	<b>139,40</b>	<b>104,58</b>	<b>644,68</b>	<b>6,00</b>

### ILUSTRAÇÃO 83

Diagnóstico do Setor Público no RSC

Indicadores Financeiros 1982/1987  
DIVERSOS

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Dívida em Títulos do Estado</b>						
Financiada no "over" (%)	10,70	11,90	0,70	0,90	86,30	97,60
2. Dívida Títulos R\$/Patri.Liq.	38,50	31,70	34,50	34,50	34,80	53,40
<b>3. Financiamento "over" de Instituições Financeiras/Total</b>						
	79,40	91,50	64,30	73,50	96,40	72,10
<b>4. Rentabilidade (%)</b>						
4.1. Lucro Operacional/Patr.Liq.	88,30	74,70	40,70	67,40	27,90	70,20
4.2. Lucro Líquido/Patr.Liq.	31,20	15,10	0,30	18,80	5,80	6,30
<b>5. Desempenho Operacional em %</b>						
do Total Dívida em Títulos R\$						
5.1. Lucro Operacional	2,31	2,30	1,20	2,60	0,80	1,30
5.2. Despesas Administrativas	0,64	0,40	0,60	0,30	0,40	0,20
5.3. Margem Operacional Bruta	2,90	2,70	1,00	2,30	1,20	1,50

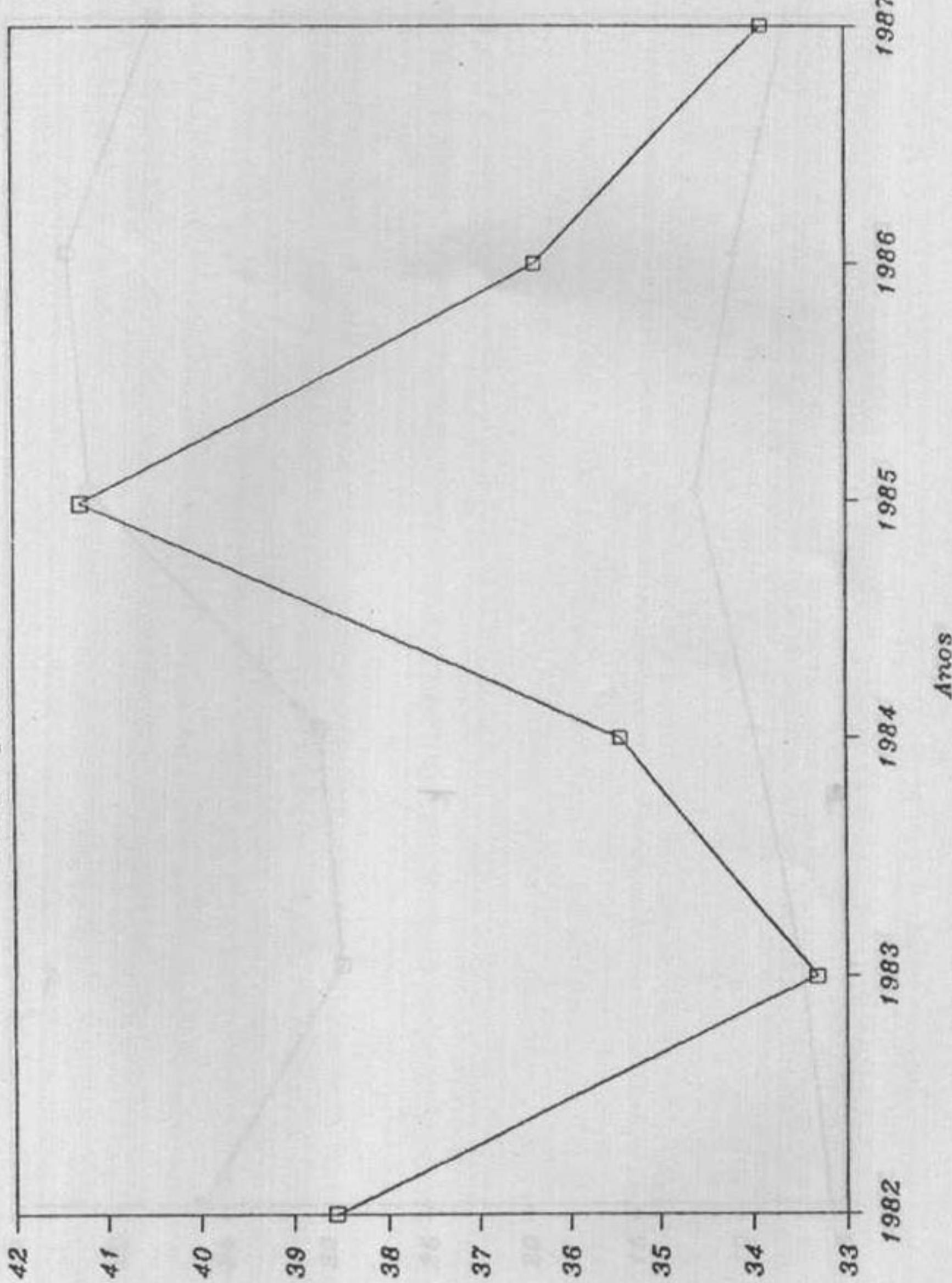
## ILUSTRAÇÃO 84

CAIXA ECONÔMICA DO RGS - PRINCIPAIS OPERAÇÕES  
SALDOS EM CZ\$ MILHÕES DE DEZ- 87

	82	85	86	87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	30.552,91	41.273,83	36.355,70	33.005,10
DEPÓSITOS	36.028,02	41.160,36	42.157,24	38.086,00
OBRIGAÇÕES P/ EMPREST. INTERN.	5.623,35	12.061,73	10.214,47	7.798,00
PATRIMONIO LIQUIDO	2.663,04	601,95	-434,33	625,10

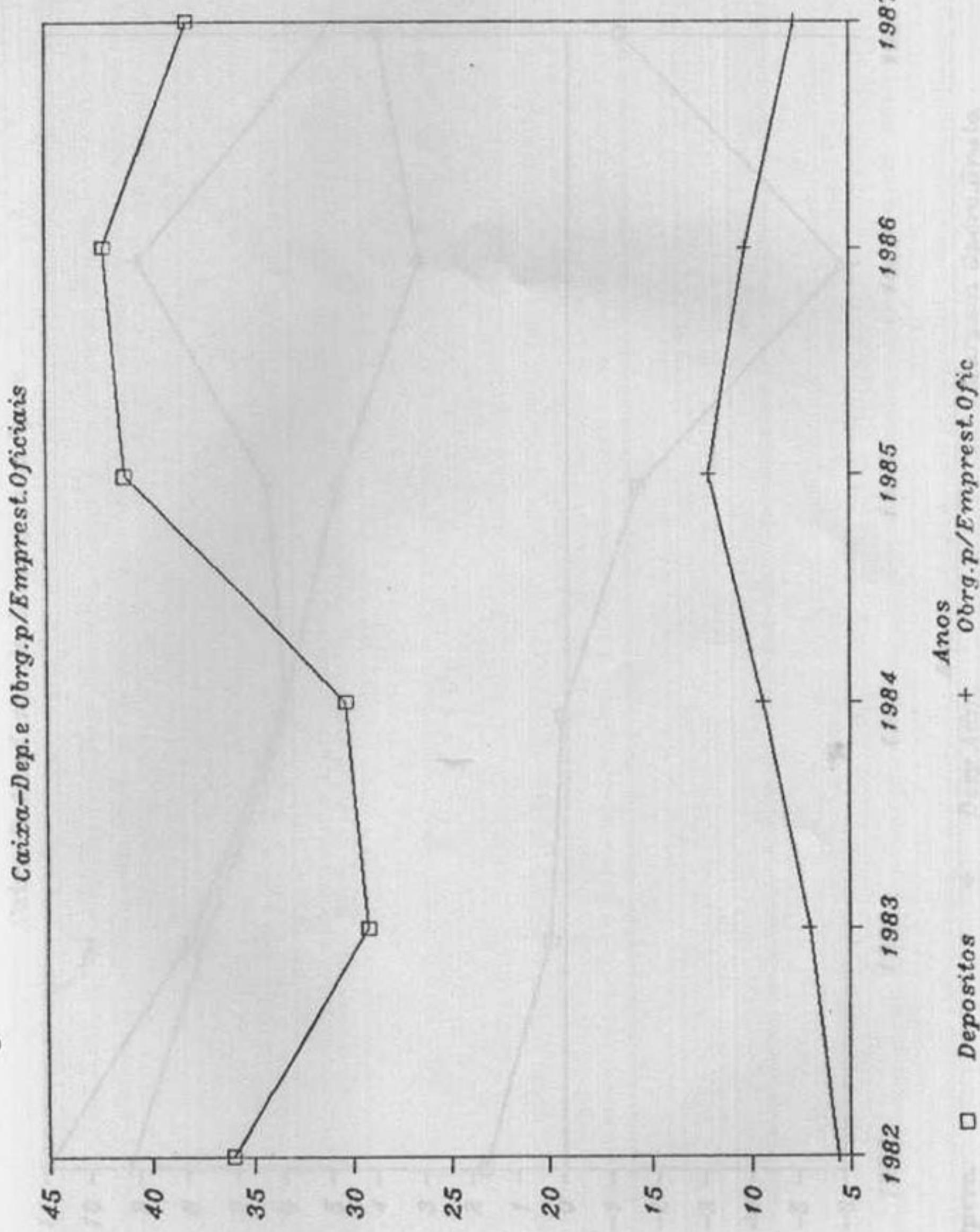
# ILUSTRAÇÃO 65 Diagnóstico do Setor Público no RGS

Caixa-Operações de Crédito



Caixa-Operações de Dez 87

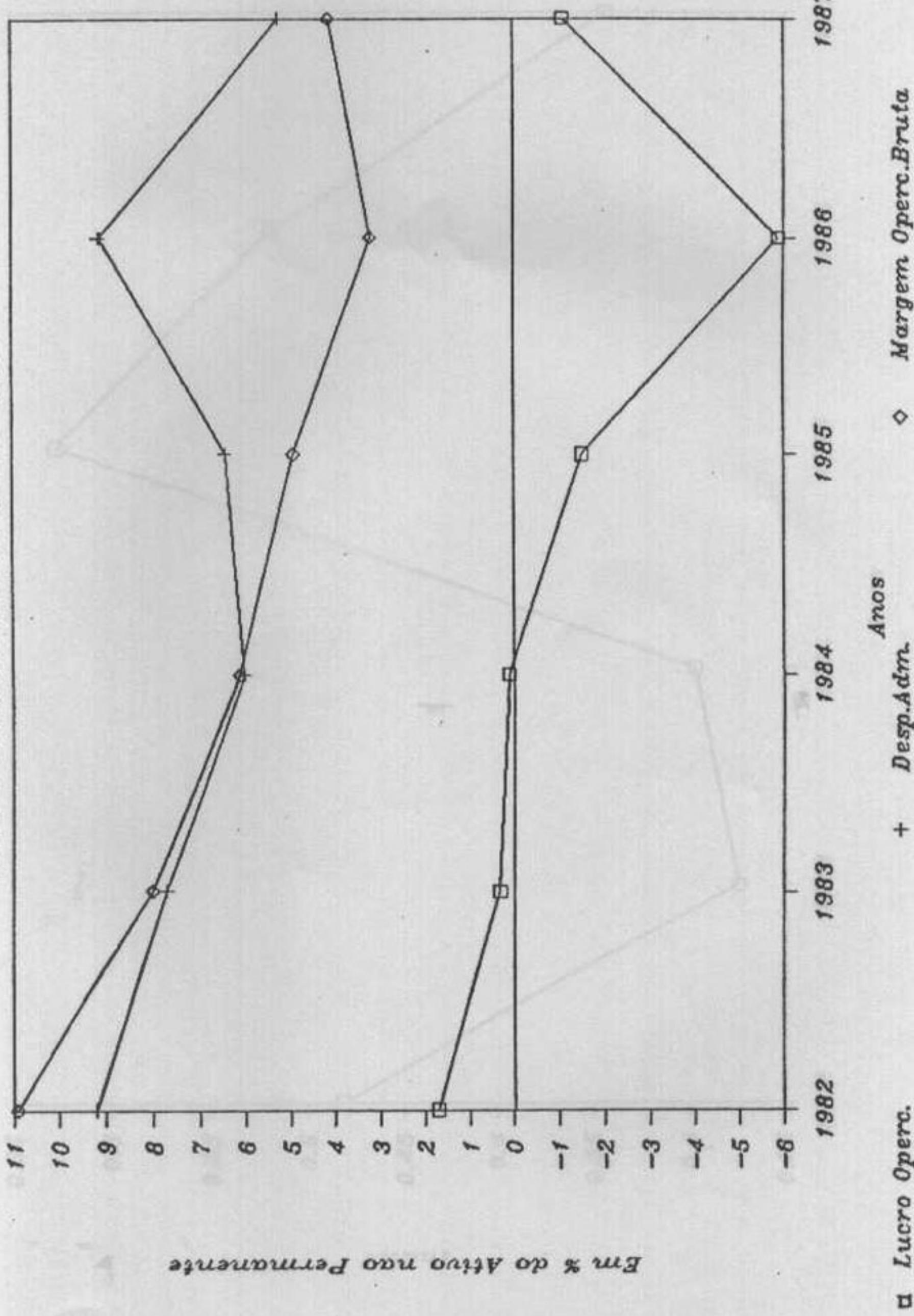
# Diagnóstico do Setor Público no RGS



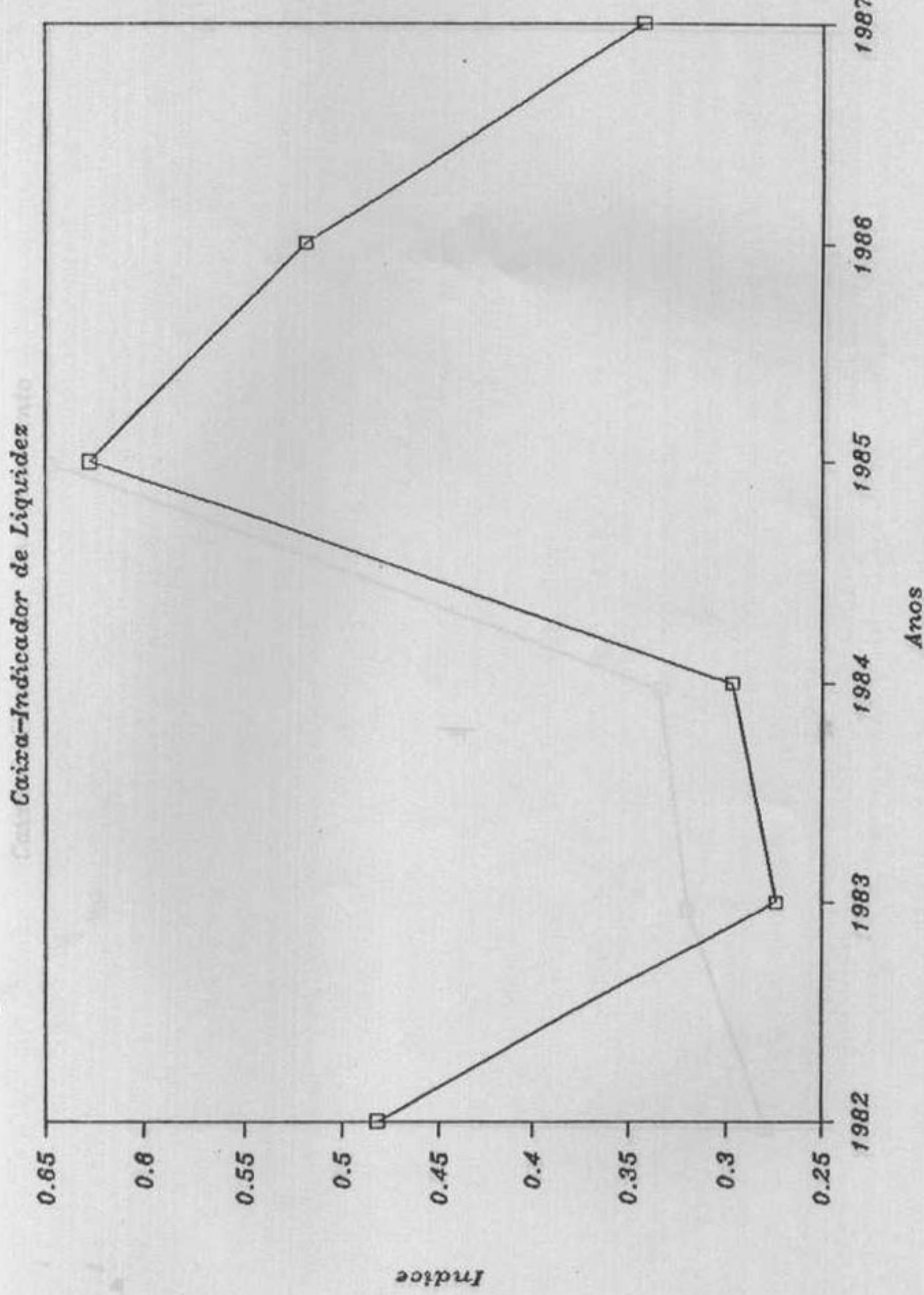
*Czg Bilhares de Dez 87*

# Diagnóstico do Setor Público no RGS

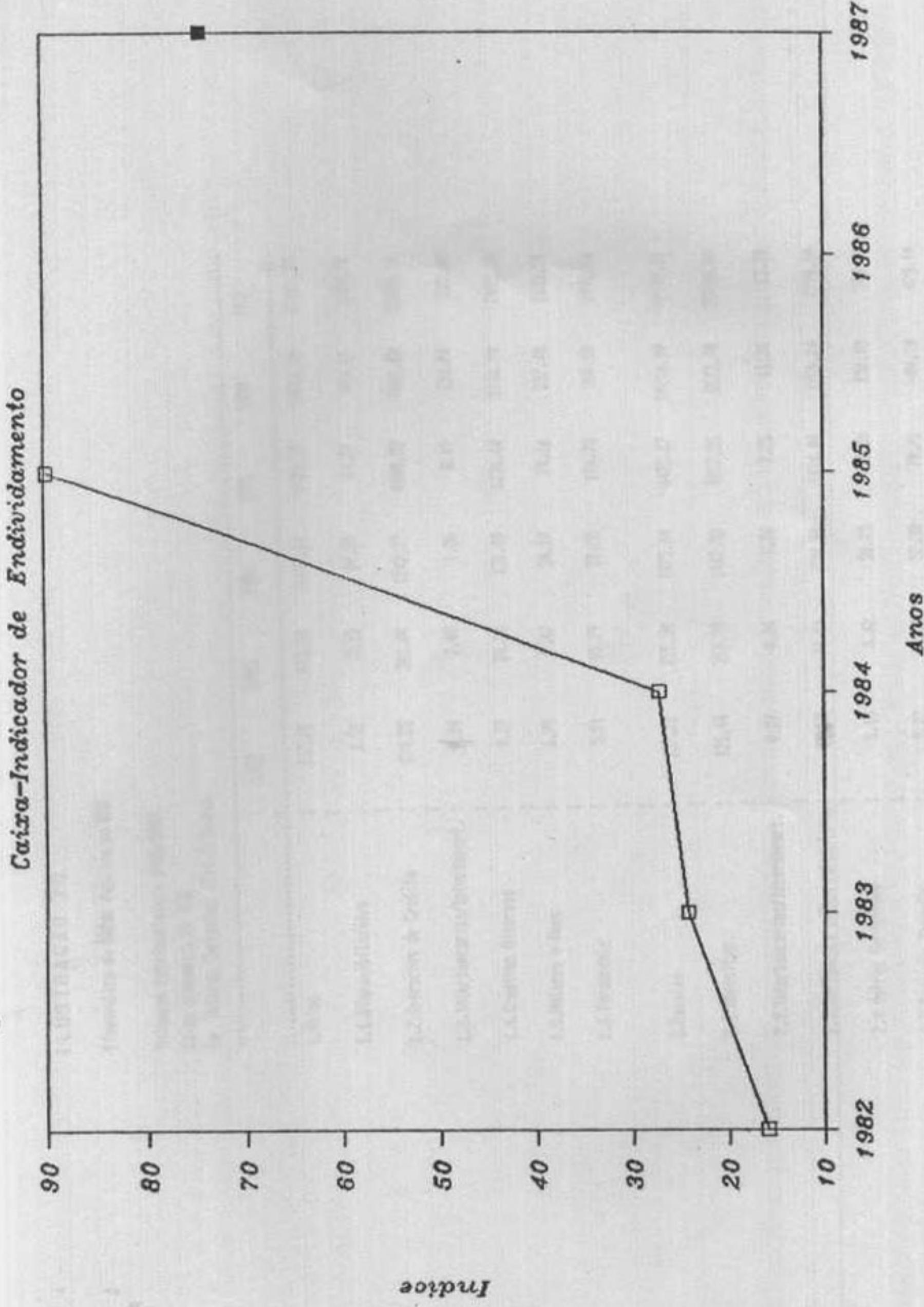
*Caixa-Indicadores de Desempenho Operacional*



## ILUSTRACAO 68 Diagnóstico do Setor Público no RGS



# Diagnóstico do Setor Público no RGS



## ILUSTRAÇÃO 70

### Diagnóstico do Setor Público no RGS

#### Balancos Patrimoniais - 1982/1987

##### Caixa Econômica do RGS

##### Ea Valores Correntes (R\$ Milhares)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Ativo</b>	<b>157.71</b>	<b>415.34</b>	<b>1475.64</b>	<b>6425.17</b>	<b>10216.00</b>	<b>47102.39</b>
<b>1.1. Disponibilidades</b>	<b>1.31</b>	<b>3.15</b>	<b>18.37</b>	<b>84.77</b>	<b>489.64</b>	<b>1778.70</b>
<b>1.2. Operações de Crédito</b>	<b>134.23</b>	<b>300.64</b>	<b>1242.27</b>	<b>4046.33</b>	<b>7049.04</b>	<b>33885.10</b>
<b>1.3. Interbancárias/Interdepart.</b>	<b>0.29</b>	<b>2.48</b>	<b>1.26</b>	<b>8.47</b>	<b>133.04</b>	<b>233.64</b>
<b>1.4. Dívidas Diversas</b>	<b>9.27</b>	<b>24.21</b>	<b>131.80</b>	<b>1226.44</b>	<b>1766.94</b>	<b>7085.38</b>
<b>1.5. Valores e Bens</b>	<b>6.79</b>	<b>9.47</b>	<b>39.17</b>	<b>78.16</b>	<b>237.44</b>	<b>1635.54</b>
<b>1.6. Pessoal</b>	<b>5.91</b>	<b>15.79</b>	<b>51.35</b>	<b>176.78</b>	<b>359.10</b>	<b>2492.10</b>
<b>2. Passivo</b>	<b>157.71</b>	<b>415.34</b>	<b>1475.64</b>	<b>6425.17</b>	<b>10216.00</b>	<b>47102.31</b>
<b>2.1. Depósitos</b>	<b>125.44</b>	<b>315.99</b>	<b>1062.88</b>	<b>4237.35</b>	<b>8172.70</b>	<b>33886.44</b>
<b>2.2. Interbancárias/Interdepart.</b>	<b>0.27</b>	<b>0.29</b>	<b>1.76</b>	<b>2.25</b>	<b>11.30</b>	<b>13.71</b>
<b>2.3. Obrigações p/Esprest. Intern.</b>	<b>19.58</b>	<b>76.16</b>	<b>328.41</b>	<b>1416.86</b>	<b>1980.24</b>	<b>7778.44</b>
<b>2.4. Outras Obrigações</b>	<b>3.15</b>	<b>6.62</b>	<b>30.65</b>	<b>93.44</b>	<b>136.04</b>	<b>579.54</b>
<b>2.5. Recursos Próprios</b>	<b>9.27</b>	<b>16.37</b>	<b>52.33</b>	<b>70.71</b>	<b>-84.29</b>	<b>625.14</b>

**ILUSTRAÇÃO 71**

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Balanco Patrimonial - 1982/1987

Caixa Econômica do RGS

Em Valores Constantes (C\$5 Milhões Dez 87)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1. Ativo	45296.10	38363.80	42896.00	54677.47	52697.29	47102.39
1.1. Disponibilidades	375.39	294.54	531.32	721.65	2479.46	1774.79
1.2. Operações de Crédito	38532.91	33911.18	35438.55	41273.83	36355.71	33885.19
1.3. Interbancárias/Interdepart.	58.59	192.13	35.87	72.28	686.45	223.64
1.4. Créditos Diversos	2661.03	2236.54	3757.65	16527.52	9114.29	7455.39
1.5. Valores e Bens	1954.46	875.00	856.73	597.27	1224.38	1635.59
1.6. Permanente	1697.72	1458.49	1476.67	1544.93	2837.58	2492.10
2. Passivo	45296.10	38363.80	42896.00	54677.47	52697.29	47102.39
2.1. Depósitos	36928.42	29187.42	31321.23	41189.36	42157.24	38986.44
2.2. Interbancárias/Interdepart.	76.97	18.75	54.24	19.15	58.29	13.74
2.3. Obrigações p/Exprest. Intern.	5623.35	7034.37	9357.31	12961.73	10214.47	7798.00
2.4. Outras Obrigações	944.72	611.01	874.45	834.27	701.53	579.59
2.5. Recursos Próprios	2663.04	1512.25	1492.78	601.75	-434.33	625.19

**ILUSTRACAO 72**

**Diagnóstico do Setor Público no MS**

**Desctrutivo de Resultados-1982/1987**

**Caixa Económica do MS**

**Em Valores Correntes (Cr\$ Milhares)**

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Receitas Operacionais</b>	<b>76.71</b>	<b>247.68</b>	<b>991.14</b>	<b>4586.73</b>	<b>3726.85</b>	<b>37211.20</b>
<b>1.1.Rendas de Operat.Cred.</b>	<b>70.72</b>	<b>228.36</b>	<b>883.24</b>	<b>3594.91</b>	<b>2881.64</b>	<b>28388.50</b>
<b>1.2.Outras Rendas</b>	<b>6.43</b>	<b>19.32</b>	<b>107.87</b>	<b>913.02</b>	<b>1039.21</b>	<b>8122.70</b>
<b>2.Despesas Operacionais</b>	<b>74.12</b>	<b>246.35</b>	<b>989.13</b>	<b>4684.85</b>	<b>4487.54</b>	<b>37687.50</b>
<b>2.1.Despesas de Depósitos</b>	<b>40.82</b>	<b>168.34</b>	<b>673.03</b>	<b>3032.29</b>	<b>2997.82</b>	<b>20769.50</b>
<b>2.2.Despes. de Org. de Emprest.</b>	<b>9.88</b>	<b>45.71</b>	<b>216.39</b>	<b>1069.66</b>	<b>648.58</b>	<b>6125.70</b>
<b>2.3.Despesas Administrativas</b>	<b>13.94</b>	<b>38.66</b>	<b>85.61</b>	<b>402.56</b>	<b>877.83</b>	<b>2341.60</b>
<b>2.4.Outras Despesas</b>	<b>1.56</b>	<b>1.64</b>	<b>14.19</b>	<b>99.54</b>	<b>52.11</b>	<b>411.60</b>
<b>3.Resultado Operacional</b>	<b>2.62</b>	<b>1.34</b>	<b>2.01</b>	<b>-75.32</b>	<b>-566.69</b>	<b>-476.50</b>
<b>4.Resultado não Operacional</b>	<b>0.69</b>	<b>0.27</b>	<b>0.46</b>	<b>15.21</b>	<b>40.68</b>	<b>8.80</b>
<b>4.1.Receita</b>	<b>0.10</b>	<b>0.28</b>	<b>0.54</b>	<b>15.39</b>	<b>43.86</b>	<b>92.80</b>
<b>4.2.Despesa</b>	<b>0.91</b>	<b>0.01</b>	<b>0.03</b>	<b>0.17</b>	<b>2.38</b>	<b>13.00</b>
<b>5.Resultado da Correção Monet.</b>	<b>-1032.00</b>	<b>-0.65</b>	<b>-2.06</b>	<b>38.92</b>	<b>54.48</b>	<b>2746.70</b>
<b>6.Ajustes do Plano Cruzado</b>					<b>18.76</b>	<b>-25.30</b>
<b>7.Resultado do Exercício</b>	<b>0.28</b>	<b>0.75</b>	<b>0.41</b>	<b>-41.19</b>	<b>-452.76</b>	<b>2275.60</b>
<b>8.Participações Estatutárias</b>	<b>0.42</b>					
<b>9.Lucro Líquido</b>	<b>0.46</b>	<b>0.75</b>	<b>0.41</b>	<b>-41.19</b>	<b>-452.76</b>	<b>2275.60</b>

**ILUSTRACAO 73**

**Diagnóstico do Setor Público no RS**

**Indicadores Financeiros - 1982/1987  
Dívida Econômica Estadual**

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Liquididade</b>						
Ativo Circ./Passiv.Circ.	<b>0,48</b>	<b>0,27</b>	<b>0,31</b>	<b>0,63</b>	<b>0,52</b>	<b>0,34</b>
<b>2. Endividamento</b>						
Recursos de Terceiros/Proprios	<b>15,99</b>	<b>21,24</b>	<b>27,18</b>	<b>39,75</b>	<b>73,90</b>	
<b>3. Orig.dos Recursos (R \$ Mil. Ord.)</b>						
Obrg.p/Prestitivos Internos	<b>14,60</b>	<b>21,10</b>	<b>26,40</b>	<b>29,20</b>	<b>28,10</b>	<b>23,00</b>
Depósitos	<b>73,40</b>	<b>87,60</b>	<b>85,60</b>	<b>97,80</b>	<b>116,10</b>	<b>112,40</b>
<b>4. Rentabilidade</b>						
Lucro Operc./P.L.	<b>28,39</b>	<b>8,29</b>	<b>3,81</b>	<b>-134,09</b>		<b>-76,28</b>
Lucro Liq./P.L.	<b>5,00</b>	<b>5,00</b>	<b>0,01</b>	<b>-58,31</b>		<b>264,00</b>
<b>5. Desempenho Operacional</b>						
Lucro Operc./Ativo não Permanente	<b>1,71</b>	<b>0,39</b>	<b>0,10</b>	<b>-1,59</b>	<b>-5,99</b>	<b>-1,19</b>
Desp.Administrat./Ativ.não perma.	<b>9,29</b>	<b>7,79</b>	<b>6,89</b>	<b>6,49</b>	<b>9,19</b>	<b>5,29</b>
Margem Bruta Operacional	<b>10,99</b>	<b>8,69</b>	<b>6,10</b>	<b>4,99</b>	<b>3,29</b>	<b>4,16</b>

**ILUSTRAÇÃO 74**

**BRDE - PRINCIPAIS OPERAÇÕES  
SALDOS EM CZ\$ MILHÕES DE DEZ-87**

	82	85	86	87
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>				
- SETOR PÚBLICO	80.922,02	96.713,25	98.423,99	95.905,90
	...	...	65.316,36	61.008,90
- SETOR PRIVADO	...	...	33.107,62	34.897,00
 <b>DEPÓSITOS</b>	 39.800,56	 43.308,18	 43.505,31	 40.489,90
 <b>OBRIGAÇÕES P / EMPRÉSTIMOS</b>	 48.003,66	 51.639,35	 53.082,53	 51.846,10
- OFICIAIS	37.105,50	40.338,68	45.355,03	46.409,10
- EXTERNOS	10.897,15	11.300,67	7.727,50	5.437,00

**ILUSTRACAO 75**

Diagnóstico do Setor Público no RGS

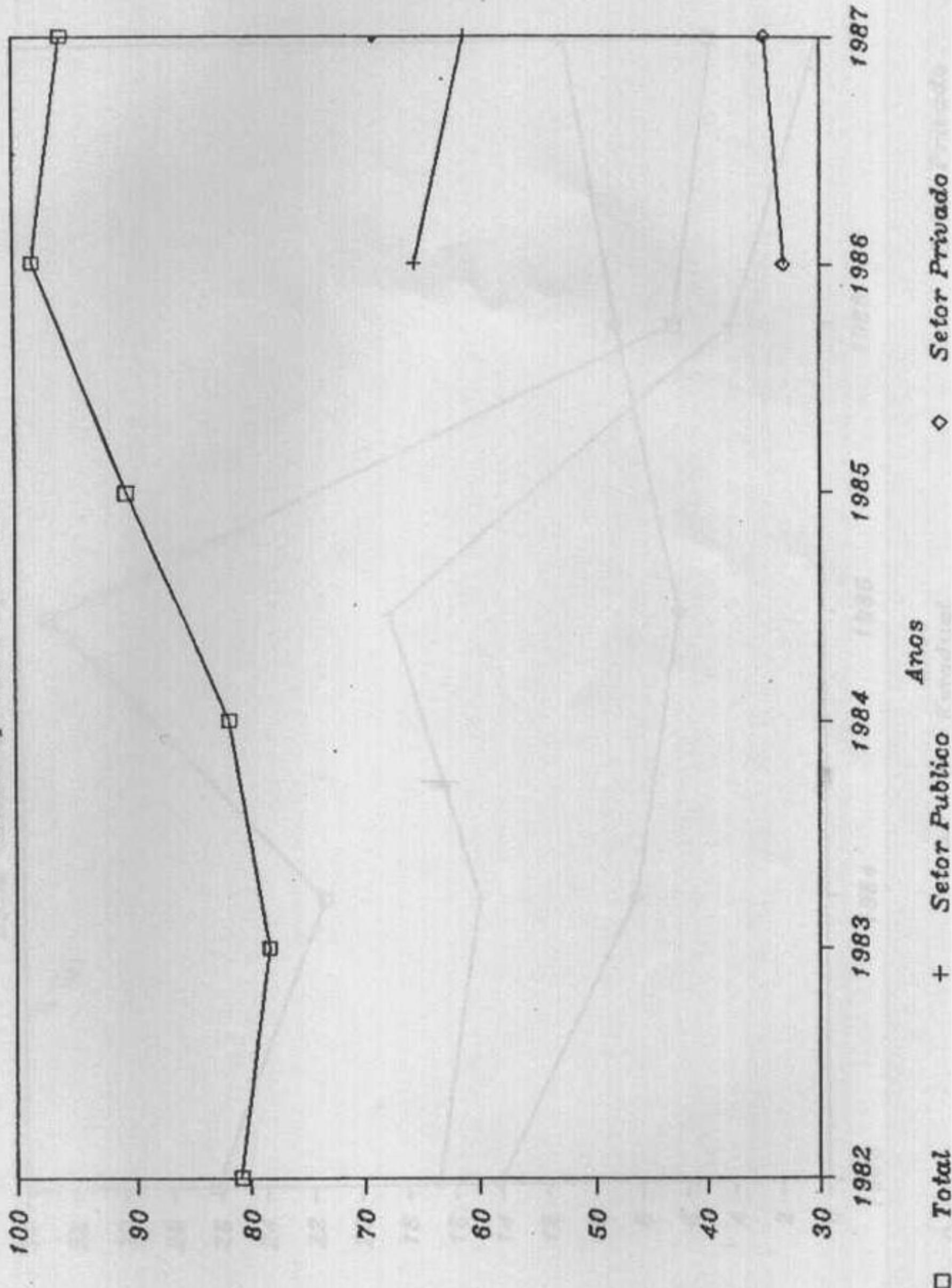
BIE-Contratantes no Estado do Rio Grande do Sul 1983/87  
Em OTN's

Setor	ANO	1983	1984	1985	1986	1987	
		1486399	8117776	6137179	879367	10753409	
1.Sector Privado							
2.Sector Público	2612654	21428554	32842835	6231832			
2.1.Federal	1114577	—	1642297	1248822			
2.2.Estatal	25011077	21428554	31204528	4888310			
2.2.1.Governo	16706515	14794784	18510885	3776221			
2.2.2.Expresso	834992	66533779	12882443	1106687			
3.Total	4210714	27546334	38938014	15901199	1525259		

Fonete:GP/100

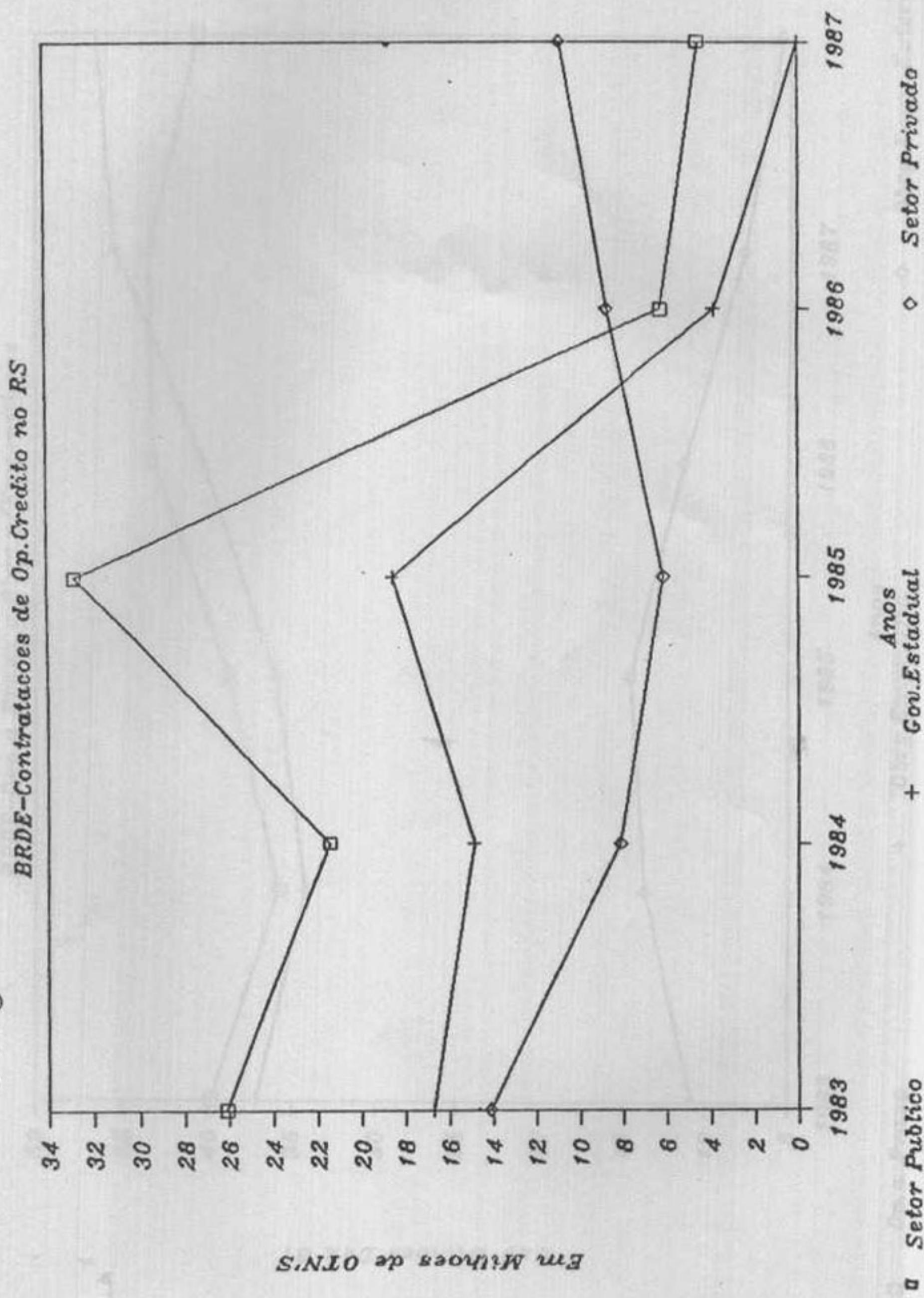
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

BRDE-Operações de Crédito



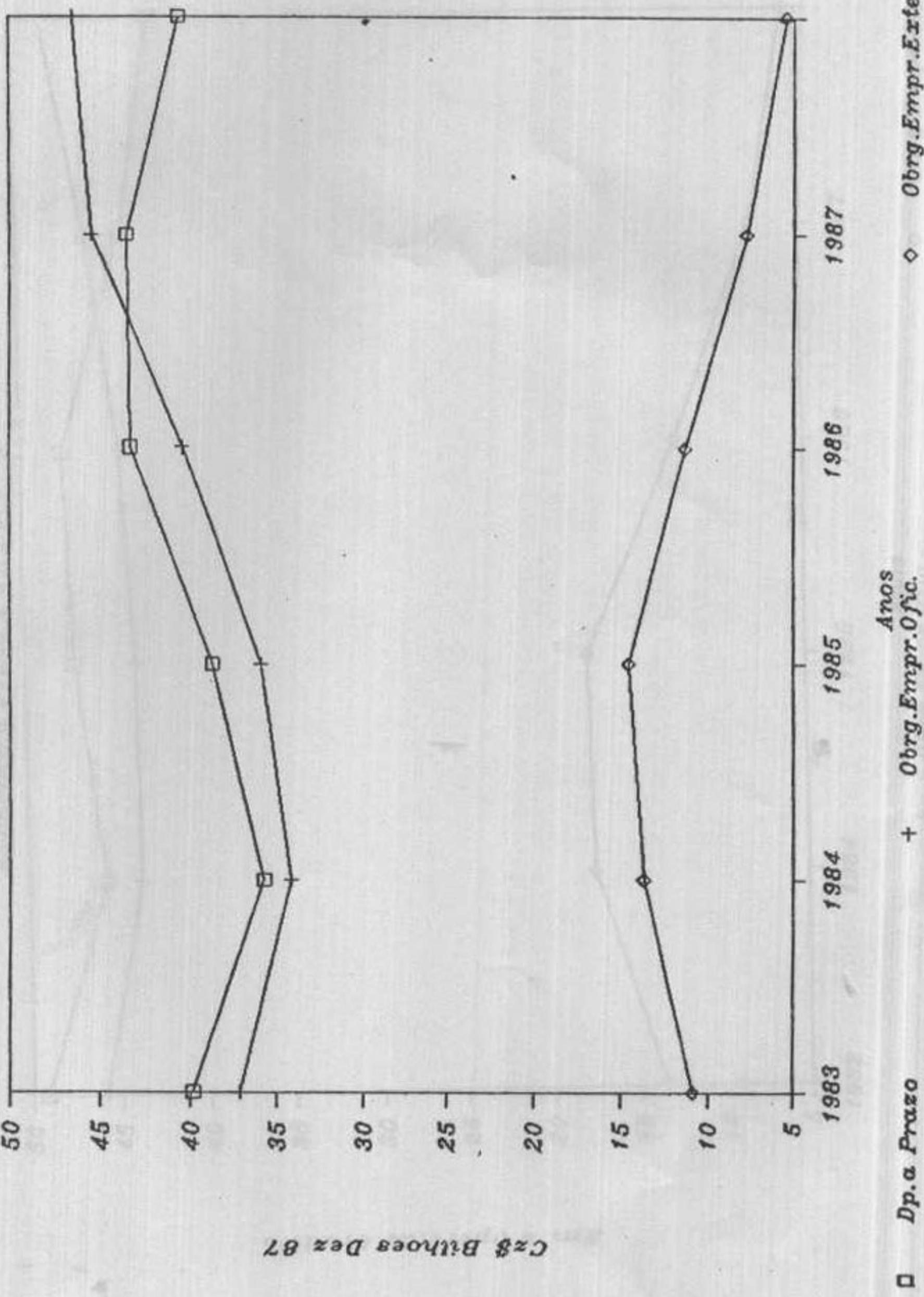
Cz\$ Billhões de Dez 87

**ILUSTRAÇÃO 77 Diagnóstico do Setor Público no RS**



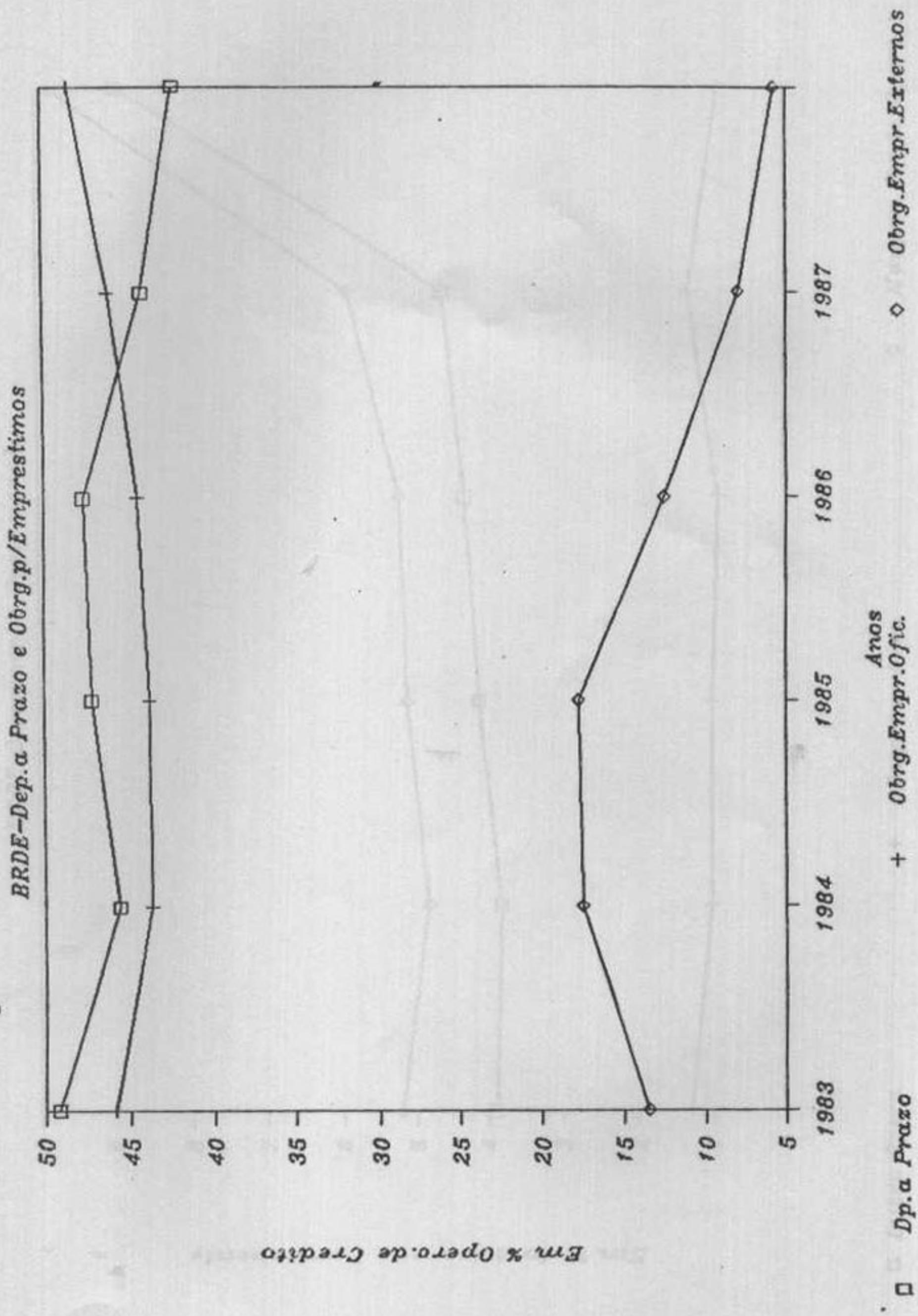
ILUSTRACAO 78    Diagnóstico do Setor Público no RGDS

BRDE-Dep.a Prazo e Obrg.p/Empréstimos



Czg Bithoes Dez 87

ILUSTRAÇÃO 79      *Diagnóstico do Setor Público no RGS*



# ILUSTRAÇÃO 80

## Diagnóstico do Setor Público no RGS

ERDE-Desempenho Operacional

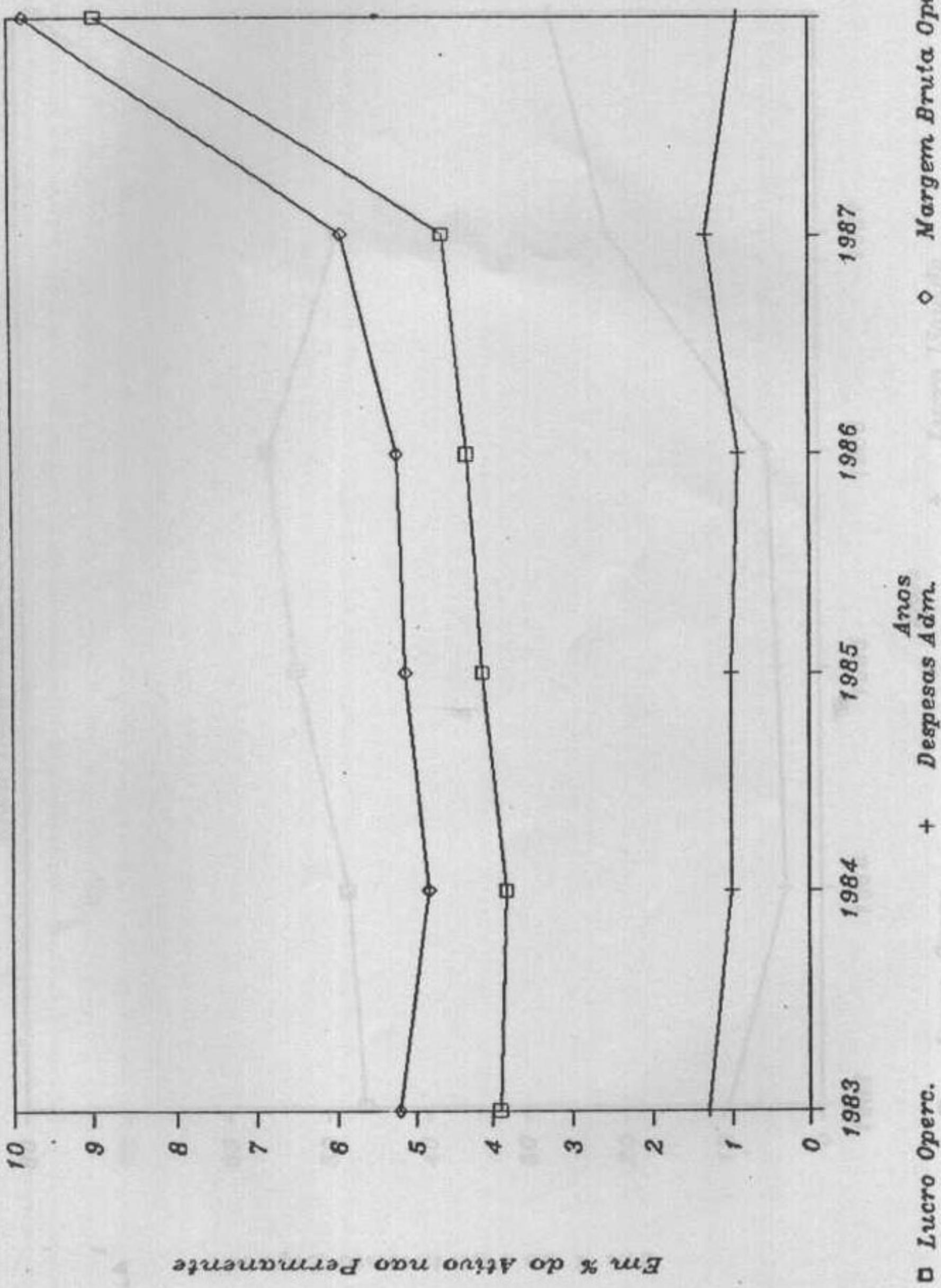
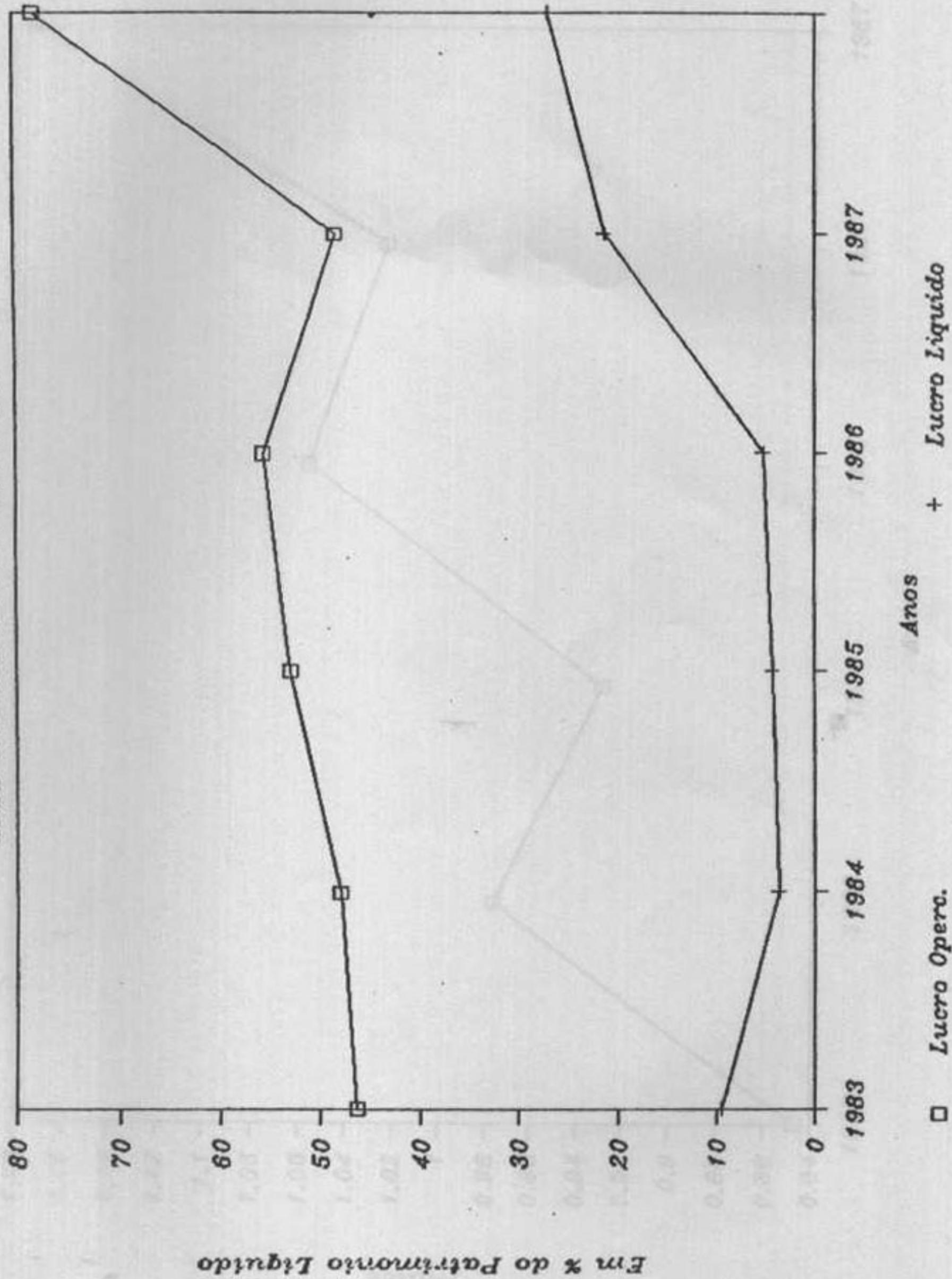


ILUSTRAÇÃO 81

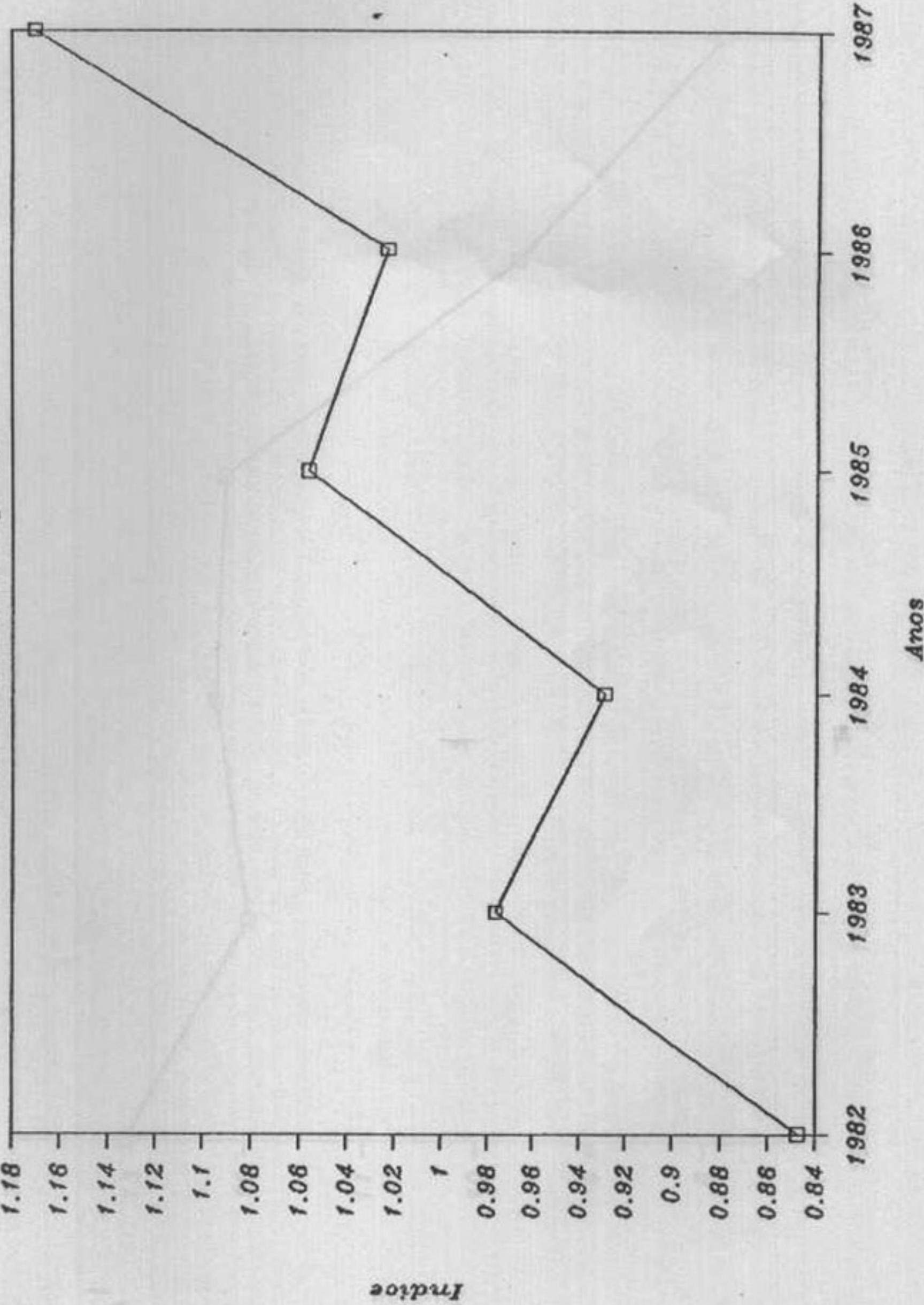
# Diagnóstico do Setor Público no RGS

BRDE-Indicadores de Rentabilidade



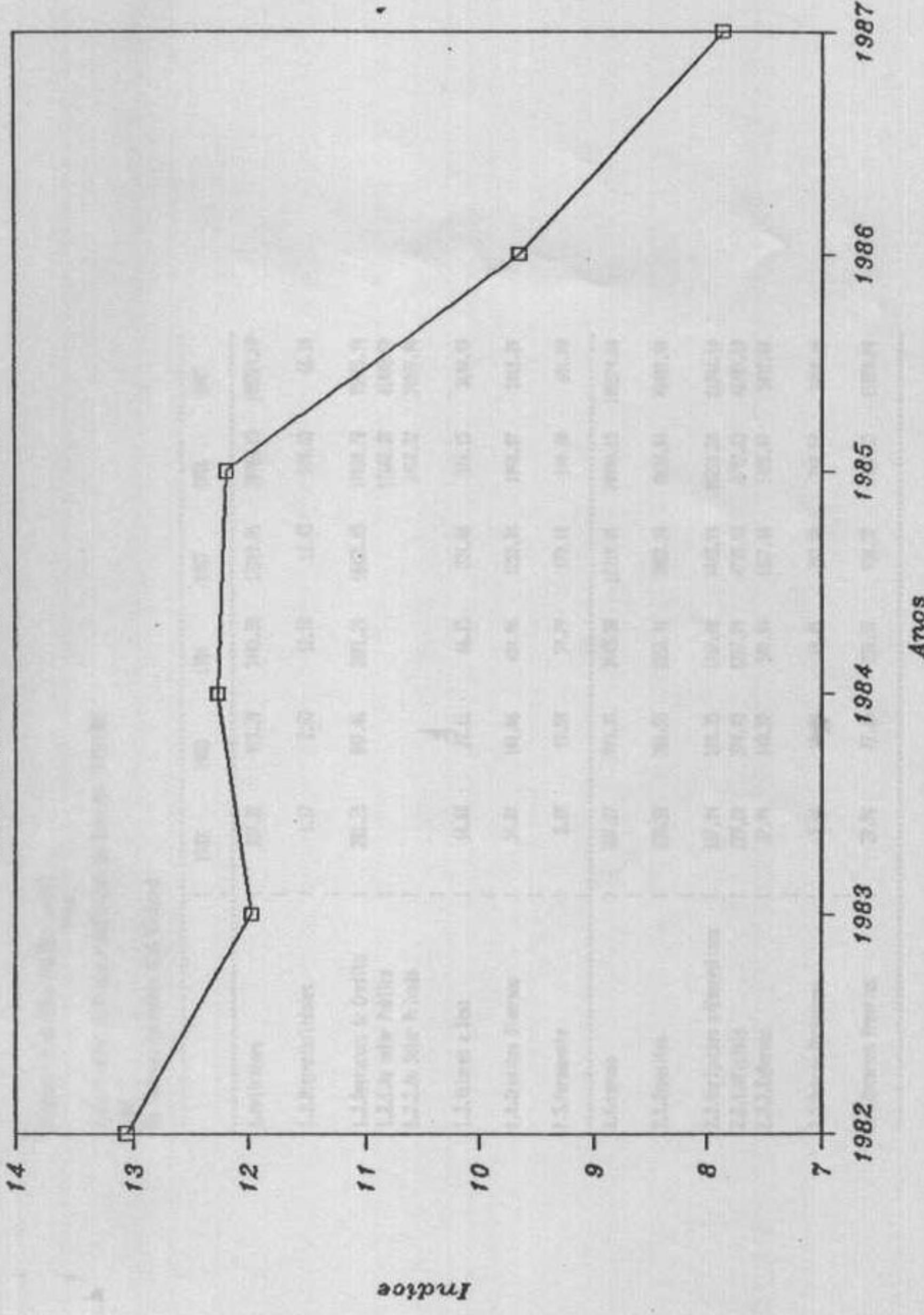
**ILUSTRAÇÃO 82** Diagnóstico do Setor Público no RGS

BRDE-Indicador de Liquidade



## ILUSTRAÇÃO 83 Diagnóstico do Setor Público no RGSS

BRDE-Indicador de Endividamento



## ILUSTRAÇÃO 84

Diagnóstico do Setor Público no RGS

## Demonstrativo da Origem e Aplicações de Recursos 1982/1987

ORDE

## Em Valores Correntes (R\$5 Milhões)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Aplicações</b>	<b>337,77</b>	<b>973,39</b>	<b>3443,38</b>	<b>12319,81</b>	<b>20946,15</b>	<b>165221,69</b>
<b>1.1. Disponibilidades</b>	<b>1,17</b>	<b>2,63</b>	<b>12,18</b>	<b>11,43</b>	<b>100,63</b>	<b>66,10</b>
<b>1.2. Operações de Crédito</b>	<b>281,75</b>	<b>847,06</b>	<b>2871,24</b>	<b>14635,35</b>	<b>19481,74</b>	<b>95915,97</b>
1.2.1. Ao setor Público					12662,38	61003,97
1.2.2. Ao Setor Privado					6418,32	34877,44
<b>1.3. Valores e Bens</b>	<b>14,69</b>	<b>23,11</b>	<b>46,15</b>	<b>224,86</b>	<b>576,15</b>	<b>3610,40</b>
<b>1.4. Créditos Diversos</b>	<b>34,07</b>	<b>101,46</b>	<b>454,46</b>	<b>1255,36</b>	<b>1008,07</b>	<b>5611,29</b>
<b>1.5. Permanente</b>	<b>5,69</b>	<b>19,54</b>	<b>57,79</b>	<b>173,11</b>	<b>140,60</b>	<b>601,00</b>
<b>2. Recursos</b>	<b>337,77</b>	<b>973,39</b>	<b>3443,38</b>	<b>12319,81</b>	<b>20946,15</b>	<b>165221,69</b>
<b>2.1. Depósitos</b>	<b>138,58</b>	<b>386,55</b>	<b>1356,41</b>	<b>5087,30</b>	<b>8434,44</b>	<b>44489,99</b>
<b>2.2. Obrigações e Investimentos</b>	<b>167,14</b>	<b>518,35</b>	<b>1767,00</b>	<b>6065,94</b>	<b>10291,71</b>	<b>51846,10</b>
2.2.1. Oficiais	129,29	378,43	1257,00	4738,48	8792,63	46489,10
2.2.2. Externos	37,94	148,32	509,04	1327,46	1498,07	5437,60
<b>2.3. Outras Obrigações</b>	<b>3,64</b>	<b>10,86</b>	<b>60,41</b>	<b>232,29</b>	<b>218,59</b>	<b>1014,60</b>
<b>2.4. Recursos Próprios</b>	<b>27,96</b>	<b>77,63</b>	<b>237,57</b>	<b>934,37</b>	<b>1942,02</b>	<b>11874,44</b>

**ILUSTRAÇÃO 85**

**Diagnóstico do Setor Público no RS**

**BROE  
Ex- Valores Constantes (R\$ Milhares- Dez 87)**

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Aplicações</b>	<b>98988,67</b>	<b>91757,79</b>	<b>90239,42</b>	<b>104078,54</b>	<b>107848,21</b>	<b>105224,60</b>
<b>1.1. Disponibilidades</b>	<b>334,89</b>	<b>243,42</b>	<b>347,52</b>	<b>97,39</b>	<b>519,08</b>	<b>66,10</b>
<b>1.2. Operações de Crédito</b>	<b>89722,42</b>	<b>78241,23</b>	<b>81997,56</b>	<b>98713,25</b>	<b>98423,99</b>	<b>95955,99</b>
1.2.1. Ao setor Público					65316,36	61000,99
1.2.2. Ao Setor Privado					33107,62	34677,00
<b>1.3. Valores e Bens</b>	<b>4972,16</b>	<b>2134,34</b>	<b>1316,54</b>	<b>1987,42</b>	<b>271,75</b>	<b>344,49</b>
<b>1.4. Créditos Diversos</b>	<b>9785,67</b>	<b>9334,42</b>	<b>12733,18</b>	<b>10626,88</b>	<b>5199,73</b>	<b>5011,29</b>
<b>1.5. Patrimônio</b>	<b>1634,53</b>	<b>1894,78</b>	<b>1745,65</b>	<b>1473,69</b>	<b>725,26</b>	<b>611,09</b>
<b>2. Recursos</b>	<b>98988,67</b>	<b>91757,79</b>	<b>90239,42</b>	<b>104078,54</b>	<b>107848,21</b>	<b>105224,60</b>
<b>2.1. Depósitos</b>	<b>39894,56</b>	<b>35744,94</b>	<b>38694,66</b>	<b>43398,10</b>	<b>43365,31</b>	<b>44489,99</b>
<b>2.2. Obrigações e/ou Prestações</b>	<b>48003,66</b>	<b>47878,89</b>	<b>54407,81</b>	<b>51639,35</b>	<b>53982,53</b>	<b>51046,19</b>
2.2.1. Oficiais	37106,59	34179,26	35558,87	40338,68	45355,83	46407,19
2.2.2. Externas	10897,15	13699,44	14521,61	11304,67	7727,54	5427,09
<b>2.3. Outras Obrigações</b>	<b>1032,82</b>	<b>1042,93</b>	<b>1723,19</b>	<b>1976,72</b>	<b>1127,55</b>	<b>1014,69</b>
<b>2.4. Recursos Próprios</b>	<b>8031,63</b>	<b>7170,89</b>	<b>7484,76</b>	<b>7754,29</b>	<b>10124,82</b>	<b>11274,09</b>

**ILUSTRACAO 86**

Diagnóstico do Setor Público no RS

Declarativo de Resultados-1982/1987

BIDC

Em Valores Correntes (Cr\$ Milhares)

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1.Receitas Operacionais</b>	<b>151.47</b>	<b>336.83</b>	<b>2231.43</b>	<b>8707.93</b>	<b>10703.39</b>	<b>83633.69</b>
1.1.Receitas de Oper. de Cred.	132.62	473.71	1891.31	7366.66	9363.89	7615.39
1.2.Outras	18.05	63.11	340.12	1347.27	1337.59	7445.39
<b>2.Despesas Operacionais</b>	<b>138.51</b>	<b>319.62</b>	<b>2994.38</b>	<b>5188.54</b>	<b>9753.99</b>	<b>74369.79</b>
2.1.Despesas de Depósitos	62.79	274.07	1023.76	4160.56	4357.59	31748.29
2.2.Despesas de Org.P/Express.	69.89	219.94	886.64	2388.15	4338.29	38931.19
2.3.Despesas administrativas	4.46	9.97	32.44	103.56	278.89	948.29
2.4.Outras Despesas	2.38	15.64	151.34	586.27	738.29	3442.29
<b>3.Resultado Operacional</b>	<b>12.96</b>	<b>37.29</b>	<b>137.85</b>	<b>3519.39</b>	<b>949.41</b>	<b>9263.99</b>
<b>4.Resultado não Operacional</b>	<b>0.39</b>	<b>0.61</b>	<b>1.22</b>	<b>12.97</b>	<b>20.71</b>	<b>101.89</b>
4.1.Receitas	0.36	0.63	1.05	14.62	32.71	108.29
4.2.Despesas	0.06	0.22	0.73	1.65	12.84	6.49
<b>5.Resultado de Correção Monet.</b>	<b>-10.64</b>	<b>-34.92</b>	<b>-127.11</b>	<b>-404.06</b>	<b>-403.89</b>	<b>-6211.49</b>
<b>6.Ajustes do Crédito</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>-147.59</b>	<b>-1.29</b>
<b>7.Resultado antes do IR</b>	<b>2.66</b>	<b>2.89</b>	<b>11.16</b>	<b>40.39</b>	<b>416.89</b>	<b>3183.19</b>
<b>8.Provisão p/ IR</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>9.Lucro Líquido</b>	<b>2.66</b>	<b>2.89</b>	<b>11.16</b>	<b>40.39</b>	<b>416.89</b>	<b>3183.19</b>

## ILUSTRAÇÃO 87

## Diagnóstico do Setor Público no RS

Indicadores Financeiros - 1982/1987  
BIRD

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
<b>1. Liquidéz</b>						
Ativo Circ./Passiv.Circ.	0,85	0,98	0,93	1,06	1,02	1,17
<b>2. Endividamento</b>						
Recursos de Terc./Rec.Proprios	13,66	11,98	12,27	12,19	9,65	7,86
<b>3. Orig.dos Recursos (7 % Cred.)</b>						
Obrg.p/Emprst. Oficiais	45,79	43,71	43,88	44,59	46,10	40,40
Obrg.p/Emprstos Externos	13,59	17,59	17,70	12,59	7,91	5,79
Depósitos a Prazo	47,24	45,84	47,24	47,74	44,29	42,24
<b>4. Rentabilidade</b>						
Lucro Oper./P.L.	46,39	47,99	52,81	55,69	48,39	78,69
Letro Liq./P.L.	9,59	3,70	4,39	5,29	21,29	26,69
<b>5. Desempenho Operacional</b>						
Lucro Oper./Ativo não Permanent	3,91	3,80	4,10	4,39	4,64	8,99
Desp.Administrat./Ativ.não pers.	1,39	1,09	1,09	0,91	1,39	0,98
Margin Bruta Operacional	5,29	4,89	5,10	5,29	5,91	9,09

de que o Brasil é um dos países que mais investe em tecnologia de informação. No entanto, é preciso lembrar que, apesar da grande quantidade de investimento, a produtividade das empresas brasileiras é menor que a média das empresas mundiais. Isso significa que, embora o Brasil tenha investido muito em tecnologia de informação, não conseguiu alcançar os resultados esperados.

Além disso, é importante ressaltar que a tecnologia de informação é uma ferramenta que pode ser utilizada para melhorar a eficiência das empresas, mas também pode ser usada para aumentar a desigualdade social. Isso ocorre porque a tecnologia de informação é uma ferramenta que requer investimento e conhecimento especializado, o que pode resultar em uma maior concentração de poder entre as classes dominantes e uma menor participação das classes menos favorecidas na economia.

Portanto, é necessário ter cuidado ao investir em tecnologia de informação, pois é importante garantir que esse investimento seja destinado a todos os setores da economia, e não apenas a empresas privadas ou a classes dominantes. É importante garantir que a tecnologia de informação seja utilizada para promover a inclusão social e a redução das desigualdades sociais, e não apenas para aumentar a concentração de poder entre as classes dominantes. Isso é fundamental para garantir que a tecnologia de informação seja utilizada de forma responsável e ética, beneficiando todos os setores da economia e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em conclusão, é importante investir em tecnologia de informação, mas é necessário garantir que esse investimento seja destinado a todos os setores da economia, e não apenas a empresas privadas ou a classes dominantes. É importante garantir que a tecnologia de informação seja utilizada para promover a inclusão social e a redução das desigualdades sociais, e não apenas para aumentar a concentração de poder entre as classes dominantes. Isso é fundamental para garantir que a tecnologia de informação seja utilizada de forma responsável e ética, beneficiando todos os setores da economia e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, é importante investir em tecnologia de informação, mas é necessário garantir que esse investimento seja destinado a todos os setores da economia, e não apenas a empresas privadas ou a classes dominantes. É importante garantir que a tecnologia de informação seja utilizada para promover a inclusão social e a redução das desigualdades sociais, e não apenas para aumentar a concentração de poder entre as classes dominantes. Isso é fundamental para garantir que a tecnologia de informação seja utilizada de forma responsável e ética, beneficiando todos os setores da economia e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 5

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apesar dos melhores resultados orçamentários do governo estadual gaúcho em 1986 e, particularmente em 1987 a situação financeira do estado ainda pode ser considerada difícil, dado o nível e perfil de endividamento e sua composição, caracterizada pelo elevado grau de inadimplências e de financiamentos obtidos junto ao próprio sistema financeiro estadual.

Assim sendo, dada essa situação financeira, deve o governo estadual continuar explorando ao máximo as escassas fontes de financiamento de longo prazo disponíveis na economia brasileira de forma a tentar melhorar as condições e prazos de seu endividamento. Além disso, nesse quadro, não resta outra alternativa que não a da austerdade orçamentária, ou seja, o governo gaúcho não pode ser pródigo com suas receitas e despesas, bem como deve procurar um melhor gerenciamento de seus recursos financeiros ociosos.

Nesse sentido, apesar de existir orientação informal para que as entidades governamentais estaduais apliquem seus recursos ociosos centralizadamente, entendemos que um sistema formal de "caixa único" devesse ser implantado. A nosso ver, essa obrigatoriedade de aplicação de disponibilidades transitórias de caixa das entidades estaduais deve necessariamente corresponder a uma remuneração também obrigatória por parte desse "caixa único", de forma a evitar a evasão de recursos. A administração dessa centralização de caixa, a exemplo da experiência em outros estados, poderia ser feita através do "Fundo de Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual", que canalizaria esses recursos para o financiamento de títulos estaduais na DIVERGS.

Com relação ao sistema financeiro estadual, acreditamos também que exista espaço para que estas instituições aumentem suas aplicações em títulos estaduais sem prejuízo de suas atividades normais. Para tanto seria necessário uma maior integração da administração financeira dessas instituições, procurando reduzir ao máximo a aplicação de disponibilidades em títulos e aplicações junto ao governo federal, redirecionando-as para a aplicação em títulos estaduais. Assim, por exemplo, ao invés da Caixa Econômica Estadual aplicar em depósitos voluntários junto ao Banco Central ou em OTN, poderia esta aplicar em OTE, uma alternativa que lhe garante também a correção monetária e uma rentabilidade mais atraente do que as opções financeiras federais.

A última recomendação que fazemos refere-se ao Sistema Financeiro Estadual que poderia ter seus custos administrativos substancialmente reduzidos se funcionasse integralmente, utilizando a estrutura física do Banco Comercial, a exemplo do que fazem os conglomerados privados. Nesse sentido, a tradicional Caixa Estadual enquanto instituição independente tornou-se inviável economicamente, pois possui uma grande estrutura física e administrativa voltada para operar apenas um segmento do mercado financeiro. Evidentemente, a administração de programas habitacionais, captação de depósitos em cadernetas de poupança e empréstimos imobiliários poderiam ser realizados a um custo bem mais reduzido, inclusive em benefício dos próprios mutuários, se utilizada a estrutura física do BANRISUL.